



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO

YOHANNA LARA BARROS PINHEIRO

O DISCURSO DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO SOBRE O MERCOSUL

FORTALEZA

2013

YOHANNA LARA BARROS PINHEIRO

O DISCURSO DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO SOBRE O MERCOSUL

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Paulo Jamil Almeida Marques

FORTALEZA

2013

YOHANNA LARA BARROS PINHEIRO

O DISCURSO DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO SOBRE O MERCOSUL

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Paulo Jamil Almeida Marques (Orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Ricardo Jorge de Lucena Lucas (Examinador)
Universidade Federal do Ceará

Profa. Ms. Alicianne Gonçalves de Oliveira (Examinadora)
Universidade Federal do Ceará

AGRADECIMENTOS

A Deus, por mais esta vitória alcançada.

Ao Prof. Jamil Marques, por orientar cuidadosamente e dedicar a mim imensa paciência na elaboração deste trabalho, além de abrir meus olhos para a pesquisa, incentivar meus estudos e apoiar minhas escolhas.

Aos professores do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará, Agostinho Gósson, Edgard Patrício, Ronaldo Salgado, Ricardo Jorge e Riverson Rios, pelos valiosos ensinamentos e por me prepararem para os desafios da profissão.

Aos colegas da Comunicação, Alan, Welma, Pesê, Vandecy, Danilo, Thiago, Marília, Colaço, Juscelino e Carlitos, pelos anos de convívio e amizade durante a graduação. À amiga Aline Conde, em especial, pela grande ajuda que prestou à realização deste trabalho, dando dicas, emprestando livros e sugerindo textos.

À família da Simulação da Organização das Nações Unidas (SONU), projeto ao qual me dediquei durante a maior parte do curso. Nut, Zara, Thales, Thais, Elaine, Isabel, Camila A., Hugo, Juliana, André, Thamires, Diego, Camila M. e muitos outros, obrigada pelos anos de trabalho árduo e de amizade. Agradeço especialmente aos colegas do Comitê Internacional de Imprensa (CII), que renovam minha paixão pelo Jornalismo Internacional.

Ao William, pela ajuda com as traduções e revisões, pelo incentivo nos momentos difíceis, pelo apoio, prestatividade e compreensão.

A minha família, em especial a minha mãe, meu porto seguro, por me garantir uma educação de qualidade, apoiar minhas escolhas e acreditar em meu futuro.

“Globalização não é só abertura de fronteiras econômicas. Deveria ser uma orientação da ordem planetária na qual o Jornalismo tem um papel essencial”.

(Antônio Brasil)

RESUMO

Esta pesquisa visa promover uma Análise de Discurso dos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo com o intuito de examinar de que forma o periódico retrata o bloco econômico MERCOSUL. A seleção do *corpus* levou em conta os editoriais publicados entre janeiro e junho de 2013 que continham o termo “MERCOSUL”, o que totalizou 16 textos. Buscou-se mapear as principais questões enfatizadas pelo jornal ao retratar a situação do bloco econômico e identificar as marcas discursivas que reforçam a posição da empresa jornalística acerca do bloco. Através da Análise de Discurso, a apreciação de 76 sequências discursivas permitiu a identificação de cinco formações discursivas principais, através das quais o Estadão apresenta o MERCOSUL como um bloco fracassado: 1) as “amarras” do MERCOSUL; 2) a incompetência/passividade do governo brasileiro; 3) a Argentina protecionista; 4) a Venezuela antidemocrática; e 5) a suspensão do Paraguai como “golpe”.

Palavras-chave: MERCOSUL, Opinião, Editorial, Jornalismo, Estadão.

ABSTRACT

This research aims to analyze the discourse of the newspaper O Estado de S. Paulo's editorials in order to examine how it portrays the economic bloc MERCOSUR. The sample took into account editorials published between January and June of the year 2013 containing the term "MERCOSUR", which amounted 16 texts. It was attempted to map the key issues emphasized by the newspaper to reflect the situation of the economic bloc and identify the discursive brands that reinforced the position of the press company about the bloc. Through discourse analysis, the assessment of 76 discursive sequences allowed the identification of five key discursive formations through which the O Estado de S. Paulo presents MERCOSUR as a failed bloc: 1) the "ties" of MERCOSUR; 2) the incompetence/passivity of the Brazilian government; 3) the protectionist Argentina; 4) the anti-democratic Venezuela, and 5) the suspension of Paraguay as a "coup".

Keywords: MERCOSUR, Opinion, Editorial, Journalism, Estadão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Brasão do jornal O Estado de S. Paulo em 1875.....	54
Figura 2 – Página editorial do Estadão.....	58
Quadro 1 – Lista de editoriais selecionados para análise.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Ação Democrática
AD	Análise de Discurso
AFP	Agence France-Presse
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANJ	Associação Nacional de Jornais
AP	Associated Press
APC	Alianza Patriótica para el Cambio
CE	Comunidade Europeia
Celac	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina
Copei	Comitê de Organização Política Eleitoral Independente
FD	Formação discursiva
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
IVC	Instituto Verificador de Circulação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MVR	Movimento Quinta República
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
OMC	Organização Mundial do Comércio
PIB	Produto Interno Bruto
PT	Partido dos Trabalhadores
PSUV	Partido Socialista Unido da Venezuela
RCTV	Radio Caracas Televisión
SD	Sequência discursiva
TEC	Tarifa Externa Comum
UE	União Europeia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. O MERCOSUL: Breve reflexão sobre o contexto político e histórico do Bloco.....	13
1.1. Blocos econômicos: Definições.....	13
1.2. Breve histórico do MERCOSUL.....	16
Relações internacionais brasileiras: breve contextualização.....	21
1.3. Tensões e acontecimentos recentes no bloco.....	24
A suspensão do Paraguai.....	24
A entrada da Venezuela.....	31
A questão argentina.....	36
2. A OPINIÃO NO JORNALISMO.....	39
2.1. Jornalismo opinativo: O papel da imprensa na formação da opinião pública.....	39
A formação da imagem pública e enquadramento.....	44
2.2. O Editorial: A voz da empresa jornalística.....	46
2.4. Jornalismo Internacional: A mídia na era da globalização.....	49
2.5. A trajetória do jornal O Estado de S. Paulo.....	54
A opinião jornalística em O Estado de S. Paulo.....	58
3. ANÁLISE DOS EDITORIAIS.....	61
3.1. Delimitação do <i>corpus</i> empírico.....	61
3.2. A Análise de Discurso como método.....	63
3.3. Procedimentos de análise.....	65
3.4. O retrato do MERCOSUL no Estadão.....	67
As “amarras” do MERCOSUL (FD1).....	67
A incompetência/passividade do governo brasileiro (FD2).....	71
A Argentina protecionista. (FD3).....	77
A Venezuela antidemocrática (FD4).....	79
A suspensão do Paraguai como “golpe” (FD5).....	83
3.5. Discussão dos resultados.....	86

CONCLUSÃO.....90

REFERÊNCIAS.....92

ANEXOS.....101

INTRODUÇÃO

Com mais de duas décadas de existência, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi marcado pela alternância entre sucessos e fracassos desde sua criação. Vários são os desafios que o bloco enfrenta, tais como disputas internas, ausência de instituições sólidas, incompatibilidade monetária e cambial, comércio conflitivo e inconstância na integração (SILVA; JOHNSON; ARCE, 2013). Embora estas e outras dificuldades representem um longo caminho a ser percorrido para que o bloco se consolide definitivamente, conforme afirmam os autores, o MERCOSUL ainda pode desempenhar um relevante papel nas relações regionais.

O entendimento comum sobre os processos de integração regional é, em grande parte, proveniente da mídia. Embora inúmeros artigos acadêmicos, dissertações e teses sobre diversos aspectos do MERCOSUL sejam publicadas ao longo dos últimos anos, a maior parte dessa produção é inacessível aos cidadãos comuns. É através da comunicação de massa que estes conhecimentos penetram na sociedade de forma mais ampla e são discutidos no âmbito social.

Assim sendo, o objetivo desta pesquisa é perceber de que forma a imprensa brasileira, representada pelo jornal O Estado de S. Paulo, um dos principais e mais influentes do País, retrata o MERCOSUL em seus editoriais publicados no período de janeiro a junho de 2013. A escolha do espaço temporal se justifica por sua atualidade, além de se mostrar adequado para analisar as repercussões da suspensão do Paraguai e da entrada da Venezuela no MERCOSUL em junho de 2012, contemplando, ainda, os efeitos da morte do presidente Hugo Chávez, em março de 2013.

Para isso, esta pesquisa foi dividida em três capítulos. O primeiro traz explicações teóricas e conceitos históricos a respeito dos tipos de blocos econômicos e do MERCOSUL, com base na tese de Quintão (2008), de forma a mostrar os esforços constantes em se promover uma efetiva integração latino-americana, além de características da política externa brasileira dos últimos anos. O capítulo ainda traz a discussão dos principais assuntos relativos ao bloco que repercutiram na mídia: 1) a suspensão do Paraguai; 2) a entrada da Venezuela; e 3) as medidas protecionistas tomadas pela Argentina. Estes três tópicos foram constantemente mencionados pelo Estadão, de forma a influenciar a percepção do público em relação ao bloco.

Na sequência, no segundo capítulo, com base em Beltrão (1980) e Marques de Melo (2003), são apresentadas discussões acerca do Jornalismo opinativo e de seu papel na

formação de opinião da sociedade, levantando os conceitos de imagem pública e enquadramento, além das particularidades do gênero editorial, do Jornalismo internacional e da abordagem histórica do jornal O Estado de S. Paulo.

No terceiro capítulo, são estudados, por meio da Análise de Discurso, 16 editoriais do jornal O Estado de S. Paulo relativos à temática do MERCOSUL. O capítulo traz a delimitação dos caminhos escolhidos para efetuar a análise, as particularidades do método da Análise de Discurso e a análise propriamente dita, além da discussão dos resultados encontrados.

A elaboração desta pesquisa nasceu do interesse pessoal em assuntos internacionais, em especial pelo MERCOSUL, incentivado pela participação e organização de quatro edições do projeto de extensão Simulação das Organizações das Nações Unidas (SONU), onde a autora do trabalho ora apresentado teve contato mais direto com o modelo de funcionamento de organismos internacionais. Ao perceber a contundência com a qual o jornal O Estado de S. Paulo se posicionava em seus editoriais, surgiu a curiosidade de analisá-lo mais profundamente.

1. O MERCOSUL: breve reflexão sobre o contexto político e histórico do Bloco

Com mais de duas décadas de existência, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) ainda enfrenta muitos desafios para a consolidação do processo de integração regional. De acordo com Silva, Johnson e Arce (2013), uma análise realista da situação do bloco econômico mostra ter existido relativo êxito em sua composição, podendo ele, ainda, desempenhar um papel relevante nas relações regionais, se encontradas soluções viáveis para os problemas que persistem nos campo político e social.

Com objetivo de analisar brevemente o contexto político e histórico do MERCOSUL, o primeiro capítulo do presente estudo encontra-se dividido em três tópicos principais. Em um primeiro momento, serão discutidos o surgimento dos blocos econômicos e as definições de suas categorias. O segundo tópico, a partir do embasamento teórico promovido anteriormente, apresenta a discussão das circunstâncias que determinaram a formação do bloco e quais são as características de tal associação entre países, mencionando brevemente as características da política externa brasileira. O último, dividido em três subtópicos, aborda os conflitos que cercaram o MERCOSUL no último ano, concernente à suspensão do Paraguai e a entrada da Venezuela ao bloco, bem como às medidas protecionistas executadas pelo governo argentino. Estes foram os principais assuntos destacados pelo jornal O Estado de S. Paulo em seus editoriais (objeto de estudo da pesquisa) no período de janeiro a junho de 2013.

1.1. *Blocos econômicos: Definições*

Após a Guerra Fria, quando o mundo ficou polarizado por dois modelos econômicos (o capitalismo norte-americano e a economia planificada da União Soviética), surgiram em várias partes do mundo blocos regionais em busca de fortalecer suas economias. De acordo com Umberto Celli Junior (2006), no contexto marcado pelo fim da disputa Leste/Oeste, caracterizado pelo colapso do modelo comunista na Europa, pela queda do Muro de Berlim na Alemanha e pela desintegração da União Soviética, destacou-se o modelo neoliberal de economia de mercado. Segundo o autor, com o fim do modelo comunista e com a disseminação das ideias neoliberais, o processo de liberalização da economia internacional foi difundido entre os países, fortalecendo, assim, o modelo de expansão do mercado via livre-comércio.

No pós-guerra, o grau de intervenção estatal na vida econômica dos Estados aumentou muito, e surgiu, também, a necessidade de certo planejamento estatal para o crescimento econômico acelerado, fazendo com que se sentissem ainda mais os deslocamentos e os desequilíbrios existentes na economia internacional. Esperava-se buscar, por essa via [pelo processo de integração], o aperfeiçoamento do sistema econômico liberal e a superação de suas contradições e dificuldades mais notórias. (CELLI JUNIOR, 2006, p.26)

De acordo com Magnoli (1997), a Comunidade Européia (CE) – criada a partir do Tratado de Roma em 1957 – representou os primeiros tratados econômicos pós-guerra. No novo cenário da globalização, os blocos de integração econômica têm como objetivo desenvolver os países de forma conjunta, além de darem a eles acesso a novos mercados consumidores (BIJOS; CAVALCANTE, 2013). Para Bela Balassa (apud CELLI JUNIOR, 2006, p. 28), entende-se por integração econômica “a abolição das diversas formas de discriminação entre as economias nacionais participantes”. O autor divide o processo em quatro fases, mas, conforme ressalva Celli Junior, as divisões representam uma sequência de etapas no processo de integração que não é cumprida na prática. Ele exemplifica:

A própria Comunidade Europeia, tal como concebida no Tratado de Roma de 1957, teria compromissos que são típicos de uma zona de livre-comércio, de uma união aduaneira, de um mercado comum e de uma comunidade econômica. Mesmo após ter atingido status de uma União Econômica e Monetária, a liberdade de circulação de serviços, que deveria ter sido implantada ao se complementar o mercado comum com o Tratado de Maastricht, de 1992, ainda é objeto de inúmeras restrições. (CELLI JUNIOR, 2006, p.29)

Dessa forma, entende-se que as divisões e conceitos elaborados por Balassa devem ser compreendidos apenas para fins didáticos. As etapas da integração econômica, segundo o autor, são: Zona de Livre-Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum e União Econômica e Monetária.

A primeira etapa, de acordo com Celli Junior (2006), deve abranger o “essencial do comércio”. A partir do Tratado que cria a **Zona de Livre-Comércio** entre dois ou mais territórios aduaneiros, os Estados participantes devem, segundo o autor, suprimir os entraves alfandegários e outras restrições gradualmente, conforme calendário predeterminado. As condições, os prazos, os mecanismos de liberalização comercial e o estabelecimento de um sistema de solução de controvérsias são definidos no tratado. O autor afirma ainda que, embora a proximidade geográfica determine a aproximação entre os Estados na maioria das vezes, a tendência é que sejam também firmados tratados constitutivos de zona de livre-comércio em que se privilegiam mais os aspectos comerciais, econômicos e políticos. Para Magnoli (1997, p. 44), a categoria tem como objetivo, do ponto de vista da teoria econômica,

“ampliar a exposição da economia dos países integrantes à concorrência externa, a fim de estimular ganhos de produtividade na estrutura produtiva nacional”. Segundo o autor, o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta)¹ é o mais ilustre representante das zonas de livre-comércio.

A **União Aduaneira**, segundo Celli Junior (2006), funciona da mesma forma que a zona de livre-comércio, mas é mais sofisticada. Uma política comercial uniforme deve ser adotada pelos Estados participantes, isto é, exige-se que os países determinem uma tarifa externa única a terceiros. De acordo com o autor, devido à liberdade de comércio gerada pela categoria de integração, é necessário atuar em campos paralelos, como o monetário, o fiscal e o de transportes, entre outros. Dessa forma, Celli Junior (2006) afirma ser imprescindível haver certa harmonização de políticas nacionais, sob o risco de estagnação do bloco por causa da diversidade dos regimes dos Estados participantes. Segundo Magnoli (1997, p. 45), a finalidade de uma união aduaneira é “atrair investimentos produtivos para o interior do território recoberto pelo tratado”, por meio do qual as empresas se beneficiam da expansão do mercado consumidor e da proteção alfandegária contra a concorrência de empresas de países externos ao bloco.

Segundo o autor, o MERCOSUL pretende se tornar uma união aduaneira. Entretanto, Celli Junior (2006, p. 32) afirma que o bloco costuma ser classificado como uma “união aduaneira imperfeita” por não se ter obtido sucesso na harmonização das políticas nacionais, por existir um déficit de incorporação de suas normas, e, sobretudo, por haver longas listas de exceção à Tarifa Externa Comum (TEC).

O **Mercado Comum**, por sua vez, caracteriza-se pela livre circulação de bens ou mercadorias, pessoas, serviços e capitais, além da livre concorrência. De acordo com Celli Junior (2006), além de suprimir as restrições tarifárias, não-tarifárias e quantitativas ao comércio, os Estados-membros eliminam também os obstáculos que dificultam o livre movimento dos fatores de produção, capital e trabalho. O autor afirma que, devido à maior complexidade da categoria, a formação do mercado comum exige a harmonização e uniformização de políticas econômicas e comerciais. Na visão de Magnoli (1997), a categoria tem como objetivo estimular a integração internacional das corporações produtivas e financeiras no interior do bloco.

1

Em vigor desde 1994, o Nafta é um bloco econômico formado pelos Estados Unidos, Canadá e México.

A ideia consiste em unificar praticamente todas as dimensões dos mercados nacionais, criando um mercado regional poderoso, capaz de funcionar como trampolim para que as empresas instaladas no seu interior possam concorrer vantajosamente no espaço global. O grande representante dessa espécie é a União Européia. (MAGNOLI, 1997, p. 46)

A **União Econômica e Monetária** é um estágio mais aprofundado do mercado comum, com níveis mais altos de harmonização e uniformização legislativa dos Estados-membros (CELLI JUNIOR, 2006). A criação de uma moeda única (união monetária) a ser utilizada pelos membros do bloco seria

(...) consequência lógica e inevitável do aprofundamento da integração nos domínios comercial, produtivo e financeiro, assim como será potente mecanismo de convergência das políticas econômicas e de aproximação de comportamentos sociais nos vários Estados-membros, originando, a prazo, uma maior integração política. (PINTO, 1995, p. 83 apud CELLI JUNIOR, 2006, p. 34);

Segundo Magnoli (1997), a União Econômica e Monetária foi criada pelos governos europeus no Tratado de Maastricht², não existindo (ainda) nenhum bloco a ter alcançado este estágio. O autor afirma, entretanto, que a União Européia pretende se tornar a primeira união econômica e monetária da história.

A regionalização, segundo Magnoli (1997), à medida que cria novos fluxos comerciais ao remover barreiras alfandegárias, forma "a estrutura orgânica da economia mundial". Ele afirma que as políticas econômicas liberais têm suplantado as estratégias protecionistas de mercado, "de forma que os países integrantes regionais preferem rebaixar também as tarifas que cobram de mercadorias importadas de fora do seu bloco" (p. 55). Dessa forma, o fortalecimento da economia mundial estaria, de acordo com o autor, na multiplicação dos blocos econômicos regionais.

1.2. *Breve histórico do MERCOSUL*

Em 26 de março de 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinavam o Tratado de Assunção, formando o MERCOSUL. O objetivo era promover a integração dos quatro

² Em 7 de fevereiro de 1992, é assinado na cidade holandesa Maastricht, o Tratado da União Europeia (ou Tratado de Maastricht). No documento, foram estabelecidas regras para uma futura moeda única (o euro), a política externa e de segurança e o reforço da cooperação em matéria de justiça e de assuntos internos. (UNIÃO EUROPEIA – Portal Oficial, s.d.).

países através da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial compartilhada, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes (MERCOSUL, Portal oficial, s.d.).

As origens do bloco, entretanto, estão muito antes da década de 90. Segundo Sousa (2008, p.18), o MERCOSUL nasceu da aproximação política entre Brasil e Argentina, “no bojo da redemocratização sul-americana e da crise da dívida externa conjugada ao pífio crescimento das economias da região em meados da década de 1980”. Quintão (2008, p.37), por sua vez, enxerga ainda mais longe. Para o autor, desde o início do século passado, Argentina e Brasil (por serem vizinhos e com traços culturais próximos) procuravam "alternativas para um estreitamento de relações e incremento dos entendimentos comerciais". A primeira experiência concreta foi materializada em 29 de julho de 1986, em Buenos Aires, com a assinatura do Programa de Integração e Cooperação Econômica entre Argentina e Brasil (PICAB) pelos presidentes Raúl Alfonsín, da Argentina, José Sarney, do Brasil, e, dois anos mais tarde, pelo presidente Júlio Sanguinetti³, do Uruguai.

Os protocolos assinados tinham como fundamentos os princípios da gradualidade, flexibilidade, simetria, equilíbrio e tratamento preferencial frente a outros mercados. Abria-se a perspectiva de um espaço econômico comum, liberando-se, seletivamente, os respectivos mercados e, postulando, desde já, políticas de incentivo à complementação econômica em segmentos específicos dos dois países. (QUINTÃO, 2008, p. 37).

Para o autor, embora os êxitos alcançados até aquele momento fossem modestos, "imediatamente sinalizaram para a celebração, em 1988, do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento com validade de dez anos". Segundo Quintão, nesse tratado – de onde nasceram 24 protocolos específicos envolvendo áreas como a de produtos alimentícios, industrializados e bens de capital –, Brasil e Argentina manifestaram o desejo de constituir um espaço econômico comum.

O tratado teve impulso decisivo no dia 6 de julho de 1990, com a assinatura da Ata de Buenos Aires pelos presidentes Fernando Collor e Carlos Menem, estabelecendo o dia 31 de dezembro de 1994 como data de instituição definitiva do mercado comum Brasil e Argentina. No entanto, o ato inaugural que efetivamente criou o MERCOSUL ocorreu no dia 26 de

³ O Uruguai se juntou ao PICAB em 6 de abril de 1988, por meio da Ata do Alvorada. (QUINTÃO, 2008, p.37)

março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, que previa, até o dia 31 de dezembro de 1994:

Criar um mercado comum com livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos (eliminando-se os direitos alfandegários e tarifas, alíquota do imposto de importação = zero); adotar uma política externa comum, coordenar posições conjuntas em foros internacionais; coordenar políticas macroeconômicas e setoriais; e harmonizar legislações nacionais, com vistas a uma maior integração. (QUINTÃO, 2008, p. 38)

A esse tempo, afirma o autor, os governos do Paraguai e do Uruguai, que já haviam demonstrado interesse em participar do bloco econômico, concretizaram sua adesão ao processo em curso ao assinarem o Tratado de Assunção. Em 17 de dezembro de 1994, o MERCOSUL foi reconhecido definitivamente como pessoa jurídica de direito internacional por meio do protocolo de Ouro Preto (SOUSA, 2008, p 18).

De acordo com Quintão (2008, p. 38), afirmava-se, na época da criação do bloco, que “qualquer mercadoria e serviço teriam acesso comercial livre entre os países membros – ressalvados alguns itens”, e estimava-se que, até 2005, “chegar-se-ia à harmonização com a integração definitiva das economias regionais”. A estrutura básica para o funcionamento do bloco, institucionalizada pelo protocolo de Ouro Preto, determinava que o acordo se desenvolvesse em três fases:

- a. Período de Transição (área de livre comércio): março/91 a dezembro/94;
- b. União Aduaneira (estabelecimento da Tarifa Externa Comum (TEC): janeiro/95 a dezembro/99;
- c. Mercado Comum (integração definitiva): janeiro/2000 a dezembro/2004. (QUINTÃO, 2008, p. 39)

Pelos termos do Tratado, conforme explica o autor, os países membros comprometiam-se a coordenar a adoção de políticas macroeconômicas e setoriais, envolvendo as de comércio exterior (agrícola, industrial, fiscal, monetária e cambial) e de capitais (de serviços alfandegários, transportes e comunicações). "Era a forma de viabilizar a implementação de um programa de liberação de comércio e de assegurar as condições de concorrência entre os países membros" (QUINTÃO, 2008, p. 39).

Segundo Quintão, enquanto o bloco econômico passava, na época da sua criação, “por duras críticas dos setores mais conservadores e defensores da relação privilegiada de comércio com os Estados Unidos”, a Organização Mundial do Comércio (OMC) divulgou uma “análise altamente positiva”, demonstrando que “a iniciativa de criação de blocos gerava riqueza e prosperidade intra-regional, sem desviar as correntes do comércio” (2008, p. 40).

Para garantir a formação do bloco econômico, foram identificados pontos críticos⁴ e instituídos regimes institucionais. O Regime de Origem estabelecia a adoção de uma equivalência de até 60% para insumos produzidos no local de origem. À regra, excetuam-se os bens de capital, “sobre os quais incidiria a taxa de 80%, para que os produtos pudessem ser considerados provenientes da área do MERCOSUL e, portanto, beneficiados com a tarifa alfandegária zero para o comércio entre os países membros” (QUINTÃO, 2008, p. 40). Para possibilitar a aplicação da regra, era exigido o Certificado de Origem, documento emitido por entidades representativas dos setores comerciais e industriais, devidamente autorizadas pelos governos dos países. Produtos advindos de Zonas Francas seriam tratados como mercadorias de outros países, não membros do MERCOSUL, e, assim, sujeitos à aplicação dos impostos da Tarifa Externa Comum (TEC). De acordo com Oliveira (2009), a partir de 1º de janeiro de 1995, os signatários do MERCOSUL passaram a poder cobrar as mesmas alíquotas nas importações dos demais países (TEC), convertendo a zona em união aduaneira.

A TEC, para Quintão, foi um importante instituto para administrar a competitividade externa e evitar que a indústria de um dos países viesse a ser mais protegida que a dos outros. Não foi suspenso o imposto de importação dentro do bloco (alíquota zero) conforme previa o tratado de Assunção, exceto para alguns produtos, como forma de regime de adequação, com o que se ganhava um prazo para adaptação às novas regras. Estabeleceu-se ainda que, quando houvesse importações de um terceiro país, seria aplicada a TEC, de forma que a tarifa seria utilizada para as compras fora do espaço do bloco. (QUINTÃO, 2008, p. 41)

Ainda segundo o autor, durante o desenvolvimento do MERCOSUL e em razão do seu êxito, o bloco foi adquirindo identidade própria e, ao mesmo tempo, “tornando-se um elemento paradigmático para a modernização das economias regionais”. No dia 25 de junho de 1996, numa reunião na cidade de San Luís, na Argentina, Chile e Bolívia formalizaram sua adesão ao bloco como membros associados. Quintão afirma que nenhum dos dois países estava pronto para ajustar suas políticas tarifárias às condições do MERCOSUL naquele momento – não tendo, assim, privilégios abrangentes dentro do grupo que assinou em 1991 o Tratado de Assunção.

⁴ Entre os pontos críticos, Quintão destaca a questão do controle cambial e da política agrícola. Em relação ao primeiro ponto, o Brasil praticava uma política cambial administrada obrigando os investidores ao registro prévio das operações no Banco Central; enquanto no Paraguai, Uruguai e Argentina, as importações e exportações eram realizadas a uma taxa livre de câmbio, sem qualquer interferência governamental. Na política agrícola, os países membros do MERCOSUL eram classificados como agrícolas e, portanto, muito competitivos nessa área. Era fundamental estabelecer uma política agrícola que assegurasse a livre concorrência nesse setor.

O bloco é formado por duas categorias de países: os membros plenos e os estados associados. Além dos quatro países fundadores (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), a Venezuela também possui título de membro pleno desde agosto de 2012. O Paraguai, entretanto, foi afastado das decisões de cúpula após o julgamento sumário do Congresso do Paraguai, que destituiu o então presidente Fernando Lugo de suas funções presidenciais⁵ (GEHRE, 2012, p. 48). Estão na condição de membros-associados, atualmente, o Chile (desde 1996), o Peru (2003), a Colômbia (2004), o Equador (2004) e a Bolívia (1996), que segue em processo de adesão⁶. “Como associados, estes países gozam de direitos e preferências tarifárias para seus produtos, mas não são obrigados a praticar a TEC, aplicada pelos membros aos produtos oriundos de países de fora do bloco” (SOUSA, 2008, p. 18). Segundo Oliveira (2009), o México, por enquanto, pode participar das reuniões na condição de observador, mas, para aderir ao bloco, terá de avançar nas negociações de um acordo de livre comércio. Guiana e o Suriname podem observar as reuniões do bloco desde 2012, mas não são participantes oficiais (MERCOSUL – Página Oficial, s.d.)⁷.

Conforme afirma Gehre (2012, p. 48), a característica marcante do MERCOSUL (e da América do Sul como um todo) são as diferenças entre países e sub-regiões, “igualmente soberanos, mas profundamente desiguais, pela concentração de investimentos, pelos desequilíbrios comerciais e pela reduzida oferta de oportunidades aos países menos desenvolvidos da região”. Para o autor, apesar dos grandes desafios e de opiniões em contrário, o MERCOSUL e a integração estendida para toda a América do Sul “permanecem como a prioridade da política externa brasileira, releitura que transformou as crenças e ações brasileiras na vizinhança, redefiniu preferências regionais e catalisou o ativismo regional do Brasil” (2012, p. 48).

A construção da integração regional não tem sido um processo fácil e não está concluído (SOUSA, 2008, p. 18). “Por enquanto, o MERCOSUL, em que pese o nome, ainda não é um mercado comum. É uma união aduaneira imperfeita. [...] o MERCOSUL está em

⁵ O impeachment de Fernando Lugo, até então presidente do Paraguai, ocorreu em 22 de junho de 2012, no contexto de uma crise político-institucional. Segundo Gehre (2012, p. 48) “os países do Mercosul decidiram aplicar o Protocolo de Ushuaia, para que a pedra angular do compromisso democrático fosse preservada, com base em duas peças jurídicas, o Protocolo de Ushuaia do Mercosul e o Protocolo adicional ao tratado constitutivo da UNASUL sobre compromisso com a democracia.”. No dia 29 de junho de 2012, a cúpula do MERCOSUL decidiu suspender temporariamente o Paraguai até a posse do novo governo constitucional, marcada para 15 de agosto de 2013.

⁶ Em 2012, foi assinado o Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL, que, uma vez incorporado ao ordenamento jurídico dos Estados Partes, fará do país andino o sexto membro pleno do bloco. Houve também avanço no diálogo exploratório com o Equador, exercício que deve prosseguir nas próximas reuniões. (MERCOSUL – Página Oficial, s.d.)

⁷ Documento eletrônico sem paginação e sem data.

um estágio intermediário no processo de constituição de uma comunidade regional”. Para a autora, os blocos regionais, além de representarem um “refúgio contra as crises globais”, possibilitam que seus membros entrem de forma mais competitiva no mercado internacional. Ela ressalta que os blocos são, sobretudo, uma oportunidade para que os países que tenham condições de liderar exerçam sua hegemonia na região.

Sousa (2008, p. 19) afirma que, embora o Brasil seja economicamente mais forte, com “o maior PIB, a maior população, o maior território, a maior e a mais moderna base industrial, além de uma moeda estável e uma inflação controlada”, politicamente, o cenário não se mostra tão confortável. A disputa histórica pela hegemonia, ainda que implícita, com a Argentina, e a entrada da Venezuela (mesmo neutralizada politicamente pela morte de Hugo Chávez), são tensões na relação entre os países.

Ainda assim, de acordo com Sousa (2008) o Brasil representa a hegemonia econômica e lidera o bloco.

Tal liderança se revela incontestável quando a economia brasileira atravessa momentos de crise e suas consequências se refletem nos fluxos comerciais intrabloco. Quando crises econômicas acontecem nos outros países, o Brasil age como agência de socorro imediato, impedindo que tais eventos causem grandes impactos nas demais economias do bloco, a exemplo do que ocorreu com a crise argentina de 2001. (ibidem, p. 17)

Dessa forma, dada a influência que o Brasil exerce no bloco e a importância econômica do MERCOSUL para a economia nacional (sendo o único bloco econômico em qual o País está efetivamente inserido), vale questionar de que forma a imprensa brasileira constrói e repassa aos leitores a imagem do bloco. Embora a literatura especializada sobre o tema seja vasta, são através de produtos jornalísticos que a maioria da população e dos formadores de opinião obtém informações sobre as atividades econômicas do País e formam suas concepções acerca do tema.

Relações internacionais brasileiras: breve contextualização

Antes de seguir com a discussão sobre acontecimentos recentes no MERCOSUL, é necessário fazer uma breve exposição da política externa dos últimos anos do governo brasileiro, visto que o jornal O Estado de S. Paulo frequentemente menciona, nos editoriais analisados, as ações tomadas pelo governo concernentes às relações internacionais, a ser visto no capítulo 3.

Parte-se da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002 e da consequente chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder. De acordo com Boito Jr. e Berringer (2013), esse período promoveu importantes modificações na política brasileira, que se consolidaram nos dois mandatos de Lula (2003-2010) e têm continuidade no governo atual de Dilma Rousseff (2011 até o presente). Os autores afirmam que, com a mudança, a burguesia interna teria ascendido politicamente – o que está vinculado a uma ampla mudança na política nacional –, contrapondo os interesses do capital financeiro⁸.

O grande capital financeiro internacional e seus aliados internos, cujos interesses tinham guiado a ação do Estado brasileiro nos governos Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1993-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foram deslocados da situação de hegemonia incontestada que usufruíram na década de 1990 e passaram para o terreno da oposição ao governo. Essas mudanças políticas repercutiram na política econômica, na política social e na política externa do Estado brasileiro. (ibidem, p. 31)

Boito Jr. e Berringer (2013) caracterizam a política do governo petista como “neodesenvolvimentista”, por buscar o crescimento econômico do capitalismo brasileiro, mas de forma bastante distinta do desenvolvimentismo do período 1930-1980. Segundo os autores, um elemento essencial de tal política é a procura de superávits na balança comercial, que afirmam ter favorecido o agronegócio, a mineração e setores ligados à exportação. Outras mudanças promovidas pela política neodesenvolvimentista seriam a política de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que “passou a priorizar um reduzido número de grandes empresas predominantemente nacionais como receptores dos programas de empréstimos a juros subsidiados” (ibidem, p. 32); a da política de compras do Estado brasileiro e das empresas estatais, favorecendo empresas nacionais ou implantadas no Brasil; e a da política externa do Estado brasileiro, também priorizando os interesses da burguesia interna.

Determinada por tais interesses – como a procura de novos mercados, favorecimento das empresas nacionais e proteção do mercado interno –, os autores Boito Jr. e Berringer (2013) afirmam ter existido uma mudança na política externa brasileira, que teve como principais focos de atuação:

(i) a ênfase nas relações Sul-Sul; (ii) a prioridade dada à América do Sul; (iii) a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e (iv) as negociações e o arquivamento da proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). (ibidem, p. 35)

⁸ De acordo com Hilferding (1985), capital financeiro é a junção do capital bancário e o capital industrial, o que caracteriza o mercado de ações e títulos.

Em função da tentativa dos Estados Unidos em diminuir a influência do Brasil na região, em parte devido à recusa brasileira à proposta da ALCA (BOITO JR. e BERRINGER, 2013), os autores afirmam que, desde o início do mandato, o governo Lula buscou fortalecer o MERCOSUL e integrar mais a América Latina para “contrabalançar as relações com os estados imperialistas (em especial, Estados Unidos e Europa)” (ibidem, p. 36). De acordo com os autores, as eleições de presidentes “com matizes antineoliberais e progressistas” em outros países da América do Sul (como a Argentina, Equador, Venezuela e outros) reforçaram, em um primeiro momento, o estabelecimento dessas iniciativas. Com o apoio e financiamento de parte das obras de infraestrutura regional pelo Estado brasileiro e impulso à internacionalização das empresas nacionais à América Latina, criou-se mais do que um projeto de integração regional, mas um processo de cooperação política (BOITO JR; BERRINGER, 2013).

(...) a política externa [brasileira] visou ampliar e aprofundar as relações Sul-Sul, criou coalizões como o G-20 na OMC, participou do Fórum Índia Brasil e África do Sul (IBAS), participou da missão de paz da ONU no Haiti (Minustah) e aproximou-se de estados do continente africano e do Oriente Médio, bem como da China e da Rússia. Essas relações trouxeram grandes benefícios à burguesia interna brasileira ao aumentar o acesso a novos mercados para a exportação de produtos manufaturados e garantir a instalação de empresas brasileiras nesses territórios. (ibidem, p.37)

No entanto, Lacerda (2011) ressalta que as iniciativas multilateralistas da diplomacia do governo Lula – de busca de negociações comerciais e coordenação política com países como Índia, África do Sul e China, além dos sul-americanos – são “desdobramentos e reforços de ações já em curso na gestão [anterior de] FHC [Fernando Henrique Cardoso], apesar da nova roupagem” (p. 109)

O multilateralismo, como dito, é considerado pela diplomacia do governo Lula um movimento amplo de desconcentração e de novas regulamentações do poder no sistema internacional, de modo que fossem mais favoráveis aos países em desenvolvimento. Vale ressaltar que, ao longo dos seus dois mandatos, FHC procurou ajustar as metas brasileiras aos interesses dos EUA, isto é, à nova ordem internacional, de modo a facilitar-lhe a inserção no processo de globalização econômica. Já a diplomacia do governo Lula demonstra uma postura mais assertiva em torno da defesa da soberania nacional e dos interesses nacionais, como também de busca de alianças privilegiadas no Sul (ibidem, p. 111).

Conforme afirmam Boito Jr. e Berringer (2013), as medidas tomadas pelo governo Lula em relação à política externa do País têm como objetivo “garantir uma proteção do Estado à grande burguesia interna em disputa com o capital estrangeiro”. De modo geral,

pode-se dizer que o governo pretende manter boas relações com os Estados Unidos, mas de forma a se afirmar decididamente em defesa dos interesses nacionais (LACERDA, 2011).

Uma vez exposta uma breve contextualização das estratégias da política externa brasileira, segue-se, no tópico a seguir, para a discussão das principais tensões que aconteceram no âmbito do MERCOSUL durante o período estudado.

1.3. Tensões e acontecimentos recentes no bloco

Nos últimos dois anos, as relações no âmbito do MERCOSUL foram marcadas por conflitos, em uma dinâmica que, conforme afirmam Silva, Johnson e Arce (2013), alterna momentos de otimismo e de esgotamento. Em 2012, com a suspensão do Paraguai e com a entrada da Venezuela no bloco, conforme afirma Gehre (2012), foram levantadas indagações sobre o processo de integração do continente. Este tópico traz tais acontecimentos, bem como trata das características do protecionismo argentino. Embora as medidas protecionistas sejam uma característica recorrente da Argentina no processo de integração do MERCOSUL, o jornal O Estado de S. Paulo frequentemente faz referência ao assunto, motivo para aqui se encontrar incluído. O debate dessas questões, mencionadas pelos editoriais jornalísticos selecionados como objeto desta pesquisa, formam a base para análise dos mesmos.

A suspensão do Paraguai

Antes de apresentar os fatos que determinaram a suspensão do ex-presidente paraguaio Fernando Lugo e o conseqüente afastamento de tal país do MERCOSUL, faz-se necessária uma breve contextualização. O Paraguai, assim como a maioria dos países latino-americanos, também enfrentou um período de governo autoritário: o general Alfredo Stroessner foi presidente por 35 anos em regime ditatorial (1954-1989). Mesmo após a saída do governante, o Partido Colorado, que sustentava a ditadura, continuou no poder juntamente com os generais e com a elite paraguaia que a apoiava. Caso singular no continente, o mesmo partido que apoiou a ditadura guiou o Paraguai durante a onda neoliberal que invadiu a América do

Sul⁹, “tornando-se um território de corrupção, contrabando e narcotráfico” (FOLETTTO, 2011, p. 239). Nesse contexto, movimentos populares e sindicais se mobilizaram, influenciados principalmente pelas Comunidades Eclesiais de Base, e diminuíram progressivamente a hegemonia do Partido Colorado no país, abrindo terreno político para a vitória eleitoral de Lugo, que nunca havia atuado na política partidária. Conforme afirma Santos (2012, n.p.), “a eleição de Fernando Lugo como presidente paraguaio em 2008 representou a primeira alternância à dominação colorada na política paraguaia desde a ascensão de Alfredo Stroessner”.

Fernando Armindo Lugo de Méndez é ex-bispo da Igreja Católica, missionário do Verbo Divino e fortemente ligado à Teologia da Libertação, tendo recusado ao sacerdócio em 2006 para disputar as eleições presidenciais paraguaias em abril de 2008 à frente da heterogênea Alianza Patriótica para el Cambio (APC)¹⁰ (FOLETTTO, 2011, p. 238). De acordo com Santos (2012, n. p.), embora Lugo fosse reconhecidamente militante no campo da esquerda, ele se destacou como figura política por meio da “atuação episcopal afinada com a sensibilidade social característica da teologia da libertação”. Lugo exerceu a atividade no interior do país em um contexto de aumento das tensões no campo causado pela explosão do cultivo de soja e da pecuária, quando se esgotava a disponibilidade de terras do Estado. Santos (2012, n.p.) afirma que a atividade era protagonizada “principalmente, embora não exclusivamente, por empresários de origem brasileira associados às transnacionais do agronegócio, conhecidos como ‘brasiguaios’”. Segundo o autor, Lugo fez da reforma agrária a sua principal promessa de campanha, ganhando o apoio daqueles que procuravam mudanças sociais.

⁹ Segundo Cervo (2000), o paradigma neoliberal teve seu impulso inicial na América Latina em meados da década de 1980 e concluiu-se em 1990, com a chegada ao poder dos presidentes Carlos Salinas de Gortari no México, Carlos Saúl Menem na Argentina, Carlos Andrés Pérez na Venezuela, Alberto Fujimori no Peru e Fernando Collor de Melo no Brasil. O autor afirma que a modernização foi concebida com medidas tais como a abertura do mercado de bens e de valores e a privatização das empresas públicas, mas que os países avançaram com certo descompasso. A experiência que, segundo o autor, se estenderia por toda a região durante a última década do século XX não teve “uniformidade na intensidade e nos ritmos das reformas internas requeridas pela nova forma de inserção internacional” (Cervo, 2000, p. 5).

¹⁰ Aliança Patriótica para a mudança é composta por 10 partidos políticos: (1) Partido Demócrata Cristiano, (2) Partido Demócrata Progressista, (3) Partido Encuentro Nacional, (4) Partido Frente Amplio, (5) Partido Liberal Radical Autêntico, (6) Partido Movimiento al Socialismo, (7) Partido País Solidário, (8) Partido Revolucionário Febrerista, (9) Partido Social Democrata e (10) Partido Socialista Comunero e 9 organizações sociais (1) “Ñembyaty Guasú Luque 2008”, (2) Bloque Social y Popular, (3) Colo’o Apytere, (4) ERES, (5) Fuerza Republicana, (6) Mujeres por la Alianza, (7) Resistencia Ciudadana Nacional, (8) Tekojoja e (9) Teta Pyahu. (MELLO; GABIATTI; CAMARGO, 2012)

As promessas, entretanto, não evitaram certos acordos de conveniência, “em que ensejos díspares convergiram sob o desígnio comum de derrotar os colorados” (SANTOS, 2012, n. p.). Dessa forma, segundo o autor, a eleição de Lugo pode ser interpretada:

Antes como uma rejeição à situação prevalente do que como um triunfo da esquerda, em um país em que as forças populares estiveram asfixiadas por meio século de dominação colorada, na maior parte sob ditadura, e encontram dificuldades em solidificar instrumentos de política autônoma. (SANTOS, 2012, n. p.)

Lugo foi eleito com 40,9% dos votos em uma aliança com os liberais, que indicaram como vice-presidente Federico Franco. Dessa forma, conforme relata Santos (2012), os partidos da esquerda que integraram a coligação elegeram três dentre os 80 deputados, e igual número de senadores de um total de 45. Para constituir maioria nas câmaras, o Executivo precisaria compor não somente com os liberais, que elegeram 29 deputados e 14 senadores, mas também com a dissidência colorada. “A frágil autonomia do presidente é realçada pela constituição em vigor, oriunda da transição, e que acentua a dependência do executivo em relação ao parlamento” (SANTOS, 2012, n.p.) Com esse cenário, Santos afirma serem claros os constrangimentos enfrentados pelo presidente para propor mudanças significativas através dos canais legais vigentes, levando em conta o perfil dos parlamentares em questão: os grandes proprietários rurais. Ao tentar implantar as reformas de base que lhe serviram de palanque eleitoral, Lugo foi de encontro aos interesses da oligarquia.

Segundo Mello, Gabiatti e Camargo (2012, p. 158), o mandato presidencial de Fernando Lugo “foi engessado pela forte oposição dos partidos da direita paraguaia”. Instabilizando ainda mais o governo do ex-bispo, escândalos políticos, a exemplo das denúncias de paternidade feitas por várias mulheres, culminaram forte abalo na sua imagem pública. “Sua popularidade de 93% no momento de sua posse como chefe de Estado caiu para 30% depois de escândalos em abril de 2009, quando foi obrigado a reconhecer um filho de dois anos, Guillermo Armino, cujo a mãe era Viviana Carrillo, de 24 anos” (MELLO; GABIATTI; CAMARGO, 2012, p. 158).

Embora, *a priori*, os movimentos populares apoiassem o governo, atitudes tomadas por Lugo demonstraram que o sentimento não era recíproco. De acordo com Santos (2012, n.p.), houve uma aproximação do país com a Colômbia em assuntos relacionados à segurança nacional comandada pelo Ministério do Interior. Além disso, o presidente aprovou uma lei

antiterrorista¹¹ nos moldes difundidos pelos Estados Unidos, permitindo também o estabelecimento da Iniciativa Zona Norte, que prevê a instalação e o exercício de tropas estadunidenses no leste do país. “Neste cenário, a repressão aos movimentos sociais no campo não abrandou, registrando-se dezenas de casos de violência em consonância com o padrão prevalente em governos anteriores, inclusive assassinatos de militantes” (SANTOS, 2012, n.p.).

Grandes extensões de terra que foram repassadas por Stroessner aos seus correligionários, quando estava no poder, são reivindicadas pelo movimento camponês no país. No governo Lugo, surgiu um braço do movimento social dos “sem-terra” chamado *carperos*, nome referente aos barracos de lonas pretas utilizadas em seus acampamentos. (MELLO; GABIATTI; CAMARGO, 2012, p. 159). Segundo Santos (2012, n.p.), o movimento “foi qualificado como oportunista pelas organizações consideradas ‘históricas’ do movimento camponês no país, que se opuseram aos métodos adotados”, considerados radicais. Segundo Schembida (2012), no dia 15 de junho de 2012, 11 camponeses e 6 militares foram mortos em um confronto entre carperos e forças policiais durante a desocupação de uma fazenda em Curuguaty. A tragédia motivou a oposição a subir o tom das críticas ao presidente, a quem recaiu toda a responsabilidade dos acontecimentos, e a acusá-lo de incapaz de lidar com os problemas do país.

A reação de Lugo por sua vez, foi defensiva. Solidarizou-se com os policiais mortos, mas não com os camponeses. E substituiu o ministro do Interior, Carlos Filizzola, por Rúbén Candia Amarilla, um colorado de notórios vínculos com grupos anticomunistas do stronismo e detestado pelos movimentos sociais por sua atuação como fiscal general del Estado. De fato, uma vez empossado, o primeiro anúncio do novo ministro foi decretar o final do “protocolo” estabelecido para lidar com ocupações de terra, que previa o diálogo inicial com os manifestantes. (SANTOS, 2012, n.p.)

A nomeação de um colorado como ministro, segundo o autor, foi vista com desprezo pela esquerda, ao mesmo tempo em que aumentou a distância entre o presidente e os liberais, base de sustentação do governo no parlamento. A “debandada” da base de apoio parlamentar do Presidente Lugo o ilhou na Presidência da República. Como afirmam Mello, Gabiatti e Camargo (2012, p. 160), no dia 21 de junho de 2012, pouco menos de uma semana depois dos eventos na Fazenda Campos Morombí, “o Senado Paraguaio assumiu o papel de tribunal político, estava sendo deflagrado o procedimento de impeachment contra Fernando Lugo”,

¹¹ Ley 4024, “que castiga los hechos punibles de terrorismo, asociación terrorista y financiamiento del terrorismo”.

que seria concluído no dia seguinte. As acusações, segundo os autores, eram referentes ao desempenho político de Lugo, considerado “equivocado e incompetente” pelos opositores.

Como verificado, sob acusações juridicamente até mesmo irrelevantes, em um tribunal de neutralidade duvidosa, o processo de impeachment foi instaurado e se desenvolveu em tempo recorde; horas depois da sua instauração, Fernando Lugo foi acusado e condenado na Câmara dos Deputados na razão de 76 votos a 1. [...] Como era de se esperar com a esmagadora maioria a favor do impeachment, 39 dos 43 senadores presentes declararam Fernando Lugo culpado das acusações, este foi automaticamente destituído às 18h27 locais (19h27 de Brasília), vez que foram atingidos os dois terços dos votos exigidos pela Constituição Paraguaia. (MELLO; GABIATTI; CAMARGO, 2012, p. 160)

De acordo com Schembida (2012), apenas pelo aspecto institucional, o impeachment se justificaria devido ao artigo 225 da constituição paraguaia, que prevê a deposição do presidente em caso de mau desempenho. O autor ressalta, entretanto, que a rápida saída de Lugo, uma vez que todo o processo ocorreu em menos de 48 horas, “mostra um traço autoritário do parlamento paraguaio que, mais uma vez, tirou da população o direito de participar do processo”¹² (2012, p. 157, tradução nossa).

Após o rápido julgamento do Congresso do Paraguai e consequente afastamento de Fernando Lugo da presidência, a Cúpula do MERCOSUL, que se reuniu em Mendoza, Argentina, no dia 29 de junho de 2012, decidiu por condenar a ruptura da ordem democrática na “hermana República” e afastar o Paraguai das decisões de cúpula (Ata 2012) (GEHRE, 2012, p. 48). Pelos termos da decisão (ATA Nº 02/12 GMC/MERCOSUL), o país seria temporariamente afastado até a posse do novo governo constitucional, marcada para 15 de agosto de 2013. Ao mesmo tempo, o país também foi afastado da União Sul-Americana de Nações (UNASUL)¹³. Mantiveram-se contatos limitadamente técnicos com o país, considerados imprescindíveis para a manutenção do fluxo de pessoas e do comércio de bens e serviços entre o Paraguai e os demais membros, de maneira especial nas áreas aduaneira,

¹² Texto no original: “Señala un trazo autoritario del parlamento paraguayoy que, una vez más, excluyó la población del derecho de participar en el proceso” (SCHEMBIDA, 2012, p. 157).

¹³ O Tratado Constitutivo da União Sul-Americana de Nações (UNASUL) foi assinado no dia 23 de maio de 2008, em Brasília. Composta por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, a UNASUL “pretende passar de instâncias direcionadas principalmente ao intercâmbio comercial, como são os casos do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Comunidade Andina de Nações (CAN), a um processo de integração mais amplo dos Estados da América do Sul” (SCHMIDT, 2010, p.56). Segundo Metzger e Bastos (2012, p. 37-38), o bloco se configura como um “arranjo”, “que visa uma maior autonomia e coordenação política dos países sul-americanos”. Para Gehre (2012, p. 48), o objetivo da construção de um bloco continental (a UNASUL), “que aproxime as diferentes experiências históricas de integração regional, é fortalecer a multipolaridade mundial e garantir a inserção concertada e ampliada dos países sul-americanos na cena política e econômica internacional do novo milênio”.

sanitária, fitossanitária e migratória. Projetos em execução que envolvesse o país também não seriam afetados pela decisão.

Conforme explica Gehre (2012), os demais países do MERCOSUL optaram pela aplicação do Protocolo de Ushuaia¹⁴ para sancionar o Paraguai, de modo a preservar o compromisso democrático entre as nações. Os artigos 4º, 5º e 6º do tratado definem que, em caso de “ruptura da ordem democrática” de um membro do bloco, devem ser realizadas consultas entre todos os membros e, caso fracassem, o Protocolo autoriza a aplicação de medidas que vão “desde a suspensão do direito de participar nos diferentes órgãos dos respectivos processos de integração até a suspensão dos direitos e obrigações resultantes destes processos” .

De acordo com Gehre (2012), a suspensão do Paraguai causou mal estar e indefinições para o bloco. “Por exemplo, o impedimento paraguaio inviabilizou reuniões no país vizinho, causou desconforto com a presença de paraguaios em reuniões ordinárias das diversas instâncias econômicas, sociais e culturais do bloco” (2012, p. 49). Neste cenário, afirma, a diplomacia brasileira teria se apressado em responder às várias críticas que surgiram:

Primeiro, que o fato político gerador da suspensão teria sido a forma ilegítima de afastamento do então presidente Fernando Lugo, a quem não teria sido franqueado tempo adequado para apresentar provas e preparar sua defesa. Segundo, que a entrada da Venezuela no Mercosul não teria correlação com o caso paraguaio, sendo uma medida urgente de recomposição do bloco e uma resposta à demanda histórica do vizinho bolivariano. Terceiro, que diversas consultas foram feitas ao partido colorado, ao Congresso do Paraguai e ao próprio presidente Lugo, antes da decisão tomada pelo Mercosul. (GEHRE, 2012, p. 49).

Já na leitura de Sturaro e Frota (2012), duas implicações significativas foram percebidas a partir do afastamento do Paraguai do MERCOSUL. A primeira, afirmam, foi uma inovação conceitual que indicou uma evolução no regime: a decisão levou em conta o entendimento de que as características que determinam ruptura da ordem democrática abrangem mais do que as de um golpe de Estado tradicional, mas se incluem também as manobras semilegais características do chamado “neo-golpismo”¹⁵. A segunda, de acordo com os autores, é o fortalecimento do bloco:

¹⁴ Parte integrante do Tratado de Assunção e dos respectivos Acordos de Integração celebrados entre o MERCOSUL e a Bolívia e o Chile.

¹⁵ De acordo com Juan Gabriel Tokatlian (2011, p. 146, nota 9 apud STURARO; FROTA, 2012, p. 48, nota 4), “[...] a diferencia del golpe de Estado tradicional, el ‘nuevo golpismo’ está encabezado más abiertamente por civiles y cuenta con el apoyo tácito (pasivo) o la complicidad explícita (activa) de las Fuerzas Armadas, pretende violar la constitución del Estado con una violencia menos ostensible, intenta preservar una semblanza institucional mínima (por ejemplo, con el Congreso en funcionamiento y/o la Corte Suprema temporalmente intacta), no siempre involucra a una gran potencia (por ejemplo, Estados Unidos) y aspira más a resolver un

A despeito de possíveis vícios de forma e da relativa brandura, a decisão tomada pelos governos dos Estados membros e associados do bloco é fundamentalmente consistente com os elementos constituintes do regime. A decisão de suspender temporariamente a participação do Paraguai nos órgãos do MERCOSUL está de acordo com as regras e os procedimentos estipulados no Protocolo de Ushuaia. A decisão, que implementa medida aí prevista, foi tomada por consenso e somente após as consultas realizadas pelos chanceleres do bloco junto às elites políticas e às instituições paraguaias terem fracassado, como exige o documento. Além disso, essa mesma decisão também está de acordo com os princípios e as normas do regime, particularmente com a cláusula democrática, uma vez que limita significativamente a participação de um Estado que não satisfaz a condição indispensável da plena vigência das instituições democráticas. (STURARO; FROTA, 2012, p. 48)

Embora a questão paraguaia não tenha tido consequências econômicas consideráveis, o processo deu abertura para o ingresso da Venezuela no MERCOSUL – que até então dependia apenas da aprovação do Paraguai para entrar na condição de membro pleno –, o que tem consequências para a geopolítica regional (ibidem, p. 45). Com a saída temporária do Paraguai, foi possível aprovar o ingresso da Venezuela no bloco.

Segundo Beittel (2010), Fernando Lugo foi obrigado a retirar seu apoio ao ingresso da Venezuela ao MERCOSUL, em agosto de 2009, porque não tinha a maioria do congresso paraguaio – que possui forte animosidade contra Chávez. A então senadora paraguaia Ana María Mendoza, do Partido Patria Querida, informou à agência de notícias online para a América Latina e Caribe, Infosur.com¹⁶, dois motivos para o partido (juntamente com a maioria do congresso paraguaio) não apoiar a entrada da Venezuela no bloco: o primeiro, porque a Venezuela representaria “um retrocesso no processo democrático” para a América Latina; e o segundo, pelo fato de o país estar em processo de deterioração econômica, o que não fortaleceria a economia do bloco (ESCURRA, 2009).

O governo do Paraguai se incomodou com a adesão da Venezuela ao bloco e chegou a ameaçar não voltar para o MERCOSUL após as eleições (PALACIOS; VILLAVARDE, 2013). Ainda assim, na reunião da cúpula em Montevidéu, em julho de 2013, os países membros do bloco revogaram a decisão que suspendia o Paraguai, devolvendo ao país plenos direitos de participação nos órgãos do MERCOSUL e nas deliberações, a partir do momento em que o presidente eleito Horacio Cartes tomasse posse, no dia 15 de agosto do mesmo ano (RITTNER, 2013). O país, entretanto, manteve sua volta em suspenso. O governo brasileiro,

impasse social o político potencialmente ruinoso que a fundar un orden novedoso.”. Sturaro e Frota (2012, p. 48) ressaltam que, embora o julgamento político esteja previsto na Constituição paraguaia, ele foi realizado em “flagrante desrespeito aos direitos à ampla defesa e ao devido processo legal, previstos no mesmo documento (Artigos 16 e 17)”.

¹⁶ Disponível em: <<http://infosurhoy.com/>>. Acesso em: 10 out. 2013

por sua vez, apoiou veementemente que o país retornasse ao bloco: a presidente Dilma Rousseff fez investidas diplomáticas para convencer o Paraguai, como oferecê-lo a presidência temporária do MERCOSUL e aproximá-lo da Venezuela (PARANGUASSU, 2013).

Apesar de, até o dia de finalização deste trabalho, o Paraguai não ter anunciado oficialmente sua volta ao bloco, as medidas tomadas pelo governo paraguaio – como a retomada de relações diplomáticas com a Venezuela (FELIPE, 2013) e o restabelecimento pleno das relações com os sócio-fundadores do MERCOSUL¹⁷ (ICN Diario, 23/10/2013) – indicam que, em breve, o país terá retornado ao bloco econômico. Outro indício é a afirmação do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo, de que, até dezembro de 2013, o MERCOSUL irá apresentar à União Europeia uma proposta para a formação da maior área de livre comércio do mundo, integrando os dois blocos. Para participar da negociação, o Paraguai deve estar de volta até a data de apresentação do projeto à União Europeia e, segundo o ministro, a proposta do país já estaria em andamento (RESENDE, 2013).

Assim como afirma Gehre (2012, p. 52), a saída do Paraguai e a entrada da Venezuela no MERCOSUL (sobre o que será dissertado a seguir), reposicionaram política e estrategicamente o bloco, mas não abalaram “o longo processo histórico de construção da confiança, cujo cerne é a própria ideia em marcha de América do Sul”.

A entrada da Venezuela

A imagem da República Bolivariana da Venezuela é, atualmente, indissociável da imagem de Hugo Chávez, líder que permaneceu 14 anos no poder (de 1999 até sua morte¹⁸, em 5 de março de 2013). Seu governo, de acordo com Bijos e Cavalcante (2013, p.10), foi

¹⁷ PRESIDENTE Cartes visita el viernes a Mujica para cerrar el círculo de acercamiento al Mercosur. ICNDiario. 23/10/2013. Disponível em: <<http://www.icndiario.com/2013/10/23/presidente-cartes-visita-el-viernes-a-mujica-para-cerrar-el-circulo-de-acercamiento-al-mercosur/>>. Acesso em: 25 out. 2013

¹⁸ Chávez morreu aos 58 anos, devido a um câncer na região pélvica. Diagnosticado em junho de 2011, o câncer o levou a realizar quatro cirurgias e um longo tratamento, na sua maior parte, em Cuba (FAUSTO NETO, 2013). Segundo o autor, Chávez anunciou, em dezembro de 2012, a última cirurgia a qual se submeteu, revelando o início de uma etapa pré-operatória e anunciando Nicolas Maduro como seu sucessor. Após complicações da cirurgia e boatos de que o líder havia morrido, Chávez voltou à Venezuela no dia 18 de fevereiro para lá continuar o tratamento e foi conduzido a um hospital militar, onde permaneceu até a sua morte (FAUSTO NETO, 2013).

“um misto de democracia controlada com a mão forte da tirania, combinando eleições periódicas com uma cada vez maior concentração do poder em suas mãos”.

Conforme explicam os autores, Chávez assumiu o papel de novo líder revolucionário da América Latina, em referência a Simón Bolívar na época da libertação latino-americana, e simbolizou o imperialismo dos Estados Unidos e o capitalismo como “grandes inimigos da revolução” (p. 10). O presidente venceu todas as eleições a que disputou, sendo quatro vezes para o cargo do executivo nacional e vários referendos, entre os quais um para a sua permanência no poder em 2004.

De acordo com Passos (2013), Chávez, que era militar, liderou em 1992 dois golpes de estado que tinham como objetivo derrubar o sistema político vigente há 40 anos no país que, sob o título “Pacto de Ponto Fixo”, alternava o poder em apenas dois partidos (Ação Democrática – AD e Comitê de Organização Política Eleitoral Independente – Copei). Apesar de ambos os movimentos terem fracassado, Chávez ganhou popularidade por ter tentado derrubar o modelo político vigente no país. Depois de passarem dois anos na prisão, o militar e seus companheiros criaram o partido Movimento Quinta República (MVR), pelo qual Chávez venceu as eleições presidenciais de 1998. O militar foi reeleito outras três vezes consecutivas, em 2000, 2006 e 2012 – em março de 2007, Chávez criou o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), baseado em ideais do chamado ‘socialismo do século XXI’, e que substituiu o MVR (PASSOS, 2013). “Essas vitórias ajudaram a corroborar com a construção e consolidação do ‘fenômeno Chávez’ na Venezuela e o enorme apoio popular que Hugo Chávez obtinha” (PASSOS, 2013, p. 5).

O governo chavista, segundo Bijos e Cavalcante (2013), foi caracterizado por uma série de medidas populistas, com foco no combate à pobreza e ajudas governamentais aos setores menos favorecidos. Entre os efeitos da política de Chávez estão: a taxa de analfabetismo inferior a 5% (considerada erradicada pelos padrões da UNESCO¹⁹); a redução de 49,4% em 1999 para 29,5% em 2012 no número de pessoas pobres, segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal); e o aumento do acesso à educação secundária de menos da metade, em 1998, para mais de 70% em 2011 (BIJOS; CAVALCANTE, 2013, p.11).

No entanto, apesar dos indicadores positivos, os autores afirmam que se observou a queda na qualidade de vida da população venezuelana, “decorrente, em geral, da deterioração da economia, cada vez mais dependente dos altos preços do petróleo no mercado

¹⁹ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

internacional, e das instituições democráticas” (p. 12). Segundo Bijos e Cavalcante (2013), durante a administração de Hugo Chávez, instituições democráticas como a liberdade de expressão, de organização e de participação política eram desrespeitadas.

Os Poderes institucionais não mais eram independentes, sofrendo constantes ingerências por parte do Executivo e os direitos civis não eram respeitados igualmente para todos. Durante os 14 anos passados, a Venezuela sofreu com a ausência de órgãos reguladores que controlassem os investimentos e despesas públicas, contribuindo para um aumento exponencial da dívida externa desse país. (BIJOS; CAVALCANTE, 2013, p.12)

Os autores afirmam que Hugo Chávez, sentindo-se pressionado, interveio nos meios de comunicação não estatais, removendo da grande mídia a Coordenação Democrática (CD), que denunciava ‘desmandos’ do presidente; perseguindo a imprensa independente; determinando, em 2007, o fechamento de mais de 30 emissoras de rádio; e não renovando a licença de transmissão da segunda emissora mais assistida no país, a Radio Caracas Televisión (RCTV), que se viu obrigada a fechar as portas.

O economista José Manuel Puente (apud BIJOS; CAVALCANTE, 2013, p. 18) identifica as seguintes características a respeito da economia venezuelana: 1) controle dos preços, do tipo de câmbio e de taxas de juros; 2) discricionariedade, com constantes surtos protecionistas da política comercial; 3) falta de clareza nas questões de direito de propriedade, impactando na redução dos investimentos nacionais e estrangeiros; 4) dependência dos altos preços do petróleo no comércio internacional. Outra característica do governo chavista, segundo Bijos e Cavalcante (2013), foi a estatização de empresas privadas:

“Sob os argumentos de proteção dos trabalhadores e distribuição da renda, inúmeras empresas nacionais passaram para o controle público e começaram a enfrentar graves problemas financeiros, como não pagamento de salários e falta de crédito para adquirir os insumos de produção. Como consequência, essas empresas, além de tornarem-se improdutivas, reivindicaram ajuda do Executivo venezuelano, que desviava recursos de outras áreas para atender a demanda delas” (BIJOS; CAVALCANTE, 2013, p.15)

Os autores afirmam ainda que a inflação disparou após 2006 e que, de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), o ex-presidente venezuelano teria elevado a dívida pública de 37,6% do PIB para 51,3% no intervalo de 14 anos de governo.

Nas relações externas, o país tem procurado ampliar e fortalecer novas alianças, “sem se preocupar com as consequências de algumas delas, como a parceria com a China, Cuba e Ira” (BIJOS; CAVALCANTE, 2013, p. 17). Conforme explicam os autores, o chavismo foi, entretanto, um entrave complexo à integração regional, uma vez que havia uma busca

constante de formação de um único partido com intenção de perpetuar Hugo Chávez no poder. Em confronto direto à cláusula democrática²⁰ do MERCOSUL, essa foi, segundo os autores, uma das razões para a demora do ingresso do país ao bloco.

De acordo com Gehre (2012, p. 49), o Brasil atuava como um “firme defensor” da adesão da Venezuela ao MERCOSUL desde a década de 1990, “mas esse fato apenas reverteu-se em um compromisso político em 2001, na gestão de Fernando Henrique Cardoso”. Conforme afirma Teruchkin (2006), o ingresso da república venezuelana no MERCOSUL foi preparado em 2001, por solicitação do então presidente Hugo Chávez, e efetivado em julho de 2006, em Caracas, com a assinatura do protocolo de adesão da Venezuela ao bloco. A partir daquele momento, o país foi reconhecido como estado associado ao MERCOSUL e, em seguida, as discussões para a sua inclusão como membro pleno foram iniciadas.

O processo de adesão da Venezuela seguiu com celeridade quando, em dezembro de 2005, na reunião de cúpula do MERCOSUL em Montevideu, o país se tornou “sócio pleno em processo de adesão”, categoria inexistente até aquela data (TERUCHKIN, 2012). Segundo a autora, alguns especialistas defendem que a rapidez inicial do processo se deu pela participação ativa de Chávez, enquanto outros a atribuem ao grande interesse do presidente argentino na adesão do país, uma vez que a Venezuela era responsável pelo maior número de compras individuais de títulos da dívida pública argentina.

Gehre (2012) afirma ainda que, com a demora a se obter a promulgação da entrada da Venezuela no bloco (antes de o Brasil manifestar oficialmente seu apoio), Chávez teria discursado em tom de ultimato para que os parlamentares paraguaios e brasileiros voltassem a se manifestar sobre a matéria. “A troca de farpas entre o Congresso brasileiro e o presidente Chávez, de certa forma, interrompeu temporariamente as discussões parlamentares sobre a entrada da Venezuela no MERCOSUL e quase culminou na sua rejeição.” (GEHRE, 2012, p. 50). Ao dar o aval para o ingresso da Venezuela ao bloco, conforme explica o autor, o governo Lula sinalizou as relações bilaterais prevaleceriam na parceria, “a partir de uma postura mais retraída e vigilante” (ibidem, p.50). Fato é que, como disserta Gehre (2012), o pleito venezuelano foi congelado pelo senado paraguaio, que vetou a entrada do país, e pela centralização das decisões no ambiente executivo governamental.

²⁰ De acordo com o Artigo 1º do Protocolo de Ushuaia (1998), “a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Partes do presente Protocolo”.

O impasse seguiu até o impeachment do presidente paraguaio Fernando Lugo, conforme explicado no tópico anterior, o que ocasionou a saída temporária do Paraguai do MERCOSUL. Ao mesmo tempo em que Argentina, Brasil e Uruguai determinaram a suspensão do país, a cúpula do MERCOSUL em Mendoza, no dia 29 de junho de 2012, autorizou a incorporação da Venezuela no bloco (BASTOS; METZGER, 2012).

De acordo com Teruchkin (2006), as consequências da entrada da Venezuela ao MERCOSUL, deixando-se de lado por enquanto as condições em que a entrada foi efetuada, são vistas de dois modos:

De um lado, existem os que acreditam que ela será prejudicial ao Mercosul, devido aos elevados custos políticos de sua adesão, maiores que os benefícios a serem auferidos. Tal fato deve-se, principalmente, aos temores que vem suscitando pelas características atuais de seu Presidente, que a está tornando uma nova fonte de politização tanto intra como extrabloco. De outro, estão aqueles que acham que a Venezuela proporcionará elevados ganhos: pela ampliação do mercado, por ser a maior fonte petrolífera do continente e dispor de recursos para serem aplicados intrabloco, por aumentar o poder de barganha do Mercosul nas negociações com terceiras partes, dentre outros. (TERUCHKIN, 2006, p.46)

No entanto, a autora afirma que, acima de tudo, a entrada da república venezuelana no MERCOSUL significa “um importante passo para o aprofundamento da integração econômica da América Latina” e pode representar “um grande estímulo para que os demais países da América do Sul pleiteiem, igualmente, seu acesso” (ibidem, p.48). Considerando o contexto em que a Venezuela foi efetivamente aceita como membro pleno do MERCOSUL, Bastos e Metzger (2012), Gehre (2012) e Sturaro e Frota (2012) concordam que o processo acarretou em uma imagem negativa do bloco econômico. Enquanto Bastos e Metzger (2012) afirmam que a medida foi apressada, Gehre (2012) argumenta que a rapidez e a conveniência com que o processo foi levado “tornaram evidente o sentido oportunista da ação, o que implicou custos para a imagem internacional do Brasil e colocou em dúvida o sentido da parceria brasileiro-venezuelana” (p.50). Sturaro e Frota (2012), por sua vez, defendem que a principal implicação da admissão da Venezuela é o enfraquecimento do bloco, uma vez que o fato de o regime venezuelano não ser plenamente democrático torna a decisão inconsistente. Segundo os autores, embora sejam realizadas eleições “competitivas, universais e razoavelmente livres e limpas” na Venezuela, os direitos políticos e civis básicos não são amplamente respeitados no país. Casos registrados de violação à liberdade de expressão, bem como o controle governamental sobre o conteúdo de rádio e TV (estabelecido formalmente em 2004) e a criação de uma lei em 2010 que permite sancionar organizações políticas (associadas ou financiadas por estrangeiros) que critiquem o país são alguns exemplos de

medidas antidemocráticas (STURARO, FROTA, 2012). Outra questão citada pelos autores é o crescente cerceamento da liberdade de reunião, devido à criação de leis que criminalizam o protesto político e restringem movimentos grevistas no setor público.

Considerados em conjunto, esses dois acontecimentos [a suspensão do Paraguai e a admissão da Venezuela] sugerem uma contradição que compromete a credibilidade do regime de defesa coletiva da democracia do MERCOSUL. Se o cerceamento de direitos políticos e civis do ex-presidente Lugo, no caso os direitos à ampla defesa e ao devido processo legal, justifica a suspensão do Paraguai, o cerceamento de outros direitos inclusos nessa mesma categoria, no caso as liberdades de expressão e de reunião, desqualifica a entrada da Venezuela no bloco. Dito de outro modo, pelas mesmas razões que o Paraguai foi suspenso, a Venezuela não poderia ter entrado. (STURARO; FROTA, 2012, p. 50)

De acordo com Bijos e Cavalcante (2013), adotar as normas do MERCOSUL representaria um grande avanço para Venezuela, cuja instabilidade tem afastado investimentos externos e parceiros comerciais nos últimos anos, além de as estatizações no país ainda assombrarem atores da cena econômica mundial. “Nesse aspecto, o respeito à legislação do Mercado Comum, que prevê, por exemplo, a adoção de um tribunal arbitral para a solução dos conflitos, traria de volta a confiança para o ambiente econômico bolivariano” (BIJOS; CAVALCANTE, 2013, p.19).

Conforme afirma Gehre (2012, p. 50), os benefícios da adesão da Venezuela ao MERCOSUL têm um longo trajeto a percorrer. Isso porque, segundo o autor, o conflito paraguaio é “episódico” e deve ser superado ao tempo em que uma nova dinâmica do processo de integração seja produzida pela república bolivariana; enquanto um novo eixo político, econômico e energético complementa o eixo Brasília-Buenos Aires. Gehre afirma ainda haver ambiente político favorável para que os países do MERCOSUL auxiliem a Venezuela a cumprir com os requisitos do bloco, havendo também uma posição flexível na padronização dos produtos venezuelanos em relação ao estabelecido.

A questão argentina

Resistências à abertura econômica e ao aprofundamento da liberalização do comércio regional são características que, de acordo com Macadar (2009), predominam atualmente no “regionalismo pós-liberal” na América do Sul. Segundo a autora, há mais cautela ao se realizar qualquer tipo de concessão no âmbito econômico, considerando o contexto de crise internacional e de tendências protecionistas, em que há forte nacionalismo econômico e

preocupação com impactos negativos da globalização. Em relação à Argentina, a autora afirma que a característica é visível no desinteresse do país pela agenda de aprofundamento da união aduaneira do MERCOSUL e através da negociação nos foros multilaterais – a Argentina resistiu à redução de tarifas para produtos industriais na Rodada Doha²¹, o que contribuiu para o fracasso das negociações.

O protecionismo argentino é exercido de forma defensiva, com a intenção de proteger não só o que ainda resta da indústria nacional, mas, também, com o intuito de reindustrializar-se. Portanto, nesse modelo de desenvolvimento, a prioridade recai na substituição de importações e na sustentação do emprego, enquanto a preocupação com os reflexos sobre os acordos do Mercosul e a aliança estratégica com o Brasil passa a um segundo plano. (MACADAR, 2009, n. p.)

Segundo Macadar (2009), o aprofundamento de medidas de defesa²² comercial no país foi motivado pela crise financeira e econômica global e pelos seus consequentes impactos sobre o nível de atividade interno. “Todas essas medidas foram aplicadas com a justificativa de defender a indústria nacional contra a concorrência desleal de produtos importados” (MACADAR, 2009, n. p.). Segundo a autora, autoridades e industriais argentinos defendem as medidas argumentando que o país é invadido por produtos brasileiros e, portanto, diante da crise internacional, as empresas argentinas precisam ser protegidas das assimetrias em relação às brasileiras.

Ainda assim, de acordo com Macadar (2009, n. p.), o Brasil, por representar a maior economia da região, “deve fazer concessões e arcar com os custos da integração, para evitar o naufrágio do Mercosul”. Para a autora, a cooperação da Argentina é essencial para manter a projeção internacional do MERCOSUL e para que ele continue liderando a integração sul-americana. Ela ressalta, entretanto, que há dois posicionamentos em relação ao tema na composição do governo brasileiro. Por um lado, setores ligados ao Itamaraty e à presidência defendem o exercício da tolerância em relação aos países da região a favor de uma estratégia comum de desenvolvimento e integração. Para tais setores, o Brasil “deve absorver alguns

²¹ A Rodada Doha foi iniciada oficialmente em 2001 com a IV Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), no Qatar. O objetivo, segundo Rodrigues e Paula (2008), é estabelecer modalidades que garantam: 1) reduções substanciais no apoio interno ao comércio; 2) incremento no acesso a mercados; 3) eliminação progressiva de todas as formas de subsídios à exportação; e 3) tratamento especial e diferenciado operacional que leve em conta a segurança alimentar e de meios de vida e as necessidades de desenvolvimento rural. De acordo com os autores, apesar do nível de ambição inicial, os países-membros não conseguiram atingir um consenso, o que teria levado à interrupção da conferência. Desde então, afirmam, a ambição das propostas de reformas apresentadas na rodada tem diminuído.

²² Segundo Macadar (2009, n. p.), seriam exemplos de medidas adotadas pela Argentina “licenças não automáticas de importação, estabelecimento de preços mínimos para alguns produtos, investigações “antidumping”, e introdução de restrições voluntárias às exportações por parte dos países parceiros comerciais”.

custos devido a seu papel de liderança regional, principalmente quando se considera a heterogeneidade das estruturas econômicas dos países vizinhos e os interesses comerciais diferenciados de cada país” (MACADAR, 2009, n. p.). Entretanto, a autora afirma que, para outros setores do Governo (principalmente o Ministério do Desenvolvimento e o Ministério da Fazenda), o posicionamento defendido é o de reação ao crescimento de medidas protecionistas implementadas pela Argentina, bem como denunciar o país à Organização Mundial do Comércio (OMC) pelo prazo excessivo da liberação de licenças automáticas. Dessa forma, como afirma a autora:

A controvérsia dentro do próprio governo brasileiro põe em evidência a complexidade das relações políticas e econômicas entre o Brasil e Argentina, mas as incertezas quanto ao futuro do país vizinho, que enfrenta problemas internos e ameaça de fuga de capitais, levam a crer que o Brasil tem mais a ganhar com a tolerância do que com o confronto. (MACADAR, 2009, n. p.)

Assim, desdobra-se o cenário atual sobre o MERCOSUL. Conforme afirmam Silva, Johnson e Arce (2013), o futuro do bloco está associado à capacidade de superar desafios em quatro dimensões (política, social, econômica e internacional), possibilitando o aprofundamento da integração. Ainda que seja um processo difícil, os autores concordam que “a superação destes desafios e o aprofundamento da integração regional constituem-se numa possibilidade que, certamente, determinará o papel da América Latina no cenário internacional no século XXI” (SILVA; JOHNSON; ARCE, 2013, p. 62).

Exposto o panorama das tensões atuais do MERCOSUL, representadas aqui pela suspensão do Paraguai, pela entrada da Venezuela e pelas medidas protecionistas do governo argentino, acredita-se ter oferecido a base teórico-histórica que contribuirá para a análise dos editoriais selecionados como objeto de estudo desta pesquisa. No próximo capítulo, serão discutidas as características e as repercussões do Jornalismo opinativo, bem como a história do jornal O Estado de S. Paulo.

2. A OPINIÃO NO JORNALISMO

A fim de analisar as características opinativas presentes nos editoriais jornalísticos e a história do jornal O Estado de S. Paulo, instituição representada pelos textos estudados por esta pesquisa, o segundo capítulo está dividido em quatro tópicos. Primeiro, é discutido o conceito de opinião e o papel da imprensa na formação das visões de mundo compartilhadas socialmente, além da reflexão sobre os conceitos de imagem pública e enquadramento. Em um segundo momento, discorre-se com mais ênfase sobre o gênero editorial e suas implicações. O terceiro tópico traz um breve panorama do Jornalismo internacional, visto que o tema dos editoriais selecionados (o MERCOSUL) está intrinsecamente associado às Relações Internacionais. O último tópico, por sua vez, discorre sobre a história do Estadão e as características de seus textos opinativos, principalmente em relação aos editoriais.

2.1. Jornalismo opinativo: O papel da imprensa na formação de opinião

Luiz Beltrão (1980, p.14) afirma que opinião se trata da “função psicológica pela qual o ser humano, informado de ideias, fatos ou situações conflitantes, exprime a respeito seu juízo”. Para o autor, opinar é, além de direito, um dever do jornalista. Em suas palavras:

Ela [a opinião] é que valoriza e engrandece a atividade profissional, pois quando expressa com honestidade e dignidade, com reta intenção de orientar o leitor, sem tergiversar ou violentar a sacralidade das ocorrências, se torna fator importante na opção da comunidade pelo mais seguro caminho à obtenção do bem-estar e da harmonia do corpo social. (BELTRÃO, 1980, p. 14).

Para que uma opinião seja elaborada sobre um fato, Beltrão (1980, p. 15) explica que é preciso que o objeto seja questionável, ou seja, “dê margem a uma opção do sujeito entre duas ou mais alternativas, igualmente possíveis”. Além disso, o autor destaca que, para determinada matéria ser objeto de opinião (em especial para o Jornalismo), “é necessário que o grupo social a considere passível de discussão, e não um tabu”. As matérias-tabus, segundo Beltrão considera, são consagradas, no tempo, pela tradição, pelos costumes e normas de conduta consolidados do grupo.

A respeito da formação da opinião pública, Beltrão ressalta que opinar se trata de um ato individual desenvolvido dentro de um grupo. Segundo o autor, uma mesma opinião pode ser compartilhada por vários indivíduos, talvez pela maioria dos membros de uma unidade

social, caso em que diz se tratar de uma opinião geral ou comum – sendo a opinião não necessariamente de todos, mas da maior parte. De acordo com Beltrão, essa maioria não é simplesmente numérica, mas de quem “faz da profissão opinar”, formando assim núcleos de opinantes. Marías (apud BELTRÃO, 1980, p.18) disserta que “a opinião dominante quase sempre nasce em círculos reduzidos”, que passam a ser seguidos por núcleos maiores. “Isto é, os indivíduos que o compõem [o núcleo maior] opinam também porque entendem do assunto, porém orientados, dirigidos por aquele indivíduo ou grupo exíguo”, explica. Dessa forma, “uma zona social muito mais ampla aceita e faz sua a opinião sem entrar nela”.

Tais condições, segundo Beltrão, ressaltam a instabilidade da opinião, notadamente da dominante, dada a sua característica multiplicidade. Para Marías, a opinião imutável é indício de “anquilosamento social”, enquanto sua variação com ritmo representa a “vitalidade e a saúde de um organismo social”. Assim, de acordo com Beltrão, dada a importância do exercício da opinião, ela não pode ficar restrita a sociedades tradicionais ou grêmios literários, devendo ser publicada. “E é através dos *mass media*, notadamente da imprensa, mas, também, do rádio, da televisão e do cinema, que as opiniões adquirem uma existência pública” (BELTRÃO, 1980, p. 18-19). Ao jornalista, afirma, cabe a função de “pregoeiro da opinião [própria ou de indivíduos e grupos sociais]”, para que ela não fique limitada a pequenos núcleos e esteja ao alcance de todos – “condição de suma importância para a orientação do homem e da sociedade nos nossos tempos” (ibidem). Segundo o autor, o papel moral e social do profissional de Jornalismo vai, portanto, além da finalidade puramente informativa:

O jornalista medíocre informa por informar, O autêntico jornalista informa para formar. Um pára na finalidade informativa. O outro prossegue na finalidade informativa. O pequeno jornalista ou noticiarista leva a notícia ao próximo. O jornalista comenta-a, leva a notícia acrescida da sua apreciação. O grande jornalista informa e forma. Cria e orienta a opinião pública. E nisso representa um papel na coletividade e faz do Jornalismo, mais ainda do que em suas raízes, uma arte social por excelência. (BELTRÃO, 1960, p.81)

Não é à toa que o Jornalismo tem a característica da opinião desde sua gênese. De acordo com Marques de Melo (2003), “o monolitismo opinativo caracterizou a vida dos primeiros jornais e revistas, que eram obra de uma só pessoa”. Pena (2010, p.41) continua: “as reportagens não escondiam a carga panfletária, defendendo as posições dos jornais (e de seus donos) sobre os mais variados temas. As narrativas eram mais retóricas que informativas”.

No Brasil, toma-se como exemplo *O Correio Braziliense* – primeiro periódico nacional, produzido em 1808 por José Hipólito da Costa, na Inglaterra, com forte caráter opinativo (SODRÉ, 1999, p. 20-22). Segundo Marques de Melo, a característica também pode

ser encontrada em várias publicações brasileiras da época, como as Sentinelas, de Cipriano Barata; O Censor Maranhense, de Garcia de Abranches; O Carapuiceiro, do Padre Lopes Gama; e A Aurora Fluminense, de Evaristo da Veiga, entre outros.

De acordo com Sousa (2008, p. 19), ao se modernizar, o Jornalismo passou a separar a opinião da informação, chegando ao modelo que conhecemos hoje. Conforme Traquina (2004, p. 34), a vertiginosa expansão dos jornais no século XIX – possibilitada pela evolução do sistema econômico, dos avanços tecnológicos, de fatores sociais e pela evolução do sistema político rumo à democracia – permitiu a criação de novos empregos e fez com que a atividade ganhasse um novo objetivo: fornecer informação e não mais propaganda. Segundo o autor, do novo paradigma surgiram valores que ainda hoje são identificados com o Jornalismo, como a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade e uma noção de serviço ao público.

Beltrão (1960) propõe outra divisão para as categorias do Jornalismo. O autor sugere a substituição dos termos Jornalismo *de opinião* e *de informação* por Jornalismo *ideológico* e *eclético*, respectivamente. Partindo da premissa de que todo texto jornalístico carrega certo grau de juízo, e sendo, portanto, opinativo, a imprensa promoveria a opinião pública “tanto como aqueles que, enquadrados num sistema filosófico, numa corrente política ou numa linha doutrinária, subordinam as suas conclusões sobre os fatos aos princípios adotados, à sua função rectora” (BELTRÃO, 1960, p. 110). Para ele, o que muda entre as duas modalidades é o grau de opinião presente no texto. No Jornalismo eclético, o fato é apurado, selecionado e exposto com maior ou menor ênfase, enquanto no Jornalismo ideológico há um complexo filosófico que visa ser difundido e que possui orientação clara, direta, apaixonada, e chegando a ser, por vezes, agressiva.

Como decorrência do processo de produção industrial, Marques de Melo (2003, p. 101-102) afirma que, a partir do momento em que a imprensa deixou de ser empreendimento individual e se tornou instituição, a expressão de opinião foi fragmentada seguindo diversas tendências, “uma vez que a realidade captada e relatada condiciona-se à perspectiva de observação dos diferentes núcleos emissores”. O autor divide a valoração dos acontecimentos em quatro núcleos: a) empresa, b) o jornalista, c) o colaborador, d) o leitor.

A opinião da empresa, ademais de se manifestar ao conjunto da orientação editorial (seleção, destaque, titulação), aparece oficialmente no *editorial*. A opinião do jornalista, entendido como profissional regularmente assalariado e pertencente aos quadros da empresa, apresenta-se sob a forma de *comentário*, *resenha*, *coluna*, *crônica*, *caricatura* e eventualmente *artigo*. A opinião do colaborador, geralmente personalidades representativas da sociedade civil que buscam os espaços jornalísticos para participar da vida política e cultural, expressa-se sob a forma de

artigos. A opinião do leitor encontra expressão permanente através da *carta*. (MARQUES DE MELO, 2003, p. 102, grifos do autor)

Beltrão (1980), por sua vez, resume as categorias específicas de opinião em apenas três: a do editor, a do jornalista e a do leitor. A opinião do editor, para ele, equivale à definição de Marques de Melo para a opinião da empresa. De acordo com Beltrão, a opinião é expressa pelos editoriais e pela linha do jornal, identificáveis pelo critério de seleção das informações, e é fundamentada nos seguintes elementos:

a) as convicções filosóficas do grupo; b) as informações e relações que envolvem o tema proposto; c) as sondagens e pesquisas realizadas na área de circulação e influência do veículo; d) a experiência jornalística dos chefes de redação, algumas vezes mesmo reunidos em conselhos editoriais; e, finalmente, e) os interesses econômicos da empresa. (BELTRÃO, 1980, p. 19)

Antes de se supervalorizar o último critério, entretanto, o autor afirma que é preciso considerar que os principais órgãos de difusão são grandes empresas comerciais e industriais, e, portanto, devem manter um equilíbrio entre sua missão pública e seu objetivo mercantil. “[As empresas jornalísticas] dependem do leitor que, com senso divinatório do cidadão, logo identifica uma política editorial comprometida e divorciada dos interesses vitais da comunidade. Então, o jornal não tardará em ser repudiado” (ibidem, p. 19). Com o descrédito da coletividade, as tiragens cairiam, os anunciantes que mantêm o jornal retirariam seu apoio, e o jornal teria que ser fechado. O editorial, portanto, que veicula o posicionamento oficial da empresa, mostra-se como um “espaço de contradições”, como caracteriza Marques de Melo (2003, p. 104). Segundo o autor, o discurso presente no editorial constitui uma “teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico”, tendo que conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana. Este aspecto do Jornalismo opinativo será retomado em detalhes mais adiante.

A opinião do jornalista, conforme afirma Beltrão (1980, p. 20-21), é manifesta sobre os problemas em foco na sociedade e sobre o que ele informa em matérias por ele assinadas e em secções ao seu cargo. A partir do contato diário maior com o público, afirma, sua condição social, sua formação filosófica e sua experiência profissional dão os fundamentos para a formulação de sua opinião. De acordo com o autor, a opinião do jornalista reflete a opinião do jornal – uma vez que trabalha em uma empresa cujos princípios e orientação são delimitados – e, conseqüentemente, de uma parte expressiva do público, “contribuindo de modo decisivo para a formação do pensamento coletivo a respeito” (ibidem, p. 21).

Já a opinião do leitor, na definição de Beltrão, pode ser resumida como o julgamento que o leitor faz das notícias publicadas, manifestando sua “concordância ou oposição à orientação que lhe é transmitida pelo editor e/ou o pelo jornalista” (BELTRÃO, 1980, p. 21). É manifesta em seções específicas como cartas à redação, entrevistas concedidas e pronunciamentos oficiais de grupos. “O leitor gosta de discutir, debater, opinar. Em outras palavras, de exprimir um julgamento baseado em fundamentos, não raro, insuficientes para produzir certeza” (ibidem, p. 22). Segundo o autor, desse entrelaçamento de opiniões é que nasce a opinião pública.

De acordo com Habermas (1984), a partir do momento em que a publicação de anúncios nos jornais possibilita a diminuição do preço do produto final, a imprensa comercial se torna da mesma natureza que uma empresa de economia privada destinada a gerar lucros. Essa situação, conforme explica o autor, transforma o veículo de comunicação em um empreendimento capitalista, “caindo no campo de interesses estranhos à empresa jornalística e que procuram influenciá-la” (p. 217), ou seja, tornando-a manipulável à medida que se comercializa. Para Habermas (1984), ao se expandir, a imprensa deixou de mediar as opiniões individuais do público para formar o raciocínio dos indivíduos. Em suas palavras: “Enquanto antigamente a imprensa só podia intermediar e reforçar o raciocínio das pessoas privadas reunidas em um público, este passa agora, pelo contrário, a ser cunhado primeiro através dos meios de comunicação de massa” (p. 221).

Conforme lembra Sousa (2008, p. 20), embora o texto opinativo se caracterize essencialmente por oferecer um direcionamento interpretativo e uma visão a ser defendida pela argumentação, não deixa de apresentar caráter informativo. Na visão de Marques de Melo (2003, p. 74-75), “a expressão da opinião [...] compreendida como mecanismo de direcionamento ideológico, corporifica-se nos processos jornalísticos através da seleção das incidências observadas no organismo social e que atendem às características de atual e de novo”, de forma que a opinião está sempre atrelada aos fatos. “O jornal não opina simplesmente. Ele informa, interpreta e oferece sua perspectiva para avaliação do leitor” (SOUSA, 2008, p. 20).

Marques de Melo, citando Fraser Bond, afirma que o Jornalismo tem quatro razões de ser fundamentais: informar, interpretar, orientar, entreter. O jornal esforça-se abertamente por influenciar seus leitores através dos artigos, editoriais, caricaturas e colunas assinadas. Dessa forma, depreende-se dessa análise que o Jornalismo opinativo reflete o diálogo entre os mais diversos setores da sociedade, fornecendo bases argumentativas para diversos públicos e influenciando na tomada de decisões dos representantes públicos.

Formação da imagem pública e enquadramento

Sabendo que a imprensa é capaz de influenciar a formação da opinião pública e as decisões de representantes públicos, é conveniente às instituições políticas se fazerem presentes nos produtos dos meios de comunicação de massa, de forma a conseguir, com mais eficácia, chegar ao público. De acordo com Weber (apud SILVA, 2009 p. 26), “intimamente ligada à política, ao desempenho dos políticos e ao exercício de poder, a opinião pública é a referência de constituição de conceitos e imagens a respeito de um político, instituição, atitudes ou organização”.

Tais imagens não devem ser interpretadas pelo seu sentido denotativo, visual, mas pelo sentido conotativo, metafórico. A imagem pública, no conceito de Gomes (apud MONT’ALVERNE, 2013, p. 19), é “um complexo de informações, noções, conceitos, partilhado por uma coletividade qualquer, e que o caracterizam. Imagens públicas são concepções caracterizadoras”.

Segundo Mont’Alverne (2013), tal fenômeno é conhecido como política de imagem, referindo-se à prática de produção e controle das imagens públicas. Weber (apud MONTALVERNE, 2013) ressalta, entretanto, o cuidado necessário para se falar em política de imagem, uma vez que a expressão pode reduzir a política a um “espetáculo”. De acordo com Silva (2009, p. 27),

a busca pela visibilidade e pela composição de imagens públicas por parte dos campos sociais na mídia ganha relevância nas sociedades de massa, sobretudo pela função singular dessas mediações de exporem determinadas visões de mundo aos públicos, o que poderia, teoricamente, exercer influência na formação de uma opinião pública favorável aos segmentos em disputa.

A procura de políticos (e também das instituições) pela manutenção de uma opinião pública favorável, de acordo com Mont’Alverne (2013), não começou com a expansão dos meios de comunicação no século XX. Era comum, nos séculos passados, reis e imperadores investirem nas suas apresentações ao público. No entanto, a autora explica que, com o desenvolvimento dos meios de comunicação e com o conseqüente aumento do público, cresce também o número de informações disponíveis aos cidadãos.

Nesse novo espaço, a sociedade passa a ter uma relação mais próxima com os agentes políticos através da mídia, de forma que eles precisem “se dobrar a lógicas do campo da comunicação para figurarem no noticiário e, conseqüentemente, serem conhecidos do público e consolidarem uma imagem pública” (MONT’ALVERNE, 2013, p. 20).

A imagem pública é uma estratégia de "visibilidade de resultados". Para tanto, cada instituição e cada sujeito político mantém um sistema estratégico, administrado por especialistas, com objetivo de conquistar e produzir opiniões públicas e privadas, apoio, adesões, participação direta e indireta; geração de votos; aquisição de objetos e ideias; ocupação de espaços informativos e relações com as mídias. (WEBER apud ibidem, p. 22)

Produzidas através dos conhecimentos de profissionais que trabalham com a imagem, a programação de uma mensagem pretende “administrar impressões, dispor elementos de tal modo e com tal técnica que a instância subjetiva da recepção seja levada, por força, a produzir conclusões e a sentir o efeito que a emissão pretende” (GOMES apud SILVA, N. F., 2005, p. 42). Desta forma, embora o efeito da mensagem não seja produzido pelo emissor, este pode influenciar a tomada de decisão do receptor.

Cabe aos jornalistas, segundo Noêmia Silva (2005), recodificar e transformar as mensagens emitidas, sem que os profissionais da imagem tenham qualquer controle sobre elas. A autora afirma que, a partir dos critérios de noticiabilidade, os profissionais da mídia selecionam materiais provenientes da mensagem e constroem uma imagem para o público. É neste momento, afirma Noêmia Silva (2005), após a recodificação jornalística, que a mensagem é decodificada pelos indivíduos.

Considerando o papel dos jornalistas na construção da imagem de uma instituição ou de um sujeito político, faz-se necessário aprofundar a questão. A visão tradicional do Jornalismo determina que os repórteres devam buscar a imparcialidade e a objetividade na hora da apuração e da produção da notícia. Entretanto, de acordo com Mauro Porto (2002, p. 1), “neste paradigma está a visão de que ao tratar de temas políticos a mídia deve impedir que valores e ideologias (...) interfiram no relato dos 'fatos'”, enfoque que afirma ser insuficiente para o estudo da relação entre mídia e política.

Nesse cenário, o conceito de enquadramento (ou *framing*) aparece como alternativa a paradigmas em declínio. De acordo com Entman (apud PORTO, 2002, p. 2, grifos no original):

O enquadramento envolve essencialmente *seleção e saliência*. Enquadrar significa *selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento* para o item descrito.

Ao enquadrar, segundo Araújo e Lima (2009, p. 9), o jornalista “seleciona, salienta, interpreta, avalia e sugere tratamento para itens da realidade percebida”, de forma a poder

“atuar politicamente, definir problemas, diagnosticar causas, fazer um julgamento moral e sugerir remediações”. Ou seja, a partir da interpretação dos fatos por parte do jornalista, o profissional enquadra, isto é, dá enfoque a determinadas características no texto, de modo a interferir na apreensão do público sobre a realidade social (PORTO, 2002).

De acordo com Mont’Alverne (2013), a seleção de determinados fatos para exposição na notícia, em detrimento de outros, é relativa ao que as empresas de comunicação e os profissionais consideram ser relevante, ressaltando haver “casos em que a omissão de problemas, explicações ou avaliações pode ser tão crítica quanto as inclusões” (ibidem, p. 30). Grande parte das percepções de mundo e da opinião pública, segundo a autora, é desenvolvida ou reforçada pelos meios de comunicação, ao que cita os estudos de Wettstein para apontar a tendência de o público interpretar certo assunto da forma como é ele retratado pela mídia. Os meios de comunicação determinam, portanto, a forma como os fatos são enquadrados, influenciando o público sobre como se deve pensar a respeito.

Nesse âmbito, o editorial, gênero que será mais aprofundado no próximo tópico, aparece em uma posição diferenciada do noticiário, uma vez que a instituição jornalística irá se posicionar explicitamente sobre determinado assunto. Equilibrando os interesses da empresa e os do cidadão (MARQUES DE MELO, 2003), o enquadramento de determinado assunto nos editoriais é uma das formas pela qual o jornal estrutura seu posicionamento e apresenta argumentos para defendê-lo, persuadindo o leitor a concordar com o que é dito. Aprofunda-se, a seguir, nas características deste gênero opinativo.

2.2. O Editorial: A voz da empresa jornalística

Marques de Melo (2003, p.103) define como editorial “o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento”. A opinião da empresa, no caso de grandes jornais, reflete não os interesses nominais dos proprietários, mas o “consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização” (ibidem, p. 104). Segundo o autor, além de acionistas, são financiadores, anunciantes e até braços do aparelho burocrático do Estado pelos controles que exerce no âmbito fiscal, previdenciário, financeiro etc.

O editorial é, nessa perspectiva, um gênero específico usado pelos jornais e revistas para persuadir seus leitores a verem os fatos do modo como a instituição jornalística considera adequado, organizando sua estrutura argumentativa de acordo com essa intenção. (SOUZA, 2006, p. 64)

Conforme afirma Marques de Melo (2003, p. 104), o editorial afigura-se como um “espaço de contradições”, cuja vocação é a de “apreender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana”. Mas qual é o público alvo desse elemento do Jornalismo opinativo? Marques de Melo (2003, p. 104) afirma que "a opinião contida no editorial constitui um indicador que pretende orientar a opinião pública" e, portanto, é dirigido à coletividade. No entanto, ele ressalta que, na realidade, isso acontece em relação às empresas que atuam em uma sociedade civil forte e organizada, que se contrapõe ao poder do Estado. Não é o caso do Brasil.

Este não é o caso da sociedade brasileira, cuja organização política tem no Estado uma entidade todo-poderosa, presente em todos os níveis da vida social. Por isso é que os editoriais difundidos pelas empresas jornalísticas, embora se dirijam formalmente à "opinião pública", na verdade encerram uma relação de diálogo com o Estado. (MARQUES DE MELO, 2003, p. 104)

Segundo o autor, a hipótese corresponde à apreensão desse gênero jornalístico realizada a partir da observação feita durante anos. "A leitura de editoriais dos jornais diários, por exemplo, inspira-nos a compreensão de que as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos" (ibidem). Marques de Melo vai ainda além: segundo o autor, não se trata de uma atitude voltada para perceber as reivindicações da coletividade e expressá-las a quem de direito, mas "significa muito mais um trabalho de 'coação' ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam" (ibidem, p. 105).

Para sustentar a tese, Marques de Melo cita os trabalhos de Jonathan Lane e Alfred Stepan. O primeiro, segundo o autor, analisou a participação das instituições jornalísticas brasileiras na queda do Governo Goulart e "verificou que sua intenção explícita nos dias que precederam o golpe militar de 31 de março era criar pânico entre as forças armadas, conduzindo-as à insurreição contra o regime constitucionalmente instalado" (ibidem, p. 105). O estudo foi ratificado por Stepan que, ao estudar o comportamento dos editoriais de grandes periódicos do Rio de Janeiro e de São Paulo em relação aos golpes de Estado no período de 1945 a 1964, concluiu que os golpes abertamente apoiados pelos jornais obtiveram êxito e os golpes que não foram, fracassaram. Outro autor citado por Marques de Melo é Eron Brum, que reforça a hipótese de que os editoriais são dirigidos ao Estado e não à opinião pública, "embora esta tome conhecimento da argumentação usada e funcione como massa de manobra" (ibidem, p. 105).

Segundo o autor, as instituições jornalísticas, sabendo que dispõem de força e que encontram correspondência no aparelho estatal, atribuem atenção especial à produção dos editoriais, que supõe plena integração entre as políticas da empresa e os interesses corporativos que defendem.

Beltrão (1980, p.60) determina quatro atributos específicos para o gênero editorial: a impessoalidade (matéria não assinada), a topicalidade (tema delimitado), a condensalidade (mais afirmações, menos demonstrações) e a plasticidade (flexibilidade). Segundo Marques de Melo (2003, p. 108), a impessoalidade surge na transição das instituições jornalísticas de propriedade individual ou familiar para se tornarem organizações complexas, não havendo mais lugar para um texto assinado pelo proprietário. A topicalidade, explica, é consequência da mudança na estrutura editorial das empresas brasileiras, que substituíram o editorial único por vários, cada um tratando de uma questão específica. A condensalidade, por sua vez, atende ao público que, vivendo em grandes centros urbanos, dispõe de pouco tempo para se dedicar à leitura do jornal. Sobre a plasticidade, por fim, Marques de Melo afirma que ela decorre da própria natureza do Jornalismo. "Se lhe cabe valorar os fatos que estão acontecendo, é indispensável acompanhar o ritmo dos próprios fatos e apreendê-los nos seus desdobramentos" (ibidem).

Ainda assim, Marques de Melo chama atenção ao fato de que, mesmo com todos esses atributos, o editorial não alcança o interesse da maior parte do público leitor de jornais diários. José Nabantino Ramos (apud MARQUES DE MELO, 2003, p. 108) menciona que pesquisas em São Paulo constataram que os editoriais são lidos por menos de 10% dos leitores. Marques de Melo cita Alan Viggiano para enumerar algumas razões para o menor índice de leitura do editorial:

1) o editorial é massudo - maciço, sem subtítulos, com poucos parágrafos, muito intelectualizado; 2) destina-se a uma determinada classe de leitores - empresários e políticos; 3) não é valorizado - figura isoladamente na superfície impressa, distante das matérias que tratam informativamente dos mesmos temas; 4) não interessa ao leitor - geralmente o tema abordado não diz respeito ao universo específico do público. (MARQUES DE MELO, 2003, p. 109)

Segundo o autor, algumas mudanças na estrutura dos jornais na última metade do século XX resolveram algumas das críticas acima. Marques de Melo afirma que hoje os editoriais estão em melhor posição na superfície impressa, mais legíveis e menos massudos. "Mas o fundamental não se alterou. Os editoriais continuam a tratar daqueles temas que não correspondem aos interesses cotidianos dos seus leitores" (ibidem). Para o autor, questões relacionadas à política, economia e administração são privilegiadas em relação a temáticas

ligadas ao mundo do trabalho, à saúde e à educação. O problema, afirma, não é exclusivo de editoriais, mas dos jornais brasileiros, que assumem postura elitista – à exceção dos jornais populares sensacionalistas.

No entanto, segundo Marques de Melo (2003), eliminar os editoriais não é uma medida que tenha aprovação dos leitores, nem é cogitada pelas instituições jornalísticas. O autor afirma que, em pesquisa feita no Rio de Janeiro, 78% dos leitores entrevistados discordaram da hipótese de suprimir os editoriais dos periódicos brasileiros, sob a justificativa de que o editorial é "uma janela que permite a expressão do ponto de vista que oferece melhor ideia dos fatos nacionais e internacionais" (MARQUES DE MELO, 2003, p. 109-110). Verificou-se na pesquisa, afirma, que os leitores de editoriais pertencem à "idade madura, embora os jovens não o deixem de lado".

Para Marques de Melo, o cerne do problema está, além de nas razões já apontadas (a respeito do conteúdo do editorial), na separação de páginas onde o gênero se localiza, como indica Beltrão. Os autores concordam que segregar todo o conjunto das principais matérias opinativas das demais é um erro de concepção e sugerem combinar os gêneros opinativos aos outros no conjunto do jornal. Ainda assim, os periódicos brasileiros permanecem mantendo os textos editoriais na seção de opinião. O jornal O Estado de S. Paulo, por sua vez, parece estar em transição ao que sugerem os autores. Embora mantenha uma seção opinativa fixa, composta por três editoriais, o periódico publica outro editorial (temático) separadamente, no caderno Economia & Negócios.

A leitura de editoriais de jornais diários serve de inspiração, como ressalta Marques de Melo, à compreensão do que as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do Estado em relação a como gostariam de orientar os assuntos públicos. Mostra-se relevante, assim, a análise desta categoria do Jornalismo opinativo de modo a analisar a imagem que o veículo passa aos governantes – e à sociedade como um todo – sobre o MERCOSUL. O periódico escolhido para análise, O Estado de S. Paulo, possui relevância social e histórica para o Jornalismo brasileiro, além de ser fonte de informação direta de um grande público de leitores em todo o País.

2.3. Jornalismo Internacional: A mídia na era da globalização

Antes de seguir em frente com a pesquisa, faz-se necessária uma pequena digressão. Os assuntos referentes ao MERCOSUL, ainda que próximos ao noticiário nacional, pertencem

ao segmento internacional do campo jornalístico. Sabendo disso, aproveita-se a oportunidade para aprofundar o assunto, levando em conta também que, assim como os estudos sobre editoriais, também são escassas as pesquisas relacionadas a este campo do Jornalismo – essencial em uma era de profunda integração entre os países.

Embora ainda haja a crença de que o Jornalismo Internacional seja um desdobramento da profissão consequente dos adventos tecnológicos que surgiram com o processo de industrialização capitalista no século XIX, a maioria dos autores da área concorda que o caráter internacional do Jornalismo existe desde o surgimento da profissão. Neste grupo, está Natali (2007), que, embora contrarie a concepção de que o Jornalismo Internacional tenha surgido no século XIX, admite que a teoria faça sentido. Ele afirma que foi nesse período “quando em Londres os periódicos impressos ampliavam sua área geográfica de interesse e de cobertura em razão da expansão do império colonial britânico” (ibidem, p. 19) e, nos Estados Unidos, os “imigrantes enriquecidos tinham uma visão mais metropolitana do mundo e criavam uma demanda específica por informações, sobretudo as que tinham origem na Europa” (ibidem). O autor, no entanto, demonstra que a tese não corresponde à realidade histórica.

Conforme disserta na obra *Jornalismo Internacional* (2007), Natali afirma que as primeiras peças ditas jornalísticas teriam sido as *newsletters* criadas nas décadas iniciais do século XVI pelo banqueiro Jacob Függer, de Augsburg, na atual Alemanha. Segundo o autor, Függer tinha agentes que o enviavam regularmente informações relevantes para os negócios, como cotações, a forma como os conflitos regionais afetavam o risco de tráfego nas estradas, os preços dos pedágios nas alfândegas senhoriais e das apólices de seguro, até informações como acordos e rupturas na Igreja, coalizões entre nobres e seus efeitos no comércio.

Essas notícias e análises eram consolidadas e redistribuídas dentro da própria rede de agentes da casa bancária. (...) Ali estava de forma inequívoca o embrião do Jornalismo econômico e político, voltado para assuntos internacionais. (NATALI, 2007, p.21)

Dessa forma, segundo o autor,

O Jornalismo impresso – e o Jornalismo internacional, que nos primórdios do Jornalismo era o único tipo de Jornalismo conhecido – não nasceu com o capitalismo. O mercantilismo já precisava dele e foi por isso que o criou. Ocorreu, na época mercantil, o florescimento rápido dessas folhas de notícias impressas que eram vendidas a quem quisesse comprar e não mais circulavam dentro de um mesmo conglomerado comercial e financeiro. (ibidem, p. 22-23)

O autor chama atenção para o fato de o período em questão estar nas primeiras décadas do século XVI, “uma época dotada de uma infraestrutura de comunicações muitas vezes irregular e bastante tênue” (ibidem, p. 23). Ainda assim, Natali (2007) afirma que uma verdadeira “epidemia” de publicações teria florescido na Europa na primeira metade do século XVII. “Em 1610 e 1645, esses jornais baseados em informações econômicas e políticas de terras estrangeiras já circulavam na Suíça, Áustria, Hungria, Inglaterra e França” (ibidem).

Nesse ponto, o autor afirma que os historiadores deixaram três lições para o estudo do Jornalismo. A primeira seria a de que o Jornalismo teria nascido internacional, com a apuração e a difusão de notícias produzidas em terras longínquas. A segunda seria que, desde o início, “a informação foi comercializada como instrumento para produzir eficiência e poder por meio dos negócios” (ibidem). Isto é, desde a gênese, o Jornalismo está intrínseco à atividade econômica, levantando informações pertinentes aos negócios. A terceira lição estaria na periodicidade regular de entrega das informações ao leitor. Segundo Natali (2007), a regularidade da publicação é um “atributo fundamental para diferenciar o Jornalismo internacional já presente nos corantos²³ dos relatos impressos sem compromisso com a periodicidade que circularam, por exemplo, em Veneza, com notícias da guerra com os otomanos que fumegava em 1563” (ibidem).

Nos anos seguintes, conforme relata Natali (2007), começam a ser encontrados indícios de censura. O periódico *Nouvelles Ordinaires de Divers Endroits* (Notícias Comuns de Vários Lugares), por exemplo, que começou a circular em Paris em 1631, foi interrompido por determinação governamental e substituído pelo *La Gazette*, que o autor afirma ter sido bem mais condescendente com o governo. Outro caso se deu na região da atual Alemanha durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) – segundo Natali (2007), o governo inglês estabeleceu o decreto *Star Chamber*, em vigor de 1632 a 1638, “para impedir que as notícias desse longo conflito chegassem em detalhes ao conhecimento do público inglês” (p. 24), o que inviabilizava parte da imprensa britânica.

Já no final do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa (1789-1799), o autor ressalta o fato de a percepção dos fatos políticos e sociais terem sido ampliados na Europa. Era, afirma Natali (2007), o que Habermas define como “esfera pública”. Para Habermas (1997), “só à luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer, tudo se torna visível a todos” (HABERMAS, 1997, p. 16). De acordo com Natali (2003), o imaginário coletivo

²³ Primitivas compilações de notícias surgidas na Holanda no início do século XVII. Thompson (1998), afirma que os primeiros corantos “se interessavam principalmente por notícias do exterior”. (p.66).

passou a transpor os limites regionais. “Eram, por exemplo, crimes hediondos que apaixonavam esse embrião de opinião pública e que levavam as pessoas a tomarem partido” (ibidem, p. 26-27). Essa ampliação do interesse público fez com que aumentasse também o “espaço de pauta”, conforme Natali denomina.

Não estamos mais apenas na esfera do noticiário internacional de caráter utilitário, que a comunidade *business* consumia por meio dos corantos. Estamos no espaço verbal da política ou da fofoca, num espaço de pauta sem muitas fronteiras geográficas. (NATALI, 2007, p. 27)

A partir da curiosidade internacionalizada, a Revolução Francesa passou a interessar cidadãos de outros países não só pelos ideais, mas também por atos como o uso indiscriminado da guilhotina. Como o autor explica, “a Revolução ameaçava a ordem instituída também fora da França” (ibidem, p. 28), de forma que já se era previsível que a censura aos jornais funcionasse em outros países mundo afora.

A censura se transforma, então, a partir da década de 20 do século XIX, em uma das ferramentas para a reconstrução de uma ordem social baseada em múltiplas formas de opressão. (...) Deixar de saber o que ocorre em outros países era perder a oportunidade de importar ideias. Era limitar ou neutralizar o espaço público. O noticiário internacional acabou se tornando, ao mesmo tempo, o alvo da repressão censora e o bode expiatório, em razão dos supostos estragos produzidos por ideias inovadoras e importadas. (NATALI, 2007, p. 29)

Com a expansão tecnológica do século XIX, os jornais já eram distribuídos em larga escala. Segundo Natali, “o impacto da rapidez na transmissão de informações e na distribuição de jornais e revistas foi proporcionalmente bem maior que o da computação e o da Internet no final do século XX” (ibidem, p. 30). Aproveitando as novas possibilidades de infraestrutura, os veículos de comunicação procuravam formas de ofertar mais informações e reduzir os custos de produção. Surgiu então a ideia das agências de notícias, reunindo repórteres que produzissem material para vários órgãos de imprensa.

Segundo Aguiar (2009, p. 02), “a função elementar das agências de notícias é a importação e exportação de conteúdo jornalístico, especificamente aquele de origem internacional, além-fronteiras”. A primeira agência de notícias surgiu na França em 1835 (AGUIAR, 2009 e NATALI, 2007). Conforme explica Natali, a Havas, precursora da atual Agence France-Presse (AFP), trabalhava primeiramente com a tradução de informações publicadas nos jornais europeus para uso dos jornais franceses, e depois passou a trabalhar com equipes próprias de reportagem. Atualmente, a norte-americana Associated Press (AP), a britânica Thomson Reuters, a AFP e a hispânica EFE controlam cerca de 70% a 90% das

notícias distribuídas aos veículos de comunicação do mundo (BOYD-BARRETT; RANTANEN, 1998 apud ESPERIDIÃO, 2011).

As agências deram viabilidade econômica ao noticiário internacional. Um texto distribuído a centenas de jornais que assinam os serviços de uma agência sai incomparavelmente mais barato que um texto produzido por um correspondente ou enviado especial cujos custos são cobertos inteiramente por um jornal ou por uma revista. O correspondente ou o enviado especial passou a ser um diferencial de peso, mas não o arroz com feijão do noticiário. (NATALI, 2007, p. 31)

Embora o uso de notícias produzidas pelas agências internacionais tenham tornado mais viável a publicação de fatos internacionais em jornais de todo o mundo, é recorrente a crítica de que seu uso excessivo pode acabar com a “sensação de pertencimento comunitário” e que, muitas vezes, o conteúdo divulgado “se centra em questões menores ou mesmo percepções estranhas às identidades nacionais” (BALDESSAR; DELLAGNELO, 2013, p. 59-60). A visão também é compartilhada por Rossi (2000), que afirma que a maioria das publicações brasileiras sobre assuntos internacionais parece pautar seu enfoque pelo o que interessaria a leitores do jornal norte-americano *The New York Times* ou do francês *Le Monde*, e não pelos interesses nacionais brasileiros. Segundo o autor, considerando que vários países latino-americanos decidiram seguir uma política econômica parecida na década de 90 (em que se ressalta a criação do MERCOSUL), é natural que o leitor brasileiro se interesse em acompanhar a experiência nos países vizinhos, até mesmo para poder prever o que pode acontecer em seu próprio país. No entanto, conforme afirma Rossi,

É pouco provável que as agências internacionais, cujas atenções estão concentradas no mundo desenvolvido, dêem conta adequadamente desse tipo de cobertura. Logo, acompanhar melhor a América Latina não é um problema de combater uma suposta “informação imperialista”, mas um problema simples de saber, mais depressa e com mais profundidade, o que está acontecendo “perto da minha casa”. (2000, p. 84)

O autor ressalta, entretanto, que a atenção ao que ocorre próximo ao país de origem não pode impedir que o Jornalismo brasileiro abranja cada vez mais informações de todo o mundo. Hoje, segundo afirma, tamanha é a globalização da economia que, de alguma maneira, tudo passou a ser doméstico e, portanto, de interesse da sociedade brasileira.

Torna-se clara, portanto, a importância de os jornais nacionais investirem na cobertura de assuntos internacionais, incluindo-os no repertório de discussão do público. Tal apresentação serviu para orientar o leitor a respeito da relevância da cobertura de assuntos externos, principalmente relacionados à América Latina, pela imprensa brasileira.

2.4. A trajetória do jornal *O Estado de S. Paulo*

O jornal *O Estado de S. Paulo*, também conhecido como *Estadão*, é um dos maiores veículos de informação do País, além de ser o mais antigo dos jornais da cidade de São Paulo ainda em circulação (PONTES, 2004). O periódico representou o passo inicial para a formação do Grupo Estado, que atualmente reúne as empresas Agência Estado, Rádio Eldorado, OESP Gráfica, OESP Mídia, iLocal e o portal estadao.com.br (GRUPO ESTADO, s.d.). O jornal foi fundado em 4 de janeiro de 1875, ainda na época do período imperial brasileiro, com o nome “A Província de S. Paulo”. Em janeiro de 1890, com a nova nomenclatura para as unidades da federação pela República, o nome foi atualizado para “O Estado de S. Paulo”.



Figura 1 – Brasão do jornal *O Estado de S. Paulo* em 1875²⁴

O jornal foi criado com base nos ideais de um grupo de 16 republicanos, pessoas reunidas por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, com o propósito de combater a monarquia e a escravidão. Segundo Pontes (2004), a tiragem inicial do periódico era de 2.000 exemplares, “bastante significativa para a população da cidade, estimada em 31 mil”. Em 1888, “A Província” atingia a marca de 4.000 assinantes. Em janeiro de 1890, já com o nome de “O Estado de S. Paulo”, a tiragem havia dobrado: 8 mil.

De acordo Pontes, o jornal cresceu juntamente com a cidade e passou a influenciar cada vez mais a evolução política do país, “com a enorme responsabilidade de ser o principal veículo da mais republicana das cidades brasileiras”²⁵. Durante a sua trajetória, o periódico se posicionou politicamente diversas vezes. Em 1909, apoiou abertamente a candidatura de Ruy Barbosa à Presidência da República, em oposição ao militar Hermes da Fonseca –

²⁴ Fonte: estadao.com.br

²⁵ Documento eletrônico sem paginação. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/historico/index.htm>. Acesso em: 19 set. 2013

posicionamento que levou Júlio Mesquita, então único proprietário, à prisão (MAYRINK, 2011). Conforme relata Lisboa (2012, p. 36), em 1926, o jornal apoiou oficialmente a fundação do Partido Democrático em São Paulo, em oposição ao Partido Republicano Progressista (PRP), então detentor do governo estadual e federal. Quatro anos depois, em 1930, defendeu a Aliança Liberal e a candidatura de Getúlio Vargas, pelo que se tornou alvo de críticas anos depois. Após dois anos de governo, entretanto, Pontes (2004) afirma que o jornal e o Partido Democrático, “inconformados com o autoritarismo e o tratamento hostil de Getúlio Vargas e os ‘tenentes’ a São Paulo”²⁶, se opõem à ditadura e se aliam a alguns setores do PRP contra o governo federal. Segundo o autor, com a derrota da Revolução Constitucionalista, que eclodiu no dia 9 de julho de 1932 em defesa de eleições livres e de uma constituição, Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita foram presos e, depois, exilados em Lisboa. Ambos conseguiram retornar no ano seguinte, com ajuda de Armando de Salles Oliveira, que era genro do então já falecido Júlio Mesquita. De acordo com Pontes (2004), Salles, que foi nomeado pelo próprio Getúlio Vargas como interventor federal em São Paulo, “só aceitou o posto sob a condição do ditador conceder anistia aos revolucionários de 32 e convocar eleições para o ano seguinte, o que acabou sendo feito”²⁷.

Armando de Salles Oliveira, ainda como interventor federal, baixou no dia 25 de janeiro de 1934 o decreto 6283, criando a Universidade de São Paulo. Segundo Pontes (2004), o ato concretizou uma ideia de Júlio de Mesquita Filho, defendida em campanha no jornal. O próprio teria se incumbido de convidar professores franceses, italianos e alemães para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com o auxílio dos professores George Dumas e Theodoro Ramos.

No entanto, no âmbito do golpe que estabeleceu o período do Estado Novo (1937-1945), quando Getúlio Vargas dissolveu o parlamento e impôs uma nova constituição, Júlio de Mesquita Filho foi preso e expatriado novamente. De acordo com Mayrink (2011), a redação do Estado – que já estava sob censura prévia desde o golpe – foi ocupada por soldados da Força Pública (Polícia Militar) no dia 25 de março de 1940, ficando nas mãos do governo até dezembro de 1945, após a queda de Getúlio.

Esses cinco anos de intervenção não entram na história do jornal. É como se não tivessem existido, porque, ao retomar a direção, os Mesquita ignoraram o registro da

²⁶ Documento eletrônico sem paginação.

²⁷ Documento eletrônico sem paginação

primeira página e repetiram o número 21.650 que marcara a primeira edição feita sob ocupação da ditadura. (MAYRINK, 2011)²⁸.

Duas décadas depois, o jornal voltou a apoiar um movimento e a voltar-se contra ele. Em 1964, o Estadão declarou-se favorável ao movimento militar que depôs o então presidente João Goulart. Segundo Pontes (2004 apud Lisboa 2012, p. 37), o periódico "entendia que a intervenção militar deveria ser transitória", e ao se evidenciar "que os radicais de extrema direita aumentavam sua influência, objetivando a perpetuação dos militares no poder, O Estado retirou seu apoio e passou a fazer oposição". Lisboa afirma que, em 1968, o Estado e o Jornal da Tarde²⁹ (versão vespertina do periódico), passaram a ser censurados e a publicar poesias de Camões e receitas culinárias no lugar de notícias censuradas. No dia 13 de dezembro daquele ano, o jornal foi impedido de circular devido ao editorial intitulado *Instituições em frangalhos*, escrito por Júlio Mesquita Filho. No blog *Palavras, Todas Palavras*³⁰, o repórter do Estado de S. Paulo Roldão Arruda (2008)³¹ detalhou o processo. Em suas palavras:

No dia 12 de dezembro de 1968, após tomar conhecimento do resultado da votação em que o Congresso negou à ditadura licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves, acusado de ofender as Forças Armadas, o diretor de redação do Estado, Julio de Mesquita Filho, começou a redigir a Nota Um – o primeiro editorial da seção Notas e Informações. Com o título *Instituições em Frangalhos*, procurava descrever a crise política e a falta de visão do general Costa e Silva, que pensava poder governar o País como se fosse uma caserna, além de vaticinar dias mais difíceis. Saiu um texto indignado, que a maioria dos leitores do Estado de São Paulo e do Jornal da Tarde, onde também seria publicado, nunca chegou a ler. Às três horas da madrugada, o general Sílvio Correia de Andrade, chefe do Departamento de Polícia Federal em São Paulo, chegou ao jornal e foi para a oficina, onde pegou um exemplar na boca da impressora. Depois de ler o editorial, mandou parar a impressão e ainda confiscou todos os exemplares que já estavam nos caminhões, prontos para serem despachados. Numa conversa com Julio de Mesquita Filho,

²⁸ Documento eletrônico sem paginação. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,uma-vida-de-136-anos-e-cada-vez-mais-novo,661749,0.htm>>.

Acesso em: 25 set. 2013.

²⁹ No dia 4 de janeiro de 1966, sob a direção de Ruy Mesquita, saiu o 1º número do "Jornal da Tarde". O periódico, que circulou pela última vez no dia 31 de outubro de 2012, foi criado para cativar um público mais jovem, que O Estado de S. Paulo não tinha condições de conquistar. Os textos eram ágeis e provocadores, com uma dose de humor que também aparecia em seu projeto gráfico. De acordo com notícia publicada no Estadão (Grupo Estado anuncia revisão de portfólio. 29/10/2012. **O Estado de S. Paulo**. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,grupo-estado-anuncia-revisao-de-portfolio,132724,0.htm>>.

Acesso em 25 set. 2013), o periódico deixou de circular por "uma decisão empresarial, tomada para o aprimoramento do foco estratégico do Grupo Estado". No texto, a empresa esclarece que "a determinação leva em conta o objetivo de investir na marca Estadão com uma estratégia multiplataforma integrada (papel, digital, áudio e vídeo e mobile), para levar maior volume de conteúdo a mais leitores, sem barreira de distância e custos de distribuição".

³⁰ Disponível em <<http://palavrastodaspalavras.wordpress.com>>. Acesso em 25 set. 2013

³¹ Documento eletrônico sem paginação. Disponível em:

<<http://palavrastodaspalavras.wordpress.com/2008/03/28/1968anos-de-chumbo-e-permitido-proibir-pela-editoria/>>. Acesso em: 23 set. 2013

diretor-responsável do jornal, o general chegou a propor a liberação do jornal desde que o editorial fosse substituído por outro que não fizesse referência à derrota do governo. Mas a proposta não foi aceita.

Segundo o repórter, o episódio – que resultou na apreensão das edições de O Estado de S. Paulo e do Jornal da Tarde do dia 13 de dezembro de 1968 e desencadeou a censura aos órgãos de imprensa independentes do País – teria ocorrido horas antes da assinatura do Ato Institucional n.º 5³². Ele afirma que Júlio de Mesquita Filho, que morreu no ano seguinte, não escreveu mais editoriais por estar inconformado com a falta de liberdade. Como sinal de protesto, o espaço nobre da página 3 deixou de ser utilizado. Arruda (2008) afirma ainda que Julio Mesquita Neto, que substituiu o pai na direção do jornal, teria afirmado durante um debate na ECA/USP, em 1970, que não se comentava mais matéria política no jornal pelo fato de não haver liberdade para dizer o que pensavam. A censura só seria retirada em 1975, com o projeto de distensão política iniciado pelo governo do general Ernesto Geisel. No dia 3 de janeiro daquele ano, véspera do centenário do Estadão, “foram publicados os últimos trechos de Os Lusíadas e as receitas do JT. No dia seguinte os censores deixaram a redação” (ARRUDA, 2008, n. p.).

Segundo o diplomata Roberto Aldo Salone, autor da biografia³³ de Júlio de Mesquita Filho, o jornal representava um “instrumento de política” para o diretor. “[Mesquita] não via o jornal como negócio. Sempre teve em vista que o jornal era uma unidade de combate. Jamais usou-o para qualquer fim que não fosse o aperfeiçoamento das instituições políticas brasileiras. Isso fica claro na tentativa de venda do jornal.” (SALONE, 2009 apud MAYRINK, 2009, n. p.)

Após a redemocratização do País, o jornal tomou partido apenas nas últimas eleições presidenciais, em 2010, quando, a uma semana das eleições³⁴, publicou um editorial no qual declarava apoio ao candidato José Serra em resposta às críticas do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o comportamento dos meios de comunicação durante o período eleitoral (LISBOA, 2012, p. 34-35). Para ele, parte da imprensa estaria se comportando como um partido político (FLOR; SIMIONATO, 2010). Conforme afirma Lisboa (2012, p. 35), “a repercussão sobre a partidarização do jornal O Estado de S. Paulo às vésperas das eleições de primeiro turno revela a importância do periódico no país”. O Estadão reúne características que

³² Baixado no dia 13 de dezembro de 1968 durante o governo do general Costa e Silva, o AI-5 definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem “inimigos da pátria” ou como tal fossem considerados.

³³ SALONE, Roberto Aldo. **Irredutivelmente Liberal: Política e Cultura na Trajetória de Julio de Mesquita Filho**. Rio de Janeiro: Albatroz, 2009.

³⁴ No dia 25 de setembro de 2010.

o identificam como Jornalismo de referência, ao produzir a um público amplo, disperso e diferenciado uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas (FRANCISCATO, 2005 apud LISBOA, 2012, p. 35)

A opinião jornalística em O Estado de S. Paulo

A seção de opinião do jornal O Estado de S. Paulo é identificada pelo título “Notas e informações”, fixa nas páginas 2 e 3 do primeiro caderno. Diariamente, a editoria é composta por dois artigos de opinião assinados, três editoriais, um quadro para o fórum de leitores e outro para informações institucionais (figura 2). Outro editorial é publicado de terça a domingo no caderno Economia & Negócios, versando sobre o tema.



Figura 2 – Página editorial de O Estado de S. Paulo, do dia 09/01/2013

Embora o jornal possua um Manual de Redação (MARTINS, 1998), a obra serve como guia para jornalistas responsáveis pela produção de notícias e reportagens do Estadão,

não se debruçando sobre o caráter opinativo do periódico. A respeito do verbete “opinião”, a obra traz a seguinte explicação:

O jornal, como um todo, tem opiniões sobre os assuntos que publica e as expressa em editoriais. O noticiário, por isso, deve ser essencialmente informativo, evitando o repórter ou redator interpretar os fatos segundo sua ótica pessoal. [...] Para oferecer ao leitor maior diversidade de pontos de vista, o jornal tem críticos, comentaristas, analistas, articulistas, correspondentes e outros que, em textos assinados, poderão expor suas opiniões, nem sempre coincidentes com a do Estado. (MARTINS, 1998, p. 204-205)

No entanto, o Grupo Estado esclarece quais são seus princípios editoriais no Código de Conduta e Ética³⁵. No documento, a entidade identifica a linha editorial como a identidade do grupo. “É a visão opinativa do Grupo a respeito dos principais acontecimentos, sempre fiel à missão editorial e às orientações aprovadas pelo seu Conselho de Administração.” (GRUPO ESTADO, s. d., n.p.)³⁶. As diretrizes que orientam as empresas (e, conseqüentemente, os editoriais) são:

1) O Grupo Estado defende o sistema democrático de governo, a livre iniciativa, a economia de mercado e um Estado comprometido com um país economicamente forte e socialmente justo; 2) Sente-se responsável pela promoção do desenvolvimento humano, político, econômico, social e cultural do Brasil, dando coesão à sociedade civil; 3) O Grupo Estado garante aos setores minoritários a manifestação de suas opiniões e condena editorialmente todo estereótipo racial, religioso, étnico e sexual; 4) O Grupo Estado, intimamente vinculado aos interesses dos leitores, ouvintes, internautas e o público de outras mídias, defende editorialmente os direitos e as liberdades individuais, o pluralismo democrático e a identidade sócio-cultural do Brasil e de São Paulo; 5) O Grupo Estado defende a prioridade do Direito sobre a força e a prioridade da ordem social sobre a anarquia em quaisquer de suas manifestações; 6) O Grupo Estado defenderá os cidadãos das agressões de qualquer forma de poder e estimulará a livre iniciativa em todos os âmbitos da atividade humana; 7) O Grupo Estado é uma organização que busca, processa e difunde informação com rigorosa obediência às exigências profissionais e éticas; 8) Os produtos do Grupo Estado estão abertos ao debate dos assuntos públicos e, independentemente de suas posições editoriais, defendem o pluralismo e a diversidade de opiniões. Recusam-se, no entanto, a veicular teses que neguem a liberdade, atentem contra a dignidade da pessoa humana ou agridam os princípios da ética informativa definidos neste documento; 9) A saúde econômica do Grupo Estado é pré-requisito da sua independência e condição imprescindível para a digna e justa retribuição aos seus funcionários, meio para manter e reforçar sua liderança no mercado. Por isso, entende que ganhar dinheiro com a informação, digna e corretamente, é rigorosamente um dever ético; 10) As atividades informativas do Grupo Estado são realizadas com independência dos interesses da Companhia.

³⁵ Disponível em: <http://www.estadao.com.br/ext/codigoetica/codigo_de_etica_miolo.pdf>. Acesso em: 25 set. 2013.

³⁶ Documento eletrônico sem paginação. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/ext/codigoetica/codigo_de_etica_miolo.pdf>. Acesso em: 25 set. 2013.

De acordo com a Associação Nacional de Jornais (ANJ)³⁷, a partir de dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), o jornal O Estado de S. Paulo foi o 4º periódico de maior circulação diária no Brasil em 2012, com a tiragem média de 235.217 exemplares, sendo precedido por Folha de S. Paulo (SP, 297.650), Super Notícia (MG, 296.799) e O Globo (RJ, 277.876). Também cabe ressaltar que o Estadão foi eleito o jornal mais admirado do País³⁸ pela 11ª vez em 2013, segundo pesquisa realizada pelo Grupo Troiano de Branding. O Índice de Prestígio de Marca (IPM) do periódico foi calculado em 68,3, à frente da Folha de S. Paulo (63,5), Valor Econômico (57,3) e O Globo (47,2) (O Estado de S. Paulo, 02/12/2013).

Dessa forma, dada a relevância do periódico para a formação das visões de mundo compartilhadas pela sociedade brasileira e a firmeza com que declara seus posicionamentos nos editoriais, a análise dos textos do jornal O Estado de S. Paulo propõe-se examinar de que maneira o jornal contribui com a formação da opinião pública do país em relação ao MERCOSUL.

³⁷ Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em: 19 de ago. de 2013

³⁸ 'ESTADO' é eleito o jornal mais admirado do País pelo 11º ano. **O Estado de S. Paulo**. 02/12/2013. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,estado-e-eleito-o-jornal-mais-admirado-do-pais-pelo-11-ano,171558,0.htm>>. Acesso em 02 dez. 2013.

3. ANÁLISE DOS EDITORIAIS

O capítulo final desta pesquisa traz a análise dos editoriais publicados no primeiro semestre de 2013 pelo jornal O Estado de S. Paulo a respeito do MERCOSUL. Dividida em cinco tópicos, esta parte do trabalho apresenta, primeiramente, o procedimento de recorte do material selecionado para exame. Em seguida, faz-se uma breve apresentação dos objetivos e ferramentas da Análise de Discurso (AD), mecanismo escolhido para realizar o estudo do *corpus* empírico. O terceiro tópico expõe o passo-a-passo utilizado para fazer a análise dos editoriais, que é efetivamente apresentada no tópico seguinte. Por fim, o quinto tópico apresenta a reflexão gerada a partir dos resultados da investigação.

3.1. *Delimitação do corpus empírico*

De modo a reunir material necessário para efetuar a análise da construção da imagem do bloco econômico MERCOSUL nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo, foi escolhido um conjunto de textos publicados no referido periódico entre janeiro e junho de 2013. A escolha do período se justifica por sua atualidade, além de se mostrar adequado para analisar as repercussões da suspensão do Paraguai e da entrada da Venezuela no bloco em junho de 2012, contemplando ainda os efeitos da morte do presidente Hugo Chávez em março de 2013.

Os editoriais foram localizados a partir do mecanismo de busca do próprio site³⁹ do Estadão. A unidade de registro (isto é, o recorte) utilizada para realizar a busca, tal como propõe Weber (1990, p.21-23), foi o termo “MERCOSUL”, com o qual se é possível fazer a segmentação do conjunto dos textos sobre o tema que constitui o objeto desta pesquisa.

A partir dos resultados, foram desconsiderados da análise seções como: 1) os “Fóruns de leitores”, espaço destinado às cartas e comentários dos leitores sobre assuntos repercutidos pelo jornal; e 2) os artigos assinados. O motivo para a exclusão de ambas as categorias de textos opinativos é o mesmo: esta pesquisa visa analisar apenas o posicionamento da instituição jornalística, apresentada por meio do gênero editorial. Dessa forma, chegou-se ao total de 16 editoriais selecionados para análise, listados no quadro 1. A íntegra dos textos se encontra no Anexo da monografia.

³⁹

Disponível em: <www.estadao.com.br>. Acesso em: 19 de set de 2013.

Quadro 1 – Lista de editoriais selecionados para análise

Nº	Data	Título
E01	09/01/2013	O Brasil no jogo chavista
E02	30/01/2013	Pobreza de ideias
E03	12/03/2013	O mundo gira sem o Mercosul
E04	19/03/2013	O alvo do governo Kirchner
E05	04/04/2013	Chávez, o passarinho
E06	16/04/2013	Atrativos do Paraguai
E07	23/04/2013	A volta dos colorados
E08	27/04/2013	Uma reunião vazia
E09	09/05/2013	Em busca de legitimidade
E10	09/05/2013	Um brasileiro na OMC
E11	11/05/2013	Chá de cadeira em Dilma
E12	29/05/2013	O mundo negocia sem o Brasil
E13	05/06/2013	Má diplomacia, mau comércio
E14	19/06/2013	Má lição para novos diplomatas
E15	20/06/2013	Uma Fiesp bolivariana?
E16	22/06/2013	O acordo automotivo, de novo

Optou-se por utilizar os mecanismos da Análise de Discurso (AD) para sistematizar e tornar possível a análise do *corpus* empírico definido. De acordo com Capelle, Melo e Gonçalves (2003, n. p.), a AD “considera que a situação está atestada no texto e busca mais a compreensão do processo produtivo do discurso”, ou seja, visa entender como o texto “funciona diante de um determinado contexto social e histórico”. Considerando que através do editorial as instituições jornalísticas mostram aos dirigentes do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos (MARQUES DE MELO, 2003), procura-se descobrir de que maneira o MERCOSUL é retratado pelo jornal, a fim de entender como a imagem do bloco é apresentada à sociedade e aos políticos brasileiros. Dessa forma, optando-se por uma pesquisa de cunho qualitativo-bibliográfico para apresentar e analisar as estruturas argumentativas, a AD se mostra como método adequado para os objetivos da pesquisa.

Antes de proceder com a análise, entretanto, faz-se necessária uma breve apresentação dos objetivos e pressupostos da AD como ferramenta em pesquisas científicas, o que será realizado no tópico a seguir.

3.2. *Análise de Discurso como método*

O discurso, segundo Manhães (2010), significa “em curso”. Para o autor, a mensagem é construída durante o fluxo de uma conversa, de forma dinâmica, em que a significação é elaborada no interior da fala do sujeito, “quando um emissor tenta mostrar o mundo para um interlocutor, numa determinada situação, a partir do seu ponto de vista, movido por uma intenção” (ibidem, p. 305). De acordo com Manhães (2010), o discurso é, portanto, a “apropriação da linguagem” por um emissor, que classifica, ordena, organiza, persuade e constrói um entendimento, tornando-se, assim, sujeito da ação social.

A Análise de Discurso (AD), conforme afirma Maria Silva (2005), pretende apreender a prática da linguagem e compreender a língua enquanto trabalho simbólico que produz sentido. Para isso, explica a autora, a AD articula conhecimentos dos campos das Ciências Sociais e do domínio da Linguística para refletir sobre os sentidos construídos pelo homem em seu espaço histórico e social.

A Análise do Discurso busca apreender como a ideologia se materializa no discurso e como o discurso se materializa na língua, de modo a entender como o sujeito, atravessado pela ideologia de seu tempo, de seu lugar social, lança mão da língua para significar (-se). (SILVA, M. A. S. M., 2005, p. 17)

De acordo com Capelle, Melo e Gonçalves (2003), três regiões do conhecimento científico se articulam em torno da AD: o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso. Nesse contexto, a “análise do discurso parte dos pressupostos de que o sentido de uma palavra expressa posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico em que são produzidas” (CAPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003, n. p.). Dessa forma, para os autores, a AD propõe uma reflexão sobre as condições de produção e de significação de textos, buscando compreender o funcionamento, os princípios de organização e as formas de produção social do sentido.

Ela [a Análise de Discurso] problematiza as evidências e explicita seu caráter ideológico, e denuncia o encobrimento das formas de dominação política nos discursos. Nesse contexto, a linguagem está marcada pelo conceito de social e histórico e deve ser considerada como uma interação inserida na relação necessária entre homem e realidade natural e social. (CAPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003, n. p.)

O surgimento da AD propriamente dita, segundo Capelle, Melo e Gonçalves (2003), aconteceu na década de 1960, na França, com os estudos de Jean Dubois e de Michel Pêcheux. De acordo com os autores, a AD possibilitou o surgimento de um novo campo

dentro da conjuntura teórico-política, tendo se desenvolvido em torno de dois pólos: o de Dubois, linguista, e de Pêcheux, filósofo. Os autores ressaltam, entretanto, que ambos os pesquisadores compartilhavam os horizontes do marxismo e da política, campos presentes desde o nascimento da AD. A corrente formada por Dubois representa a passagem do “estudo das palavras” ao “estudo do enunciado”. No lado de Pêcheux, por sua vez, a AD “é considerada uma ruptura epistemológica com a ideologia que domina nas ciências humanas”.

[...] a análise do discurso de Dubois dá lugar à teoria da enunciação, fundamentada em princípios similares aos da técnica de enunciação da análise de conteúdo. A corrente de Pêcheux, apesar de também envolver a análise da enunciação entre seus fundamentos, anunciava um programa teórico e prático, baseado na análise automática do discurso, a qual fornecia à teoria um objeto novo, ao mesmo tempo em que os procedimentos informatizados permitiam alcançá-lo. (CAPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003, n. p.)

Ambas as linhas de estudo apresentadas são algumas ramificações da denominada linha francesa da AD. Segundo Benetti (2008), esta corrente da AD é “especialmente produtiva” para o estudo dos sentidos e para o mapeamento de vozes do discurso jornalístico. Ressalta-se aqui que há outras linhas de pensamento em AD, mas esta pesquisa segue as diretrizes determinadas por Benetti (2008). De acordo com a autora, o Jornalismo constrói sentidos sobre a realidade, interferindo sobre ela contínua e mutuamente, não podendo ser analisado fora do contexto histórico. A AD, ao destacar o movimento de instauração de sentidos, deve compreender necessariamente as formas de funcionamento de um discurso.

É preciso visualizar a estrutura do texto, compreendendo que esta estrutura “vem de fora”: o texto é decorrência de um movimento de forças que lhe é exterior e anterior. O texto é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia *em outro lugar*: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário. A conjugação de forças que compõem o texto nem sempre é aparente – diríamos mesmo que raramente é visível por si mesma, e só o método arqueológico do analista de discurso pode evidenciar esta origem. (BENETTI, 2008, p. 111, grifos da autora)

Com o entendimento de que a exterioridade não apenas repercute, mas de fato constitui o texto e dele não pode ser separada, Benetti (2008) afirma que, ao utilizar o método, o pesquisador deve detectar a existência de duas camadas: “a primeira, mais visível, é a camada discursiva; a segunda, só evidente quando aplicamos o método, é a camada ideológica” (p. 111). Para isso, a autora explica que a análise deve partir do texto, através da identificação de “formações discursivas (FDs)”, que define como “uma espécie de *região de sentidos*, circunscrita por um limite interpretativo que exclui o que invalidaria aquele sentido – este segundo sentido, por sua vez, constituiria uma segunda FD” (p. 112, grifos da autora).

Em outras palavras, a FD pode ser entendida como um posicionamento (ou “sentido nuclear”, como denomina Benetti) construído no texto através de argumentos.

No mapeamento dos sentidos, é preciso limitar o campo da interpretação aos “sentidos nucleares”, isto é, a reunião em torno de uma FD, de diversos pequenos significados que constroem e consolidam *aquele sentido nuclear*. Assim, existem tantas formações discursivas quantos sentidos nucleares pudermos encontrar em um texto. (BENETTI, 2008, p. 112, grifos da autora)

No caso de um veículo de comunicação que retrata a atuação de um governo, por exemplo, Benetti (2008) afirma que a instituição constrói um movimento de paráfrase, isto é, a repetição e o reforço do mesmo sentido, através das sequências discursivas ao longo do(s) texto(s). Para fins de procedimentos metodológicos, os trechos recortados para análise e utilizados no relato da pesquisa são chamados sequências discursivas (SDs). Uma vez reunidos e identificados os principais sentidos presentes no texto, Benetti (2008) afirma ser necessário buscar a constituição de outros discursos que cruzam o discurso jornalístico. Na análise, é feito o caminho inverso do discurso, partindo “do texto para o que lhe é anterior e exterior” (BENETTI, 2008, p. 115)

Apresentados os objetivos e mecanismos da AD a serem utilizados nesta pesquisa, seguimos, no tópico a seguir, para a aplicação de tal método no *corpus* selecionado para investigação.

3.3. Procedimentos da análise

As ferramentas da Análise de Discurso (AD) referidas por Benetti em *Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos*, apresentadas no tópico anterior, mostraram-se como método adequado para facilitar a análise. Uma vez que se pretende identificar em quais sentidos o MERCOSUL é retratado pelo jornal O Estado de S. Paulo, a AD auxiliará problematizar as evidências presentes no texto e a explicitar seu caráter ideológico (CAPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003).

Com o propósito de identificar as formações discursivas (FDs) nos editoriais, foram realizadas leituras da íntegra do material selecionado. A partir do exame das peças sob análise, foi possível encontrar certos posicionamentos significativos que se repetiam ao longo dos editoriais. Além das considerações acerca do próprio MERCOSUL presentes nos textos, foram levadas em conta as marcas discursivas, isto é, os indícios do texto que dizem respeito

às ações do governo brasileiro relacionadas ao bloco e a seus países membros, bem como sobre os próprios países integrantes do MERCOSUL. Entende-se que, com esse conjunto de referências encontrado no *corpus* empírico, o jornal posiciona-se em relação ao bloco como um todo (e, portanto, também a seus membros), julgando-o e prevendo o que dele pode se esperar, repassando essa imagem à sociedade.

Cinco sentidos nucleares, isto é, FDs, referentes ao problema da pesquisa foram identificados. Conforme instrui Benetti (2008), as FDs foram numeradas e nomeadas a partir de seu sentido principal: 1) as “amarras” do MERCOSUL; 2) a incompetência/passividade do governo brasileiro; 3) a Argentina protecionista; 4) a Venezuela antidemocrática; e 5) a suspensão do Paraguai como “golpe”. Estas foram as questões mais mencionadas e às quais o jornal se posicionou mais fortemente no material selecionado.

De acordo com as instruções de Benetti (2008), são os sentidos nucleares referentes ao problema de pesquisa que devem ser mapeados pelo analista. É a partir do movimento de paráfrase, de reforço de um sentido ao longo dos textos, que se pode identificar os principais sentidos repassados pelo jornal. Para a definição das FDs, buscou-se, em um primeiro momento, entender de que forma o Estadão retratava o MERCOSUL diretamente, levando à definição da FD1. As demais FDs foram delimitadas a partir da reiteração dos sentidos que se pode perceber com a leitura dos editoriais acerca de temas relativos ao MERCOSUL e da relevância dos mesmos para a construção da imagem do bloco.

A partir da definição das FDs, buscaram-se no corpo dos textos as SDs que reforçavam a ideia representada pela formação discursiva (também numeradas, a fim de facilitar a organização), sem deixar de lado as que apresentavam um posicionamento divergente, mencionadas no decorrer da análise. Cada FD foi analisada separadamente, de forma a identificar o posicionamento acerca do tema específico por parte do Estadão, conforme se vê no tópico a seguir. Naturalmente, há SDs que se encaixam em mais de uma das formações identificadas. No caso, optou-se por destacar o sentido julgado ser mais significativo para cada SD.

No tópico a seguir, de exposição das formações discursivas, serão ressaltadas as sequências discursivas encontradas que reforçam o sentido da FD, as quais darão a base para análise dos editoriais selecionados. As SDs foram divididas em tabelas e estão grafadas em corpo 11, espaçamento simples. Em negrito, foram destacadas as marcas indicativas de sentidos, que aparecem em forma de palavras, expressões ou trechos.

3.4. *O retrato do MERCOSUL no Estadão*

Definidas as formações discursivas (FDs) diagnosticadas nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo acerca do MERCOSUL, dividem-se abaixo os principais assuntos discutidos pelo periódico ao longo dos textos, onde também são apresentadas as sequências discursivas (SDs) que sustentam cada posição do jornal. Visto que os temas estão interligados, é possível que as formações discursivas se referenciem umas às outras – sem perda do foco delimitado por cada FD.

As “amarras” do MERCOSUL (FD1)

Silva, John e Arce (2013) afirmam que o MERCOSUL, ao longo de pouco mais de duas décadas de existência, foi marcado pela “oscilação entre o otimismo e o esgotamento”. Conforme explicam os autores, embora essa dinâmica pareça conduzir ao colapso do bloco, “a integração regional persiste e se renova, apesar das limitações” (p. 62). Levando em conta esse cenário, que os autores denominam “labirinto do MERCOSUL”, procurou-se delimitar o posicionamento do Estadão sobre o tema.

Sequência discursiva	Editorial
SD01: “juízo continua sendo um insumo escasso na América Latina e especialmente no Mercosul.”	E02: Pobreza de ideias
SD02: “ Formalmente , o Mercosul é uma união aduaneira, embora nem chegue a funcionar de modo satisfatório como área de livre comércio. Como sócios de uma união aduaneira, os países-membros devem respeitar a regra da tarifa externa comum. Por isso, podem negociar acordos comerciais apenas em bloco. Toda concessão tarifária a qualquer parceiro de fora depende da aprovação dos demais. Até agora , o Mercosul negociou poucos acordos de livre comércio, sempre com parceiros em desenvolvimento e, em alguns casos, sem relevância econômica para o Brasil.”	E03: O mundo gira sem o Mercosul
SD03: “Brasil e Argentina são os principais integrantes do Mercosul, o bloco do Cone Sul que, teoricamente , é uma união aduaneira, na qual é livre a circulação de bens e serviços.”	E04: O alvo do governo Kirchner
SD04: “ além de crescentemente irrelevante , o Mercosul agora se presta ao papel de avalista de um regime que pretende ser legítimo na marra [Venezuela].”	E09: Em busca de legitimidade
SD05: “Enquanto outros países se movem, o Brasil continua preso a um bloco emperrado pelo protecionismo interno e incapaz de concluir acordos comerciais relevantes . O interesse do Paraguai e do Uruguai pela	E12: O mundo negocia sem o Brasil

recém-formada Aliança do Pacífico é um claro sinal de descontentamento com o Mercosul.”	
SD06: “A mesma fantasia explica a insistência do governo em manter o País amarrado a uma união aduaneira fracassada , o Mercosul, um bloco incapaz de funcionar como simples área de livre comércio . Se algum dos novos diplomatas desconhecer esse fato, será um digno sucessor dos condutores da política brasileira de comércio nos últimos dez anos . Nenhuma pessoa razoável e informada pode levar a sério uma união aduaneira com uma tarifa comum cheia de furos , com o comércio intrazona emperrado pelo protecionismo e sem acordos relevantes com parceiros de outras áreas.”	E14: Má lição para novos diplomatas
SD07: “O País [Brasil] é membro do Mercosul, um bloco marcado pelo protecionismo interno , por uma tarifa externa cheia de furos e por acordos preferenciais com parceiros em geral pouco significativos .”	
SD08: “O Mercosul é hoje muito mais um empecilho do que uma estrutura capaz de ter peso nas decisões internacionais, disse na terça-feira o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade. Opinião muito diferente aparece em estudo recém-lançado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Segundo o documento, entender a participação do Brasil no Mercosul como um impeditivo a acordos preferenciais de comércio é apontar um falso problema . Além disso, os vizinhos do Cone Sul são apontados como ‘a prioridade da política comercial brasileira’ . A frase do presidente da CNI é muito mais realista que a avaliação oposta.”	E15: Uma Fiesp bolivariana?
SD09: “ Faltou mostrar se o crescimento teria sido muito menor , se o bloco tivesse permanecido como área de livre comércio, sem os compromissos e amarras de uma união aduaneira. Essas amarras limitam, sim , as possibilidades de acordos internacionais mais variados e comercialmente mais vantajosos . As limitações teriam sido mais evidentes se o governo brasileiro tivesse buscado esses acordos mais ativamente, em vez de se restringir a uma política terceiro-mundista .”	
SD10: “O Mercosul foi criado em 1991 como uma zona de livre comércio, que implicava o livre fluxo de mercadorias entre os países-membros. Sua prematura transformação em união aduaneira, em 1995, tornou ainda mais injustificável o acordo automotivo. Mas, por pressão dos fabricantes argentinos de veículos, ele vigora desde 2000, com alterações pouco significativas feitas em suas sucessivas renovações , a última das quais é de 2008.”	E16: O acordo automotivo, de novo
SD11: “O acerto entre os dois governos para regulamentar o comércio binacional de automóveis e componentes tornou-se mais uma das gazuas comerciais que distorcem e desmoralizam o Mercosul.”	

No conjunto de SDs destacadas, percebe-se que os editoriais são enfáticos quanto ao posicionamento acerca do MERCOSUL. Caracterizando-o com palavras como “emperrado”, “incapaz”, “união aduaneira fracassada” e “empecilho”, os textos exprimem uma profunda frustração com os rumos tomados pelo bloco, que afirma ser “emperrado pelo protecionismo interno e incapaz de concluir acordos comerciais relevantes” (SD05).

Na SD01, ao afirmar que falta juízo na América Latina e especialmente no MERCOSUL, o jornal implica que os representantes da região têm pouca ou nenhuma capacidade de discernimento e de ponderação. Segundo argumentos presentes no editorial, o

que justifica o posicionamento são as constantes medidas protecionistas tomadas por países-membros do bloco, que entravariam as negociações econômicas. As críticas em relação ao governo argentino são particularmente mais numerosas – o que acabou por gerar outra FD, discutida mais adiante.

De forma a sustentar a posição, o jornal argumenta que, embora o MERCOSUL seja uma união aduaneira, não funcionaria efetivamente como tal (SD02, SD03, SD06, SD07). Refletindo o caráter informativo, conforme lembra Sousa (2008), o editorial esclarece as particularidades do nível de integração, como se vê na SD02, e, na mesma sequência, destaca as falhas que distanciam a realidade do bloco à teoria. Falhas estas representadas por “poucos acordos” (SD03, SD05, SD06), por uma “tarifa comum cheia de furos” (SD06, SD07) e pelas sucessivas renovações do acordo automotivo com a Argentina (SD10), afirmando, portanto, que o bloco não deve ser “levado a sério” (S06). Em relação a tal acordo, o editorial defende que sua manutenção “distorce e desmoraliza” (SD11) o MERCOSUL, referindo-se às contradições de sua existência em um bloco que prega taxa única.

Reforçando ainda mais seu posicionamento, o jornal lista indícios e consequências do “emperramento” (SD05, SD06). Na SD05, ao afirmar que o Brasil está “preso” a um bloco fadado ao fracasso, retrata o MERCOSUL como uma corrente aprisionadora do País, razão pela qual não conseguiria obter maior êxito econômico. Um indício declarado pelo jornal para o esgotamento do bloco é o interesse do Paraguai e do Uruguai por um novo bloco econômico, a Aliança do Pacífico, o que revelaria um “descontentamento” de ambos os países com o MERCOSUL.

Para o jornal, a culpa de tal cenário, como se pode extrair da SD06, é da política externa brasileira. Utilizando-se de ironia⁴⁰, o texto afirma que, por desconhecer a situação descrita do MERCOSUL, qualquer diplomata seria “digno sucessor dos condutores da política brasileira de comércio nos últimos dez anos”, insinuando que os atuais diplomatas parecem desconhecer a situação do bloco. No caso, a ironia é revelada ao se perceber que, embora se afirme no enunciado que o desconhecimento de um assunto relevante para um diplomata o tornaria exemplar, um absurdo, o que o jornal realmente expressa (na enunciação) é que a política externa brasileira dos últimos 10 anos (período do PT no poder) é insensata. Além

⁴⁰ De acordo com Fiorin (apud CAPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003, n.p.), a ironia é uma figura de pensamento categórica, que contrapõe afirmação e negação. Também chamada de antífrase, o autor afirma que a ironia é identificada quando se afirma no enunciado (na camada superficial do texto) e se nega na enunciação (o eu inscrito no discurso, o que se quer dizer), como forma de “chamar atenção entre o que o objeto realmente é e o que se afirma sobre ele no enunciado”. Benetti (2007, p. 40) classifica o sarcasmo como “uma ironia desqualificadora, ofensiva ou até mesmo injuriosa”.

disso, critica as estratégias de relações externas do governo abertamente na SD09, ao cobrar posição mais ativa do governo brasileiro em busca de acordos econômicos relevantes, em vez de se restringir ao que define como uma “política terceiro-mundista”. A expressão, repetida em outros editoriais, faz alusão a medidas tomadas por países subdesenvolvidos, o que rebaixaria o País a essa posição. O periódico ocupa boa parte de seus editoriais com críticas às decisões relativas às relações internacionais do atual governo brasileiro, conforme é discutido a seguir, na FD2.

Pode-se inferir ainda que, para o jornal, o MERCOSUL não deveria ter se tornado uma união aduaneira. Na SD09, as particularidades do nível de integração são retratadas como “amarras” que limitam as opções de acordos internacionais “mais variados e comercialmente mais vantajosos”. De acordo com o editorial, caso o bloco fosse uma área de livre comércio, provavelmente o crescimento do intercâmbio entre Brasil e demais membros demonstrado pelo estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) seria menor, uma vez que o Brasil teria mais opções para negociar, não ficando limitado ao MERCOSUL. Na SD10, afirma-se que a transição de zona de livre comércio para união aduaneira foi “prematura”.

Não obstante, a notícia do estudo da Fiesp (nas SDs 08 e 09), que é favorável ao MERCOSUL, é apresentada como um contraponto ao posicionamento do jornal acerca do tema. Isso não evita, entretanto, que o jornal a desqualifique e ainda insinue que a instituição dos industriais paulistas seja “bolivariana”, em referência ao que considera características antidemocráticas da Venezuela.

Na SD04, o jornal retrata o bloco como irrelevante economicamente, que se reduz a “prestar-se ao papel”, expressão pejorativa que significa desvalorizar-se, para validar um regime que o periódico afirma ser antidemocrático, ao retratar a Venezuela como um governo que tenta se mostrar legítimo a qualquer custo.

Como se vê, o jornal apresenta argumentos que desqualificam o MERCOSUL e se mostra contra a limitação que ele impõe ao Brasil acerca de novos acordos externos. O único momento em que o bloco não é retratado de forma negativa é no E02, quando se afirma que, na negociação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) com a União Europeia (UE), deveria ter sido priorizado um acordo do bloco europeu com o MERCOSUL “razoavelmente estruturado, pelo menos em termos formais”. No texto, afirma-se que seria uma decisão “mais prudente” e com “maior possibilidade de êxito”.

Portanto, torna-se claro que, para o Estadão, devem ser priorizados acordos bilaterais com países ricos. O MERCOSUL, para o jornal, só atrapalha.

A incompetência/passividade do governo brasileiro (FD2)

Nas dinâmicas da relação com o poder, de acordo com Lattanzi (2009, p. 4), a imprensa pode ser vista de duas formas: 1) como “linha auxiliar de regimes em busca de credibilidade junto à população” ou 2) como “oposição reguladora dos atos dos governantes”. No último caso, o autor afirma que os meios de comunicação passariam a exercer um poder independente de Executivo, Legislativo e Judiciário, formando o chamado Quarto Poder. Segundo Lattanzi, esse modelo teria se desenvolvido no Brasil após o processo de democratização de 1946, “quando as grandes empresas jornalísticas passaram a constituir um poder regulador, em oposição a governos democráticos eleitos sem o seu apoio” (p. 4). Conforme o autor explica, ao proclamar-se como “Quarto Poder”, a imprensa tem o papel de cobrar do governo ações que se voltem para o bem comum, pondo-se no papel de “fiscal” dos poderes públicos e canal de expressão popular. Ele ressalta, no entanto, que é preciso considerar até que ponto “esse poder é exercido da maneira desejada, ou seja, livre da influência dos interesses daquele que informa” (LATTANZI, 2009, p. 4).

O jornal O Estado de S. Paulo parece se encaixar no cenário exposto por Lattanzi, uma vez que não poupa críticas e sugestões ao atual governo – comandado pela presidente Dilma Rousseff (PT). Percebendo o contexto de um jornal como, em princípio, opositor de Dilma (inclusive eleitoralmente), procurou-se verificar o posicionamento do bloco relativo às ações e medidas governamentais perante as relações externas, dentro do quadro do MERCOSUL. Na tabela abaixo, estão identificadas as sequências em que o jornal faz referência a representantes, ações ou estratégias do governo brasileiro relativas às relações externas brasileiras, principalmente sobre o MERCOSUL.

Sequência discursiva	Editorial
<p>SD12: “mistificado pela própria ideologia - para ressuscitar uma expressão dos velhos tempos marxistas -, Garcia saiu falando pelos cotovelos, como é de seu feitio. E se pôs a dizer o que as autoridades venezuelanas deveriam ou poderiam fazer, além de pontificar sobre o que a oposição há de considerar conveniente ou não para seus interesses na pantanosa conjuntura do vizinho país.”</p>	<p>E01: O Brasil no jogo chavista</p>
<p>SD13: “A impropriedade do assessor internacional do Planalto está muito menos no seu ensaio de exegese da Constituição de outro país do que em ele não ter se lembrado da famosa interpelação do rei espanhol Juan Carlos ao próprio Chávez: ‘¿Por que no te callas?’. O governo brasileiro não tem que se manifestar sobre assuntos internos alheios.”</p>	
<p>SD14: “A nova esperteza argentina é mais uma comprovação do erro</p>	<p>E03: O mundo gira</p>

<p>cometido pelo governo petista, há dez anos, quando optou por um regionalismo ingênuo inspirado em bandeiras terceiro-mundistas.”</p>	sem o MERCOSUL
<p>SD15: “a indústria instalada na Argentina deve ganhar, se Brasília estiver de acordo, uma carona em um programa custeado pelo contribuinte brasileiro. Será uma surpresa se, no fim da história, a presidente Dilma Rousseff recusar mais esse mimo à companheira Cristina Kirchner. Há vários anos o governo brasileiro vem moldando boa parte de suas decisões estratégicas de acordo com os interesses definidos em Buenos Aires.”</p>	E03: O mundo gira sem o MERCOSUL
<p>SD16: “Crescentemente atolado no difícil relacionamento com a Argentina, o governo brasileiro tem espaço cada vez menor para se ajustar às novas condições do mercado internacional.”</p>	
<p>SD17: “Enquanto isso, acordos bilaterais e inter-regionais multiplicam-se em todo o mundo, sem a participação do Brasil. Ou seja, o Brasil está cada vez mais fora do jogo relevante para o comércio internacional.”</p>	
<p>SD18: “Para Jeffrey Schott, do Peterson Institute for International Economics, o Brasil errou tanto na Rodada Doha, ao se aliar à Índia e à China, como na agenda bilateral, amarrada ao Mercosul. Os fatos, até agora, confirmam esse diagnóstico.”</p>	E04: O alvo do governo Kirchner
<p>SD19: “Medidas administrativas que retardam ou impedem a entrada de produtos importados na Argentina têm sido contestadas por diversos países exportadores, mas toleradas pelo governo brasileiro. Como a escarnecer da atitude brasileira e das reiteradas promessas de amizade indestrutível da presidente Dilma Rousseff, feitas a sua colega argentina, o protecionismo de Buenos Aires prejudica direta e duramente o Brasil e preserva os demais países.”</p>	
<p>SD20: “Os números da balança comercial entre os dois países não deixam dúvidas de que a condescendência com que o governo Dilma reage às restrições comerciais da Argentina estimula a ação dos funcionários do governo Kirchner notoriamente contrários à entrada de produtos brasileiros em seu país.”</p>	
<p>SD21: “Se o governo Dilma não mudar sua atitude em relação à Argentina, o governo Kirchner se sentirá ainda mais livre para prejudicar o Brasil.”</p>	E08: Uma reunião vazia
<p>SD22: “Talvez da longa reunião que mantiveram quinta-feira na Casa Rosada, a sede do governo argentino, as presidentes Dilma Rousseff e Cristina Kirchner guardem para o futuro emocionadas recordações sobre a conversa que tiveram a respeito do filme Infância Clandestina, do cineasta Benjamín Ávila, que retrata a ditadura militar na Argentina pelos olhos de uma criança. Dos reais interesses dos países que representam, e que motivaram o encontro, porém, pouco haverá de que se lembrar. O que se sabe é que, quando as presidentes trataram de assuntos de interesse bilateral, foi para reafirmar enfaticamente as platitudes de sempre.”</p>	
<p>SD23: “As grandes questões que marcam as relações entre os dois principais países do Mercosul, e de fato justificariam encontros desses tipo, nem foram mencionadas publicamente por elas. O único tema relevante que Dilma e Cristina discutiram foi a decisão da Vale de suspender o projeto de investimentos de US\$ 6 bilhões em mineração na Província de Mendoza, onde já havia investido US\$ 3 bilhões.”</p>	
<p>SD24: “As frequentes medidas de restrição impostas pelo governo Kirchner à entrada de produtos brasileiros no mercado argentino, que alteraram dramaticamente a tendência do comércio bilateral, estão sendo toleradas pelo governo Dilma - mesmo que essas ações desvirtuem o estatuto do Mercosul, que, sendo formalmente uma união aduaneira, não aceita restrições à circulação de mercadorias entre os países que integram o bloco. Igualmente contrário ao atual estatuto do Mercosul é o acordo automotivo</p>	

<p>em vigor entre os dois países e que, como faz com êxito há anos, o governo argentino insiste em renovar.”</p>	
<p>SD25: “Ele [Roberto Azevêdo] tem sido um raro exemplo de seriedade e competência nos postos mais importantes da diplomacia brasileira, dominada há anos por um terceiro-mundismo rastaquera. Igualmente rara é essa vitória de uma diplomacia incapaz, há uns dez anos, de conseguir apoio até entre os vizinhos pouco influentes.”</p>	<p>E10: Um brasileiro na OMC</p>
<p>SD26: “Emergentes votaram a favor de Azevêdo por suas qualidades personais e, além disso, porque isso lhes interessava politicamente neste momento. Foi certamente decisivo o apoio da China e da Rússia. Mas esses dois países têm objetivos próprios bem definidos, relações comerciais mais intensas com o mundo <i>rico</i> do que com o Brasil e nenhum compromisso terceiro-mundista. Atribuir esse resultado a algum acerto da geopolítica petista só pode ser má-fé ou ingenuidade. As consequências mais notáveis dessa política foram a sujeição dos interesses nacionais a um Mercosul emperrado, a perda de oportunidades nos mercados desenvolvidos e a submissão do País a uma relação colonial com a China.”</p>	
<p>SD27: “A presidente do Brasil é Dilma Rousseff, mas isso parece ser apenas um detalhe. Na fabulação bolivariana, ela não passa de uma nota de rodapé ante os ‘gigantes’ Luiz Inácio Lula da Silva, Hugo Chávez e Néstor Kirchner. Por isso, o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, não teve nenhum pudor em deixá-la esperando por quase duas horas, durante sua visita ao Brasil, enquanto se encontrava com o ex-presidente Lula. Não foi apenas Dilma que saiu menor desse episódio. É a própria Presidência brasileira que encolhe a olhos vistos ante o menosprezo de Lula pela liturgia do cargo que ele não mais ocupa, mas do qual não consegue ‘desencarnar’. Dilma, por sua vez, obediente e disciplinada, parece aceitar seu status de presidente ad hoc.”</p>	<p>E11: Chá de cadeira em Dilma</p>
<p>SD28: “Maduro veio ao Brasil para pedir ajuda - que se traduzirá em acordos comerciais francamente desequilibrados em favor da Venezuela - e para consultar-se com Lula para saber o que fazer. [...] a visita oficial de um chefe de Estado ao Brasil converteu-se em peregrinação para adorar um santo vivo e beber de seus ‘ensinamentos’. Somente depois de beijar a mão de Lula e de reconhecer-se como seu ‘filho’ é que Maduro dirigiu-se ao Planalto para ser recebido por Dilma, que lhe reservou honras de Estado, a despeito do chá de cadeira que levou. [...] No culto à personalidade de Chávez e Lula, Dilma é cada vez mais apenas uma coadjuvante.”</p>	
<p>SD29: “Enquanto isso, o Brasil continua preso a um Mercosul estagnado, joga suas fichas na reativação da Rodada Doha, paralisada há vários anos, e insiste em dar prioridade às relações Sul-Sul.”</p>	<p>E12: O mundo negocia sem o Brasil</p>
<p>SD30: “Nos últimos dez anos, o governo brasileiro agiu como se a busca de mais acordos com o mundo rico fosse mais arriscada que vantajosa e, é claro, um erro geopolítico e um pecado ideológico. Não foi essa a estratégia de outros países emergentes - como a China, a Rússia, a Índia e a África do Sul - e de vários países latino-americanos. Nesse período, todos, ou quase todos, tomaram espaço dos produtores brasileiros nos mercados mais desenvolvidos e até no Mercosul e na vizinhança sul-americana”.</p>	

<p>SD31: “Os quatro países da Aliança do Pacífico têm crescido mais que o Brasil, com inflação menor, e têm multiplicado acordos comerciais com países desenvolvidos e em desenvolvimento, sem se prender a discriminações entre economias do Norte e do Sul.”</p>	
<p>SD32: “Se os céticos estiverem certos, um dos maiores perdedores será o Brasil, pela incapacidade de seu governo de criar alternativas razoáveis a um acordo global.”</p>	
<p>SD33: “Pressionados pela concorrência e perdendo espaço até na América do Sul e no protegido mercado nacional, industriais brasileiros passaram a cobrar do governo mais acordos de comércio para evitar um isolamento cada vez maior e mais danoso.”</p>	<p>E13: Má diplomacia, mau comércio</p>
<p>SD34: “A conversão do Brasil em fornecedor de insumos para a China e para o mundo desenvolvido resultou da combinação de vários erros de política.”</p>	
<p>SD35: “O terceiro-mundismo do governo petista deu prioridade às relações com países emergentes e até em estágios iniciais de desenvolvimento. A negociação de um acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia logo empacou, em boa parte por causa da resistência argentina a concessões comerciais. Assim, o Brasil fugiu de relações mais amplas com o mundo rico. [...] A maior parte dos erros é atribuível à política petista.”</p>	
<p>SD36: “A presidente Dilma Rousseff celebrou dez anos de incompetência e equívocos diplomáticos em seu discurso à nova turma formada pelo Instituto Rio Branco. Seu pronunciamento, na terça-feira, se harmonizou perfeitamente com os erros de avaliação e as fantasias geopolíticas do terceiro-mundismo petista.</p>	<p>E14: Má lição para novos diplomatas</p>
<p>SD37: “O desprezo pelos fatos ficou evidente em vários momentos. ‘O Brasil quer enfrentar as vicissitudes da globalização junto com seus parceiros sul-americanos’, afirmou. Segundo ela, essa ideia se expandiu por todo o continente. Os fatos mostram algo diferente. Terá a presidente esquecido a Aliança do Pacífico, formada por Chile, Peru, Colômbia e México, os acordos bilaterais de outros latino-americanos com países da América do Norte e da Europa e seus esforços de aproximação com a Ásia - tudo isso sem o Brasil?”</p>	
<p>SD38: “No mundo imaginário da diplomacia petista, é irrelevante saber se os parceiros escolhidos como prioritários atribuem prioridade ao Brasil.”</p>	
<p>SD39: “a incompetência governamental, no Brasil, prejudica também o poder de competição das empresas. A combinação de erros diplomáticos e de política econômica interna tem resultado igualmente na perda de participação nos mercados vizinhos. O discurso presidencial passou longe, é claro, de todos esses fatos, tanto quanto da gramática e da sintaxe.”</p>	
<p>SD40: “Ainda segundo o estudo, o Brasil, com seu peso, ‘tem plenas condições de liderar o Mercosul’ em negociações com países ou regiões de fora do bloco. Se tem essas condições, por que deixou de usá-las até hoje? Em termos práticos bem claros, o documento da Fiesp é mais um estímulo à manutenção da desastrosa diplomacia comercial dos últimos dez anos.”</p>	<p>E15: Uma Fiesp bolivariana?</p>
<p>SD41: “Os gestos de gentileza trocados nos últimos dias pelas presidentes Dilma Rousseff e Cristina Kirchner para tratar do acordo automotivo entre Brasil e Argentina não deixam dúvidas de que os dois governos estão dispostos a manter a vigência desse acordo.”</p>	<p>E16: O acordo automotivo, de novo</p>
<p>SD42: “O regime de liberdade comercial, aliás, deveria estar em vigor desde a criação do Mercosul, há 22 anos, mas, por pressão argentina generosamente tolerada pelo governo brasileiro, vem sendo seguidamente adiado.”</p>	
<p>SD43: “Com a provável renovação desse acordo injustificável numa união</p>	

aduaneira, o Brasil se aprofundará num atoleiro comercial que o impede de abrir mercados muito mais promissores por meio de acordos bilaterais, que são desprezados pelo governo do PT.”	
---	--

Como se pode perceber pela quantidade de SDs que reforçam o sentido expresso pelos textos (FD), o jornal opõe-se fortemente às ações governamentais referentes às relações exteriores brasileiras dentro do contexto do MERCOSUL. Em várias sequências, as estratégias de comércio exterior do governo brasileiro são criticadas e desqualificadas diretamente (SD14, SD18, SD25, SD26, SD30, SD32, SD34, SD35, SD36, SD38, SD39, SD40, SD43).

A gestão e o partido petistas, por si sós, são frequentemente associados ao que o jornal chama de “terceiro-mundismo” (SD14, SD25, SD26, SD35, SD36), o que implicaria rebaixar o Brasil à condição do subdesenvolvimento. Na SD14, por exemplo, o editorial afirma que o governo petista, há dez anos (quando alcançou o Poder através da eleição de Lula), errou ao optar por um “regionalismo ingênuo inspirado em bandeiras terceiro-mundistas”. Pode-se inferir desse trecho que, para o jornal, a integração entre os países da América Latina corresponde a um regionalismo bobo, sem resultados econômicos práticos e efetivos, que teria sido inspirado por ideais subdesenvolvimentistas.

Na SD29, o editorial desqualifica as estratégias governamentais, ao afirmar que: 1) o País “continua” – palavra que transmite a ideia de prolongação do tempo – “preso ao MERCOSUL” – repetindo a imagem aprisionadora do bloco; 2) “joga suas fichas” – ou seja, tenta a sorte, insinuando falta de planejamento – “na reativação da Rodada Doha”, que, segundo informa, está “paralisada há vários anos” – diminuindo ainda mais a credibilidade de um governo que, conforme é possível interpretar, tenta a sorte em algo com poucas chances de funcionar; e 3) “insiste” – que pode ser aqui interpretado como “teimar”, dado o cenário a que está incluído, sugerindo que o governo continua deliberadamente no erro – “em dar prioridade às relações Sul-Sul”.

Um dos principais argumentos utilizados para sustentar a acusação de incompetência do governo brasileiro é a passividade com que, segundo o jornal, o Brasil aceita as medidas protecionistas da Argentina (SD15, SD16, SD19, SD20, SD21, SD22, SD23, SD24, SD41, SD42, SD43). A relação entre as presidentes dos dois países, Dilma Rousseff e Cristina Kirchner, é frequentemente utilizada nos textos para ilustrar a “condescendência” (SD20) do governo brasileiro diante das restrições comerciais argentinas. Na SD22, o jornal utiliza recursos sarcásticos para afrontar as presidentes, afirmando que, da “longa” reunião que as

duas tiveram na sede do governo argentino, muito do que teria sido discutido por elas era irrelevante e pouco concernia aos interesses de ambos os governos.

Na SD19, o editorial ressalta que diversos países têm contestado tais medidas, mas, mesmo assim, o Brasil as tem tolerado, à sombra da “amizade indestrutível” das gestoras. Em tom de ironia, o Estadão ainda afirma, na SD15, que seria uma surpresa se Dilma “recusasse o mimo” de “dar carona” para a “companheira” Cristina em um programa custeado pelo contribuinte brasileiro, o programa Inovar-Auto. O periódico defende uma mudança de atitude do governo perante a situação, sob pena de o governo argentino se sentir “ainda mais livre para prejudicar o Brasil” (SD21). O caráter “passivo” do governo é também destacado em relação à Venezuela na SD28, ao traduzir o pedido de ajuda do então presidente venezuelano em “acordos comerciais francamente desequilibrados” em favor do país.

O jornal ampara o quadro de incompetência governamental, por exemplo, ao identificar o que considera uma má postura do assessor internacional da presidente Dilma, Marco Aurélio Garcia. Nas SD12 e SD13, é afirmado que o assessor agiu com “impropriedade” ao sair “falando pelos cotovelos, como é de seu feitio”, o que o desqualifica. Na posição defendida pelo jornal, o governo não deve se manifestar sobre assuntos internos alheios (SD12). O diplomata brasileiro Roberto Azevêdo, eleito diretor-geral da OMC, é retratado nas SD25 e SD26 como exceção à regra da diplomacia brasileira. Na visão do periódico, Azevêdo é “raro exemplo de seriedade e competência”, e sua vitória na OMC não deve ser creditada à “geopolítica petista”, mas a ele próprio por suas qualidades pessoais.

Para o Estadão, as consequências “mais notáveis” de tal política são todas negativas: foram “a sujeição dos interesses nacionais a um MERCOSUL emperrado, a perda de oportunidades nos mercados desenvolvidos e a submissão do país a uma relação colonial com a China” (SD26). Nesse cenário, o Brasil é retratado como estando de fora “do jogo relevante para o comércio internacional” (SD17), isto é, com “espaço cada vez menor para se ajustar às novas condições do mercado” (SD16). Sustentando a afirmação, na SD37, o jornal mostra como outros países sul-americanos têm se esforçado para aproximar-se de novos mercados, enquanto o Brasil permanece isolado (ideia também presente na SD33).

Ainda como forma sustentar o posicionamento, o Estadão apresenta estratégias de outros países que deram certo como forma de salientar os erros da gestão brasileira. Na SD26, é ressaltado que China e Rússia têm objetivos “bem definidos”, relações comerciais “mais intensas com o mundo rico” e nenhum “compromisso terceiro-mundista”, insinuando que no Brasil não há nada disso. Na SD31, o editorial destaca os benefícios que os quatro países da Aliança do Pacífico (México, Colômbia, Peru e Chile) têm usufruído a partir da formação do

novo bloco, que incluem maior crescimento, menor inflação e mais acordos com países desenvolvidos e em desenvolvimento, sem se limitar a “discriminações entre economias do Norte e do Sul”.

Outro argumento levantado pelo jornal para atacar o governo é a diminuição da presidência ressaltada pela ocasião da visita de Maduro ao Brasil. Nas SD27 e SD28, o Estadão afirma que, ao ter tomado um “chá de cadeira” de Maduro enquanto o presidente venezuelano se encontrava com o ex-presidente Lula, Dilma perdeu sua importância. Segundo argumenta, a presidente é “uma nota de rodapé” e “coadjuvante” no que considera um “culto à personalidade” de Lula e de Chávez. O jornal argumenta ainda que o ex-presidente Lula não consegue “desencarnar” o cargo que já ocupou, ao mesmo tempo em que Dilma, sua sucessora, “parece aceitar seu status de presidente ad hoc”, isto é, presidente com determinada finalidade. Tudo isto, segundo o periódico, enfraquece a presidência brasileira.

Dessa forma, pode-se entender que, para o jornal O Estado de S. Paulo, a culpa para o atual difícil posição do Brasil ante o comércio internacional é da gestão petista, tolerante a restrições tributárias, com parceiros econômicos limitados a países de pouca relevância para o País, ideais subdesenvolvimentistas, má diplomacia e erros políticos.

A Argentina protecionista (FD3)

Foi a crise financeira e econômica global, segundo Macadar (2009), e seus consequentes impactos sobre a atividade interna que motivaram o governo argentino a aprofundar as medidas de defesa comercial. Essas medidas, como se pode observar no tópico anterior, são amplamente criticadas pelo Estadão, o que motivou a separação deste sentido único expressado pelos editoriais, reforçado sistematicamente.

Sequência discursiva	Editorial
<p>SD44: “O governo argentino voltou a dificultar a importação de carne suína brasileira. Foi o terceiro recrudescimento desse conflito em um ano, em mais uma violação dos compromissos de normalização do comércio regional.”</p>	<p>E02: Pobreza de ideias</p>
<p>SD45: “Governo e empresários argentinos, cada vez mais protecionistas, têm dificultado qualquer compromisso de liberalização de mercados. Tiveram papel significativo no abandono da Rodada Doha, entravaram qualquer acerto com os europeus e criam obstáculos ao funcionamento do próprio Mercosul. Além disso, Christina Kirchner já mostrou sua disposição: o Mercosul, segundo ela, só poderá negociar com os europeus depois da eleição no Paraguai, em abril.”</p>	

<p>SD46: “A própria Kirchner liderou, no ano passado, a suspensão do Paraguai como membro do Mercosul. Agora usa o país como pretexto para bloquear a discussão de um acordo. De repente, a opinião paraguaia é importante para a senhora Kirchner. Em 2012, essa opinião foi silenciada para facilitar o ingresso da Venezuela bolivariana. Por que os europeus, afinal, insistem no acordo com essa gente?”</p>	
<p>SD47: “O governo argentino pretende arrancar mais vantagens do Brasil, em mais uma revisão do acordo automotivo assinado em 2000 para acabar em 2005, mas a partir daí prorrogado várias vezes. Em toda prorrogação foram fixados novos benefícios para o lado argentino, por meio de fórmulas calculadas para dispensar aquele sócio de se tornar competitivo.”</p>	E03: O mundo gira sem o Mercosul
<p>SD48: “Comércio aberto está fora da agenda da Casa Rosada.”</p>	
<p>SD49: “A redução de 73% registrada em 2012 no saldo do Brasil no comércio com a Argentina - num período em que superávits dos principais parceiros comerciais dos argentinos aumentaram até 52% - não deixa dúvidas de que a política protecionista cada vez mais agressiva do governo da presidente Cristina Kirchner tem um alvo específico.”</p>	
<p>SD50: “Desde meados da década passada, no entanto, a Argentina vem restringindo a entrada de produtos estrangeiros, mesmo os originários de outros países do Mercosul.”</p>	E04: O alvo do governo Kirchner
<p>SD51: “O objetivo dessas medidas é estimular a produção argentina, mas as ações do governo Kirchner no campo econômico vêm assustando os empresários, nacionais e estrangeiros, o que inibe os investimentos produtivos.”</p>	
<p>SD52: “As presidentes dos dois países [Brasil e Argentina] deveriam discutir, entre outras, a questão da deterioração do comércio bilateral por causa do crescente protecionismo argentino.”</p>	

A partir das SDs acima destacadas, pode-se perceber que, para o Estadão, a Argentina representa uma das grandes razões para o emperramento do MERCOSUL. O país é retratado como “cada vez mais protecionista” (SD45) e “agressivo” (SD49), dificultando as negociações internacionais (ao defender, na mesma sequência, que a Argentina teve papel significativo para o abandono da Rodada Doha), “assustando empresários nacionais e estrangeiros” (SD51) e criando “obstáculos ao funcionamento do próprio MERCOSUL” (SD45). Argumenta-se, na SD50, que a Argentina restringe a entrada de produtos até dos países do bloco, que deveria ter uma política comercial comum.

O jornal acusa, embora não expressamente, o governo argentino de atacar particularmente o Brasil (SD49), “arrancando [dele] mais vantagens” (SD47), através de “fórmulas calculadas para dispensar aquele sócio [o Brasil] de se tornar competitivo”. Nesse cenário, conforme defende o Estadão, o governo argentino se beneficia à custa da administração brasileira, argumento sustentado pela SD44. Na sequência, ao afirmar que a Argentina “voltou a dificultar” o comércio bilateral, no “terceiro” endurecimento das taxas em um ano, “mais uma violação dos compromissos de normalização do comércio regional”, pode-se interpretar que a Argentina não cumpre acordos, atrapalha negociações

repetidamente, sem abrir possibilidades para o comércio aberto (SD48). Nesse âmbito, o comércio bilateral entre os dois países é retratado, na SD52, como deteriorado em função do protecionismo argentino.

Ainda como forma de sustentar a acusação, o jornal argumenta que as ações do governo Kirchner são inconstantes (SD46). Na sequência, são contrapostos os fatos de Cristina ter liderado a suspensão do Paraguai do MERCOSUL (a ser discutido em mais detalhes na FD5) e a “utilização” do mesmo país pela presidente “como pretexto para bloquear a discussão de um acordo”. Abusando de artifícios da ironia, o Estadão afirma que “de repente, a opinião paraguaia é importante para a senhora Kirchner”, apontando a contradição de a mesma opinião ter sido “silenciada para facilitar o ingresso da Venezuela”. Dessa forma, o jornal desqualifica o governo argentino, ideia reforçada ainda mais ao ser indagado por qual motivo os europeus continuam a tentar um acordo com “essa gente”.

Pode-se inferir, então, que o Estadão delimita uma imagem negativa do governo argentino no contexto do MERCOSUL, como um mau sócio, ao atrapalhar negociações e se aproveitar do governo brasileiro para obter benefícios.

A Venezuela antidemocrática (FD4)

Com duração de 14 anos, o governo de Hugo Chávez é frequentemente entendido, conforme afirmam Bijos e Cavalcante (2013, p.10), como “um misto de democracia controlada com a mão forte da tirania, combinando eleições periódicas com uma cada vez maior concentração do poder em suas mãos”. Nessa temática, o jornal O Estado de S. Paulo acusa repetidamente tal país de ser antidemocrático, o que invalidaria sua presença no MERCOSUL.

Sequência discursiva	Editorial
SD53: “Garcia esteve com os seus bons amigos Raúl e Fidel Castro, além de se reunir com o vice chavista Nicolás Maduro, príncipe regente e herdeiro designado da autocracia bolivariana. ”	E01: O Brasil no jogo chavista
SD54: “Decerto também deve ter transmitido aos interlocutores a garantia da presidente de que apoiará seja lá o que os chavistas e os seus mentores cubanos decidirem - ainda que atropelando a Constituição criada pelo próprio regime -, a se consumar a hipótese altamente provável de que o Jefe não tornará a pôr os pés no Palácio Miraflores.”	

<p>SD55: “Hugo Chávez reencarnou num passarinho. A notícia foi dada pelo sucessor do caudilho venezuelano, o presidente posticho Nicolás Maduro, no início oficial da campanha para a eleição do próximo dia 14. Maduro disse que estava numa capelinha de madeira, rezando, quando entrou um ‘passarinho pequenininho’, que deu três voltas sobre sua cabeça e pousou numa viga, momento em que começou a assoviar. Maduro, claro, assoviou de volta, porque, entre outras qualidades fantásticas, ele entende a linguagem dos bichos, e percebeu que se tratava de Chávez emplumado. ‘Eu senti o espírito dele. Eu o senti como uma bênção, dizendo-nos: ‘Hoje começa a batalha. Rumo à vitória’. Eu o senti na minha alma’, declarou Maduro, levando a campanha eleitoral de vez para o terreno do outro mundo, um caminho sem volta desde a morte de Chávez.”</p>	E05: Chávez, o passarinho
<p>SD56: “Não se trata, pois, da eleição de um presidente, mas da unção do filho de Deus na Venezuela - e, nesse caso, seu opositor, Henrique Capriles, só pode ser o diabo. Maduro está presidente da Venezuela apenas por obra e graça dos desejos do falecido caudilho e das desavergonhadas manobras governistas para rasgar a Constituição que eles juram respeitar.”</p>	E05: Chávez, o passarinho
<p>SD57: “A beatificação do falecido, como se sabe, começou logo depois de sua morte, mas, à medida que o tempo passa, os hagiógrafos estão perdendo qualquer pudor.”</p>	
<p>SD58: “Como entidade divina, portanto, Chávez é onipresente, e as leis terrenas não se aplicam a seus apóstolos. A campanha eleitoral não poderia começar antes de 2 de abril, mas o chavismo já está no palanque desde a morte do caudilho, há um mês, ocupando os principais canais de TV, primeiro com o interminável funeral de Chávez, depois com as redes obrigatórias e com a transmissão integral de longos eventos públicos oficiais.”</p>	
<p>SD59: “Como é apenas um mortal, Capriles que se vire com os dez dias de campanha a que tem direito, durante os quais enfrentará o rolo compressor a serviço do governo - incluindo o apoio do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, dizendo falar ‘em nome do Mercosul’, interpretou a eleição de Maduro como um ‘sonho de Chávez’.”</p>	
<p>SD60: “Se havia necessidade de alguma prova adicional de que há na Venezuela de hoje uma brutal regressão da democracia, a despeito do que pensam os simpatizantes do chavismo no governo brasileiro, agora não há mais. Maduro, ou quem quer que os chavistas imponham ao país no futuro previsível, estará empenhado em impedir que seu poder seja contestado, lastreando-o não em elementos mundanos, como o respeito às instituições democráticas e às liberdades civis, e sim no mistério do ‘Chávezcristo’.”</p>	
<p>SD61: “A presidente Dilma Rousseff estenderá hoje o tapete vermelho a Nicolás Maduro, conferindo-lhe uma legitimidade que o presidente venezuelano está muito longe de desfrutar em seu próprio país.”</p>	E09: Em busca de legitimidade
<p>SD62: “Eleito em abril com uma vantagem de apenas 220 mil votos sobre seu principal adversário, Henrique Capriles, Maduro saiu da disputa sem o reconhecimento pleno da vitória. A oposição acusa os chavistas de fraudar a votação, de intimidar eleitores e de usar a máquina administrativa de forma irrestrita em favor do candidato governista, entre outras irregularidades.”</p>	
<p>SD63: “Além disso, o governo dos Estados Unidos - principal parceiro comercial da Venezuela, a despeito das frequentes diatribes dos chavistas contra os americanos - recusou-se a reconhecer a vitória de Maduro, por considerar que, antes, a Venezuela deveria levar em conta as queixas da oposição. O presidente Barack Obama, em recente entrevista, reiterou essa posição. Ele declarou ter dúvidas sobre se, na Venezuela atual, os direitos humanos, a democracia, a liberdade de imprensa e de opinião são realmente respeitados. Para Obama, não se pode aceitar que a Venezuela ainda não</p>	

<p>esteja ‘livre de práticas das quais todo o hemisfério se distanciou, de forma geral’. Depois de tão clara manifestação em defesa dos cidadãos venezuelanos ante a óbvia agressão chavista à democracia, Maduro só conseguiu reagir como um mal-ajambrado êmulo de seu mentor, ao dizer que Obama é o ‘chefe maior dos diabos’.”</p>	
<p>SD64: “Em cerca de um mês de administração, o presidente revelou-se incapaz de apresentar qualquer plano para enfrentar a deterioração acelerada da economia”.</p>	
<p>SD65: “Diante dessa situação explosiva, Maduro deu ainda mais força aos militares e vem tentando tirar poder de facções chavistas problemáticas, como a Diosdado Cabello, presidente da Assembleia Nacional - o Congresso venezuelano.”</p>	
<p>SD66: “Ao mesmo tempo, Maduro e sua truculenta militância vêm empreendendo uma sistemática campanha para destruir a oposição, dona de metade dos votos na última eleição. Depois de cassarem a palavra de deputados opositores e de agredi-los a socos e pontapés dentro do Parlamento, os chavistas agora impuseram limites à circulação de jornalistas na Assembleia Nacional.”</p>	<p>E09: Em busca de legitimidade</p>
<p>SD67: “Pois é esse ‘democrata’ que será abraçado por Dilma, de quem receberá o apoio público e incondicional, mesmo diante de tantas arbitrariedades.”</p>	
<p>SD68: “Como se sabe, Maduro veio ao Brasil para obter a legitimidade política que lhe falta na Venezuela, graças à truculência com que ele está tratando a oposição.”</p>	<p>E11: Chá de cadeira em Dilma</p>
<p>SD69: “Maduro enfrenta resistência também nas próprias fileiras chavistas, porque, com a morte do Comandante, se multiplicaram focos de rebelião daqueles que se sentiram preteridos dentro do Politburo venezuelano e relutam jurar lealdade ao presidente. Já começam a circular rumores de que os próprios chavistas, principalmente o presidente da Assembleia Nacional, Diosdado Cabello, estão conspirando para prejudicar Maduro.</p>	
<p>SD70: “Tudo isso acontece em meio a uma avassaladora crise econômica, cujo lado mais perverso e politicamente explosivo é o desabastecimento de alimentos - que Maduro atribuiu à ‘sabotagem econômica’, sem reconhecer a óbvia incompetência de seu governo.”</p>	

Depreende-se da leitura das sequências discursivas acima que o Estadão não perde oportunidades para atacar o governo venezuelano, acusando-o de antidemocrático. Ao afirmar, na S53, que o então vice-presidente Nicolás Maduro, sucessor de Chávez, é “príncipe regente e herdeiro designado da autocracia bolivariana”, o jornal equipara o atual modelo de governo venezuelano a uma monarquia autocrática – um modelo com poder “centrado em um influenciador” (DESSEN; PAZ, 2010, p. 550), que no caso, seria o “rei” ou monarca Hugo Chávez. Na sentença, percebe-se o uso da hipérbole, figura de pensamento que, segundo Fiorin (apud CAPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003, n.p.), é exagerado no texto e se atenua no discurso, constituindo, segundo o autor, um recurso de persuasão. Na SD54, ao

caracterizar Maduro como presidente postiço, o periódico deixa a entender que o vice-presidente foi colocado no poder de forma artificial, a fim de substituir o então presidente Hugo Chávez, que teve que deixar temporariamente o poder para se tratar de um câncer. O Estadão ainda compara o governo venezuelano a um “Politburo” (SD69) – que, de acordo com a enciclopédia Britannica, era o mais alto órgão executivo do Partido Comunista da União Soviética, utilizado também em países com modelo semelhante ao Soviético, como a China –, relacionando-o claramente ao modelo socialista.

Mas é na SD55 que o jornal deixa transparecer mais fortemente seu desagrado por Maduro. Ao repetir a história contada pelo então presidenciável, de que Chávez teria aparecido para ele em forma de um “passarinho pequeninho”, o Estadão ironiza a situação, afirmando que Maduro teria a qualidade de “entender a linguagem dos bichos”, de forma a ressaltar a improbabilidade do conto. Depreende-se da sequência que tal história, segundo o jornal, é utilizada como artifício eleitoral, ao levar a campanha “de vez para o outro mundo”.

A campanha eleitoral é, conforme retratada pelo periódico, marcada pela “beatificação” (SD57) de Chávez. O jornal chega a afirmar que não se trata da eleição de um presidente, mas da “unção do filho [Maduro] de Deus [Chávez] na Venezuela”, em que o opositor, Henrique Capriles, “só pode ser o diabo”. Sustentando a acusação de que o governo não segue sua própria Constituição (SD54, SD56), o Estadão ironiza que, por Chávez ser “entidade divina”, as leis “terrenas” não são aplicáveis a seus “apóstolos” (SD58) – acusando-os de terem começado a campanha eleitoral um mês antes (a partir da morte de Chávez) do permitido pela lei venezuelana. Ele ressalta a injustiça a seu opositor, Capriles, que “por ser apenas um mortal” (SD59), teria menos tempo para fazer sua campanha e ainda enfrentaria o “rolo compressor a serviço do governo”. Para o jornal, estes fatos são provas cabais de que há, na Venezuela, “uma brutal regressão da democracia” (SD60), não importando quem os chavistas “imponham” – palavra que transmite, por si só, a ideia de autoritarismo – no poder. Na opinião do jornal, qualquer seguidor de Chávez que chegar ao poder se empenhará em “impedir que seu poder seja contestado”, estando garantido pelo “mistério de Chávezcristo”, mais um elemento que compara Hugo Chávez ao divino.

Com a vitória de Maduro, o Estadão passa então a questionar a validade do resultado das eleições. O jornal argumenta que o presidente eleito teve vantagem de “apenas 220 mil votos [...], sem reconhecimento pleno da vitória” (SD62), e sob acusações da oposição de fraude, intimidação de eleitores e uso da máquina administrativa em favor do candidato governista. O periódico utiliza como referência a recusa do governo dos Estados Unidos a reconhecer a vitória de Maduro (SD63), o que é reforçado pela declaração de Barack Obama

sobre ter dúvidas acerca da democracia Venezuelana. O jornal defende que a afirmação de Obama foi uma “clara manifestação em defesa dos cidadãos venezuelanos”, a qual Maduro, na condição de pupilo de Chávez, respondeu dizendo que o presidente era “chefe maior dos diabos”.

Após um mês de administração, o Estadão continua a atacar o presidente venezuelano, afirmando que Maduro revelou-se “incapaz” (SD64) de apresentar “qualquer” solução para enfrentar a “avassaladora” (SD70) crise econômica. De acordo com o editorial, uma das consequências da crise é o desabastecimento de alimentos, a qual o presidente defende ser causa da “sabotagem econômica”. Em um duro ataque, o jornal afirma que, na ocasião, Maduro deixou de reconhecer a “óbvia incompetência de seu governo” (SD70).

Sustentando a acusação de que o governo de Maduro é incompetente, o periódico afirma que o presidente enfrenta resistência de correntes de seu próprio partido, alegando a existência de “rumores” de uma conspiração contra ele (SD69). Diante do cenário, de acordo com o editorial, Maduro estaria dando “mais força aos militares” e tentando tirar “facções chavistas problemáticas” (SD65) do poder. Reforçando o caráter antidemocrático do regime, o Estadão afirma que o presidente “e sua truculenta [palavra que transmite a ideia de violência] militância” (SD66) tinham como objetivo “destruir a oposição”, cassando e agredindo “a socos e pontapés” deputados opositores e limitando a circulação de jornalistas na Assembleia Nacional.

Diante do panorama venezuelano delimitado pelo jornal, o Brasil é acusado de apoiar a qualquer custo o regime, considerado antidemocrático (SD54, SD59, SD61, SD67, SD68). Conferindo a Maduro uma legitimidade que, segundo o jornal, ele não possui em seu próprio país (SD61, SD68), Dilma recebe o “democrata” (ironia) e o apoia de forma “pública e incondicional, mesmo diante de tantas arbitrariedades” (SD67).

Dessa forma, entende-se que o jornal retrata a Venezuela como um reduto de socialistas antidemocráticos que divinizam a imagem do ex-presidente Hugo Chávez e têm apoio do governo brasileiro.

A suspensão do Paraguai como “golpe” (FD5)

No final de junho de 2012, dois episódios simultâneos afetaram a formação do MERCOSUL: a suspensão temporária do Paraguai, após o polêmico impeachment do

presidente Fernando Lugo; e a entrada da Venezuela no bloco, que há anos dependia apenas da aprovação do parlamento paraguaio (STURARO; FROTA, 2012).

Nesse âmbito, buscou-se definir o posicionamento do Estadão acerca do assunto, visto que ele foi mencionado diversas vezes pelo jornal durante o período analisado por este estudo.

Sequência discursiva	Editorial
<p>SD71: “Ano passado, [Dilma] excluiu o Paraguai do Mercosul porque o colega Fernando Lugo foi destituído pelo Congresso, com endosso da Justiça, em menos de 48 horas. O Planalto entendeu que ele não teve suficiente direito de defesa e invocou a Carta Democrática Interamericana da OEA. Fizera o mesmo quando a Justiça hondurenha removeu o presidente Manuel Zelaya, em 2009. Mas, na Venezuela, o chavismo fará o que bem entender com a Constituição, investirá contra a oposição - acusando-a cinicamente de golpista - e não será Dilma quem objetará.”</p>	<p>E01: O Brasil no jogo chavista</p>
<p>SD72: “Há 10 meses, como se recorda, o Congresso destituiu Lugo em um abrir e fechar de olhos, depois de lhe dar duas horas para se defender da acusação de ‘má gestão’ [...]. Numa decisão calculada para permitir o ingresso da Venezuela de Hugo Chávez no Mercosul, a que o Paraguai se opunha ferrenhamente, o país foi suspenso do bloco..”</p>	<p>E07: A volta dos colorados</p>
<p>SD73: “É por isso que Maduro parece muito à vontade entre seus pares bolivarianos no Mercosul, tão à vontade que, no auge do cinismo, se declarou favorável à volta do Paraguai ao bloco - como se os paraguaios não tivessem sido suspensos do Mercosul numa manobra espúria, justamente para permitir o ingresso da Venezuela chavista, sob o argumento de que tinha havido ruptura da ordem democrática paraguaia.”</p>	<p>E09: Em busca de legitimidade</p>
<p>SD74: “Restou a Dilma fazer um discurso curto, protocolar, em que exaltou a ‘parceria estratégica’ entre Brasil e Venezuela e chamou de ‘momento histórico’ o fato de que a Venezuela assumirá a presidência do Mercosul no segundo semestre - situação esdrúxula que só está sendo possível graças a um golpe bolivariano para isolar o Paraguai, que se opunha à entrada da Venezuela no bloco.”</p>	<p>E11: Chá de cadeira em Dilma</p>
<p>SD75: “No caso do Paraguai, esse descontentamento [com o MERCOSUL] é reforçado pelo tratamento imposto ao país depois da cassação do mandato do presidente Lugo. Esse tratamento foi parte de um golpe para facilitar a admissão da Venezuela bolivariana, uma democracia exemplar, segundo os governos petista e kirchnerista.”</p>	<p>E12: O mundo negocia sem o Brasil</p>
<p>SD76: “Mas o documento [estudo da Fiesp] contém algo mais grave que argumentos discutíveis e propostas irrealistas. ‘Não apenas as regras do Mercosul são suficientemente flexíveis para acomodar as prioridades dos membros - vide a suspensão do Paraguai do bloco -, como há formas construtivas para acomodar as circunstâncias individuais de cada Estado.’ Mais que discutível, essa frase parece uma confissão: a Fiesp considera um exemplo de flexibilidade o golpe vibrado contra o Paraguai para que se pudesse admitir a Venezuela pela porta dos fundos?”</p>	<p>E15: Uma Fiesp bolivariana?</p>

O processo conjunto de saída do Paraguai e de entrada da Venezuela no MERCOSUL é caracterizado pelo jornal como “manobra espúria” (SD73) e “golpe” (SD74, SD75 e SD76). Para o Estadão, a expulsão do Paraguai foi uma “decisão calculada” para “permitir o ingresso

da Venezuela” (SD72, SD73) no bloco pela “porta dos fundos” (SD76), isto é, de forma discreta, não oficial.

No contexto, o jornal ainda retrata a presidente brasileira Dilma Rousseff como inconstante, ao “excluir” (SD71) o Paraguai do Mercosul e não objetar que os chavistas façam “o que bem entenderem com a Constituição” (SD71), sugerindo dubiedade de posicionamento da presidente. Na mesma sequência, o jornal reforça a acusação desrespeito à democracia na Venezuela ao afirmar que o governo acusa a oposição “cinicamente de golpista”, isto é, o Estadão afirma que o governo venezuelano culpa a oposição de algo que eles mesmos são, isto é, golpistas. O periódico ainda aproveita para desqualificar os governos petista e kirchnerista ao afirmar que, para ambos, a Venezuela é uma “democracia exemplar” (SD75), quando tão enfaticamente a condena.

Sem avaliar aqui o mérito de o Paraguai dever ou não ser isolado do MERCOSUL, o jornal defende que sua suspensão foi um artifício planejado pelos outros membros do bloco para facilitar a entrada da Venezuela, contribuindo para a desqualificação do bloco.

Terminado o mapeamento das SDs, percebeu-se que nenhum trecho do editorial nº 6 (E06) foi representado nas FDs. Decidiu-se, então, elaborar uma análise individual especificamente desse material, de forma que todos os textos que circundem a temática do MERCOSUL sejam contemplados na análise da construção da imagem do bloco.

Sob o título “Atrativos do Paraguai”, o jornal traz à tona os benefícios de negociar com o país, argumentando que ele apresenta vantagens de custo nos quesitos de mão de obra, insumos, manutenção e juros, sendo, portanto, “uma alternativa dentro do Mercosul”. Realçando que o comércio entre Brasil e Paraguai não foi abalado pela suspensão do país do bloco, o editorial destaca-se do conjunto selecionado pelo caráter positivo e por não atacar nenhum aspecto do MERCOSUL diretamente, embora ainda deixe a entender que é ideal haver outra opção dentro do bloco – o que implica em o mesmo não estar atingindo o esperado.

Assim, compreende-se que o jornal O Estado de S. Paulo posiciona-se de forma contrária à atual configuração do MERCOSUL e às estratégias governistas de seus membros, ora atacando-os com informações e dados, ora desqualificando-os através de deboches. De acordo com o que foi discutido no Capítulo 2 em relação à imagem pública, tais caracterizações exercem influência na formação da opinião do público, tornando-se referência para a construção da imagem do bloco pela sociedade como uma instituição fracassada.

Cabe aqui ressaltar, conforme explica Mont'Alverne (2013), que embora o jornal utilize o espaço editorial para ser mais incisivo quanto ao cenário político, considerando seus ideais e interesses como empresa, ele não se desvencilha dos princípios jornalísticos, sob pena de prejudicar a credibilidade da publicação. Dessa forma, a partir das descobertas encontradas pela análise, segue-se para a discussão dos resultados

3.5. *Discussão dos resultados*

Através da análise do material, feita à luz do que foi construído em toda a pesquisa, nota-se que o jornal O Estado de S. Paulo assume categoricamente, através de seu discurso, posicionamento desfavorável em relação ao MERCOSUL, seus membros e direcionamentos. A elaboração do discurso fundamenta-se principalmente em argumentos técnicos através de dados e de estatísticas (SD10) e pelo amparo de especialistas (SD08), além de forte presença da figura de linguagem “ironia”.

Conforme afirma Marques de Melo (2003, p. 104), embora os editoriais se dirijam formalmente à opinião pública, na verdade, eles dialogam diretamente com o Estado sobre como gostariam de orientar os assuntos públicos – tendo por base não as reivindicações da coletividade, mas a “defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam”. Esse comportamento é visível no caso do jornal O Estado de S. Paulo, que frequentemente sugere medidas e ações diferenciadas do governo, gerido por um partido com visões opostas às defendidas pelo periódico.

O enquadramento aplicado pelo jornal para tratar de assuntos relativos ao MERCOSUL, que já implica na determinação do que é colocado em discussão e do que não é, reforça os argumentos do jornal para validar seu posicionamento e deixa de fora outros assuntos que poderiam ser relevantes para o debate (MONT'ALVERNE, 2013). Conforme afirma a autora, o Estadão “parece pairar sobre as instituições brasileiras, lançando opiniões, avaliando as medidas adotadas por elas e apontando soluções que julga serem as mais adequadas” (ibidem, p.108), assumindo assim uma posição de defensor do leitor.

De acordo com Benetti (2007), embora o Jornalismo deva cumprir funções tais como o “vigiar o exercício do poder” e “contribuir para a construção da cidadania”, o cinismo em volta das empresas jornalísticas geralmente impede ou inibe o cumprimento desses deveres. “O Jornalismo é muitas vezes utilizado para forjar um consenso social a respeito de temas e modos de ver o mundo, construindo uma visão hegemônica que pouco pode ter a ver com os

interesses do cidadão ou com a complexidade social” (BENETTI, 2007, n. p.). Não se quer dizer aqui que este é o caso do Estadão, mas faz-se necessário chamar atenção para este aspecto do Jornalismo brasileiro e relacioná-lo com a responsabilidade que os veículos de comunicação têm no enquadramento dos assuntos públicos a serem repassados para a sociedade.

Cabe ressaltar ainda que seja natural, por se tratar um jornal com princípios editoriais semelhantes aos da oposição ao governo petista, que o Estadão critique em seu espaço institucional as ações da Presidência, além de cumprir o ofício jornalístico de vigiar as instituições públicas. Como foi descoberto pela análise, o MERCOSUL é retratado de forma extremamente pessimista, despertando no leitor um sentimento de descrença em relação ao bloco. As figuras de linguagem presentes no material, como a ironia, o sarcasmo e a hipérbole, estabelecem com o leitor uma relação de cumplicidade interpretativa (BENETTI, 2007) que o impele a concordar com o discurso do jornal.

Nota-se que praticamente em todos os editoriais o MERCOSUL e assuntos concernentes a ele são retratados de maneira negativa, através de palavras como “emperrado”, “incapaz”, “união aduaneira fracassada” e “empecilho”. O único momento em que se percebeu que o jornal não retratou o bloco de maneira negativa (mas também não positiva) foi no E02, ao se referir ao MERCOSUL como um bloco “razoavelmente estruturado, pelo menos em termos formais”. O enquadramento dados às outras questões relacionadas ao MERCOSUL (relativas às relações externas do governo brasileiro, às medidas protecionistas da Argentina, ao questionamento da democracia venezuelana e à questão da saída do Paraguai e da entrada da Venezuela no bloco) são argumentos que reforçam o posicionamento contrário ao bloco.

A primeira FD traz referências diretas ao MERCOSUL e à forma como ele é visto pelo jornal. O bloco é retratado como uma corrente aprisionadora do Brasil e apontado como razão pela qual o País não consegue obter melhor êxito econômico. Incluem-se na região de sentidos, por exemplo, o protecionismo interno, os poucos acordos relevantes e as numerosas exceções à tarifa externa comum.

A política externa brasileira e a gestão petista, particularmente, são retratadas na segunda FD como grandes culpados pela atual posição do Brasil ante o comércio internacional. O governo, evidenciado como tolerante às restrições tributárias, com parcerias econômicas limitadas a países de pouca relevância para o Brasil, é caracterizado como detentor de ideais subdesenvolvimentistas, de má diplomacia e de constantes erros políticos, além de ser criticado por priorizar o comércio com a América Latina.

A terceira FD, ao construir a imagem da Argentina como protecionista e problemática, aponta o país como um dos principais culpados pela crise em que o MERCOSUL se encontra. É retratada como um país que se aproveita da tolerância do governo brasileiro e que atrapalha as negociações internacionais.

A Venezuela, na quarta FD, é retratada como um país antidemocrático, incapaz e em grave crise econômica. Embora o jornal não mencione a questão diretamente, esse recorte da Venezuela reforça a imagem negativa do MERCOSUL pelo fato de um dos componentes do bloco não ser economicamente relevante para o Brasil.

A quinta FD, que diz a respeito à questão da suspensão do Paraguai e da entrada da Venezuela do bloco, é mais um argumento que enfraquece o MERCOSUL perante o cenário mundial. Ao ser retratado como golpe, a questão reflete ao bloco a imagem de incoerente por suspender um país com quebra democrática e, no mesmo momento, aceitar outro com governo cuja democracia considera ser questionável.

A análise da situação atual do bloco econômico e de suas questões, entretanto, foge dos objetivos do presente trabalho e demandam uma pesquisa com enfoque dentro do universo das Relações Internacionais ou da Economia. Ainda assim, vale ressaltar que, embora haja críticas válidas nos editoriais estudados, ao defender que o País deixe as “amarras” do bloco e invista em acordos bilaterais com países ricos, o jornal põe-se de forma contrária ao que o parágrafo único do Art. 4 da Constituição Federal de 1988 promulga: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988). Não que esta elimine a possibilidade de acordos com outros países, mas define como prioridade do governo a busca da integração com os países da América Latina.

Sabendo que é no espaço editorial que o jornal assume determinados posicionamentos políticos, tais textos cumprem o papel de persuadir os leitores a perceberem a realidade da forma como a instituição jornalística considera adequada (SOUZA, 2006). Da mesma maneira, o jornal “se investe da autoridade de portador da opinião pública para usar de seu poder de pressão frente ao Estado, quando, na realidade, representa interesses bem definidos” (MONT’ALVERNE, 2013, p. 114), interesses tais pertencentes ao grupo que controla o veículo de comunicação.

Conforme discutido no Capítulo 2, as temáticas tratadas nos editoriais, que geralmente se resumem a questões relacionadas à política, economia e administração, assuntos que não são familiares ao grande público, reforçam a ideia de que o texto se destina a empresários e

políticos (MARQUES DE MELO, 2003), grandes influenciadores e tomadores de decisão. Uma vez que os editoriais mantêm um diálogo direto com o Estado, o jornal exerce uma “coação” em defesa dos interesses empresariais representados pela instituição (ibidem). Dessa forma, ao mesmo tempo em que critica as estratégias do governo relativas à política externa brasileira, por exemplo, o Estadão influencia a interpretação do leitor sobre o assunto e faz sugestões diretas ao Estado de como a questão deveria ser tratada.

É clara, portanto, a importância de agentes políticos, governos e instituições trabalharem sua imagem pública nos editoriais. O enquadramento nesse gênero textual, conforme afirma Mont’Alverne (2013, p. 114), “tem significação não só para a audiência, mas também para o próprio ator político”, que pode ser substituído aqui pelo MERCOSUL.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como finalidade analisar a forma como o jornal O Estado de S. Paulo retrata o MERCOSUL em seus editoriais. Além das características do bloco propriamente dito, também foi levado em consideração o posicionamento do jornal acerca de outros assuntos relativos ao MERCOSUL, compondo em âmbito geral as impressões do Estadão acerca do contexto do bloco.

Para isso, procurou-se contextualizar brevemente, no Capítulo 1, a criação e o desenvolvimento do bloco e as estratégias da política externa brasileira, bem como as principais tensões que aconteceram no âmbito do MERCOSUL durante período de análise. Em seguida, no Capítulo 2, discorreu-se a respeito do Jornalismo opinativo a partir de conceitos de opinião pública, imagem pública e enquadramento, aprofundando o gênero editorial e contextualizando a prática do Jornalismo especializado em assuntos internacionais. Buscou-se ainda expor a conjuntura na qual o jornal O Estado de S. Paulo foi criado e a maneira utilizada pelo periódico para administrar suas páginas opinativas, de modo a contribuir com a análise do *corpus*.

Através da Análise de Discurso, cujas características foram apresentadas no início do terceiro capítulo, observou-se uma constância no posicionamento do jornal O Estado de S. Paulo a respeito do bloco econômico MERCOSUL. Além de caracterizá-lo diretamente como “incapaz”, cujas “amarras” impedem o desenvolvimento econômico nacional, o Estadão argumenta em vários outros sentidos para sustentar seu posicionamento. O governo atual é acusado ser responsável pela complicada situação econômica do País por investir no MERCOSUL e não fazer acordos bilaterais com “países mais relevantes”; a Argentina é mostrada como uma das principais culpadas pelo fracasso do bloco, devido as suas medidas protecionistas; a Venezuela, novo membro do MERCOSUL, é retratada como antidemocrática e em severa crise econômica, sem oferecer grandes vantagens para o comércio nacional; e a suspensão do Paraguai é enquadrada como um golpe que diminui ainda mais a credibilidade do MERCOSUL perante o comércio internacional, além de ser considerada uma possível manobra para a inclusão da Venezuela.

Nota-se que o jornal se esforça para retratar o bloco por meio de enfoques depreciativos. Ao enquadrá-lo como um bloco esgotado, fracassado e que limita o desenvolvimento do País, o Estadão fornece elementos para a formação de uma imagem pública negativa do MERCOSUL perante a sociedade e deixa de oferecer elementos outros que, descartados em função do enquadramento, poderiam contribuir de forma distinta ao

debate. Conforme afirma Marques de Melo (2003, p. 75), “é através da seleção que se aplica na prática a linha editorial. A seleção significa, portanto, a ótica através da qual a empresa vê o mundo”. Compreende-se assim, que a empresa jornalística interfere na percepção do leitor e constrói sua própria realidade.

Ao mesmo tempo em que cumpre o ofício jornalístico de questionar as decisões do governo, o jornal tenta persuadir os leitores a entenderem a questão de acordo com seu ponto de vista e pressiona o poder público em favor dos setores a que representa. Opondo-se fortemente à atual configuração do MERCOSUL, e principalmente, às figuras de liderança do bloco – como Dilma, Cristina Kirchner, Chávez (antes de sua morte) e Maduro – o jornal deixa claro seu posicionamento de que, para que o Brasil possa se desenvolver economicamente, é preciso se afastar de tais “amarras”.

Em relação ao MERCOSUL, considerando o atual contexto econômico, é natural que seus representantes sejam cobrados por negociações e acordos mais efetivos. A visibilidade negativa, entretanto, que pode comprometer planos eleitorais de atores políticos e, no caso, do governo brasileiro, para os dirigentes do MERCOSUL, pode interferir na tomada de decisões perante as relações diplomáticas do País e nas negociações de acordos.

Entende-se, portanto, que o jornal não é uma instituição neutra e defende seus interesses econômicos e ideológicos, equilibrando-os, na medida do possível, com aquilo que ele considera interesse do público de forma a se legitimar perante a opinião pública e a se mostrar digno de credibilidade perante o leitor. Ressalta-se que, ao mesmo tempo em que contribui com a democracia ao jogar a luz sobre pautas concernentes à administração pública e ao desenvolvimento do País, tais ações têm objetivos referentes aos interesses do periódico. O editorial configura-se, dessa forma, como o que Marques de Melo (2003) denominou “espaço de contradições”, conciliando diferentes interesses que perpassam por sua produção.

REFERÊNCIAS

ABIATTI, Daniel Albherto; CAMARGO, Luis Henrique Kohl; TRINDADE DE MELLO, Régis. O processo de impeachment do ex-presidente paraguaio Fernando Lugo: observando o fenômeno jurídico material à luz da teoria crítica do direito. **Unoesc & Ciência - ACSA**, Joaçaba, v. 3, n. 2, p. 157-170, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/acsa/article/view/2151>>. Acesso em: 08 out. 2013.

AGUIAR, Pedro. **Notas para uma História do Jornalismo de Agências**. In: VII Encontro Nacional de História da Mídia. Anais... Fortaleza, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/7o-encontro-2009-1/Notas%20para%20uma%20Historia%20do%20Jornalismo%20de%20Agencias.pdf>>. Acesso em: 21. out. 2013.

ALMEIDA, A. M.; GADINI, S. L. **Mercosul**: Bloco econômico nas páginas da Gazeta do Povo. 2010. Trabalho apresentado ao 33. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul/RS, set. 2010.

ARAÚJO, João; LIMA, Marcelo. **Jornalismo verde**: a incipiente atuação do site do jornal Correio na Semana do Meio-Ambiente. 2009. Trabalho apresentado ao 32. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba, set. 2009.

ARRUDA, Roldão. 1968/Anos de Chumbo, é permitido proibir! pela editoria. **Blog Palavras Todas Palavras**. 28/03/2008. Disponível em: <<http://palavrastodaspalavras.wordpress.com/2008/03/28/1968anos-de-chumbo-e-permitido-proibir-pela-editoria/>>. Acesso em: 23 set. 2013

ASSOCIAÇÃO Nacional de Jornais (ANJ). **Maiores jornais do Brasil**. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em 19 ago. 2013.

ATA da XLI Reunião Extraordinária do Grupo Mercado Comum. Mercosul/GMC ETX N. 02/12, 30 de julho de 2012.

BALDESSAR, Maria José; DELLAGNELLO, Pedro Henrique. **Jornalismo hiperlocal e o desafio da criação de uma agenda noticiosa internacional plural**. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, n. 28, p.53-62, jul. 2013.. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/41161/26091>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

BASTOS, Fabrício Henricco Chagas; METZGER, Fabio. O caso Lugo ou qual Maquiavel o Brasil pretende ser? **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 3, n. 13, p.34-44, set. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/31263>>. Acesso em: 09 out. 2013.

BEITTEL, June S. **Paraguay**: Political and Economic Conditions and U.S. Relations. Washington D.C.: Congressional Research Service, 1 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/row/R41067.pdf>>. Acesso em 10 out. 2013.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do Jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

_____. **Jornalismo Opinitivo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. A ironia como estratégia discursiva da revista Veja. **Revista Líbero**, São Paulo, Ano X, n.20, p. 35-46, 2007. Disponível em: <<http://revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/view/4644/4368>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

_____. O Jornalismo como gênero discursivo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 5., Aracaju, 2007. **Anais eletrônicos...** Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, SBPJor, 2007. Disponível em: <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/coordenada_6_.marcia_benetti.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2013

BIJOS, Leila; CAVALCANTE, Denis Oliveira. **Reflexões a respeito da entrada da Venezuela no Mercosul**. 2013. Trabalho apresentado a 14. Jornadas de la Asociación Argentina de Historia de las Relaciones Internacionales, Buenos Aires, jul. 2013.

BOITO JR, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: Classes Sociais, Neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 31-38, set. 2013.

BRASIL. Decreto no 7.859, de 6 de dezembro de 2012. Promulga o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL.. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 dez. 2012. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2012/decreto-7859-6-dezembro-2012-774740-publicacaooriginal-138309-pe.html>>. Acesso em: 10 out. 2013

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 nov. 2013

CAPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. L.; GONÇALVES, C. A. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 5, n. 1, n. p., 2003. Disponível em: <<http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/251/248>>. Acesso em: 15 Nov. 2013.

CELLI JUNIOR, Umberto. Teoria geral da integração: em busca de um modelo alternativo. In: MERCADANTE, Araminta De Azevedo; CELLI JUNIOR, Umberto; ARAÚJO, Leandro Rocha de (Coord.). **Blocos econômicos e integração na América Latina, África e Ásia**. Curitiba: Juruá, 2006. Cap. 1, p. 19-37.

CERVO, Amado Luiz. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. **Revista Brasileira de Política Internacional** [online]. 2000, vol. 43, n. 2, p. 5-27.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n2/v43n2a01.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2013

DESSEN, M. C.; PAZ, M. G. T. Bem-Estar Pessoal nas Organizações: O Impacto de Configurações de Poder e Características de Personalidade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. 3, jul-set 2010, p. 549-556. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n3/a18v26n3.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

ESCURRA, Marta. Senado paraguaio pode vetar Venezuela no Mercosul. **Infosurhoy.com**. Disponível em: <<http://infosurhoy.com/pt/articles/saii/features/economy/2009/12/18/feature-02>>. Acesso em 10 out. 2013.

ESPERIDIÃO, Maria Cleidejane. Gigantes invisíveis no telejornalismo mundial: agências internacionais de notícias e o ecossistema noticioso global. **Brazilian Journalism Review**, v. 7, n. 1, 2011.

‘ESTADO’ é eleito o jornal mais admirado do País pelo 11º ano. **O Estado de S. Paulo**. 02/12/2013. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,estado-e-eleito-o-jornal-mais-admirado-do-pais-pelo-11-ano,171558,0.htm>>. Acesso em 02 dez. 2013.

FAUSTO NETO, Antonio. Chávez, morte e “desamparo informativo” na cena da circulação midiaticizada. **Rizoma**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 1, p. 25-45, jul. 2013. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/3705/2769>>. Acesso em: 25 out. 2013

FELIPE, Leandra. Venezuela e Paraguai iniciam retomada de relações diplomáticas. **Agência Brasil/EBC**. 09/10/2013. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-10-09/venezuela-e-paraguai-iniciam-retomada-de-relacoes-diplomaticas>>. Acesso em: 25 out. 2013

FLOR, Ana; SIMIONATO, Maurício. "Alguns veículos de imprensa se comportam como partido político", diz Lula. **Folha de S. Paulo**. 18/9/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/800995-alguns-veiculos-de-imprensa-se-comportam-como-partido-politico-diz-lula.shtml>>. Acesso em 25 set. 2013.

FOLETTI, Rafael. De bispo a presidente: construções histórico-midiáticas do presidente paraguaio Fernando Lugo nas revistas semanais brasileiras. **Estudos em Comunicação**, Covilhã, n. 10, p. 227-243, 2011.

FUSER, Igor. **O Estadão e a diplomacia do "pragmatismo responsável"**. *Communicare*: revista de pesquisa, São Paulo, v.8, n.2, p. 25-32, jul. 2008. Disponível em: <http://www.casperlibero.edu.br/_upload/publicacoes/7/Communicare%208.2.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2012.

GEHRE, Thiago. “Dança das cadeiras no Mercosul”: uma avaliação crítica. **Boletim Meridiano 47**, Brasília, v. 13, n. 133, p. 47-53, set-out. 2012. Disponível em: <<http://www.red.unb.br/index.php/MED/article/view/7641/5950>>. Acesso em: 05 out. 2013

GRUPO ESTADO. **Código de ética e conduta**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/ext/codigoetica/codigo_de_etica_miolo.pdf>. Acesso em: 25 set. 2013.

GRUPO Estado anuncia revisão de portfólio. **O Estado de S. Paulo**. 29/10/2012. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,grupo-estado-anuncia-revisao-de-portfolio,132724,0.htm>>. Acesso em 25 set. 2013.

HABERMAS, Jürgen. Mudança de função política da esfera pública. In: HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. Cap. 6, p. 213-273. (Estudos alemães). Tradução de Flávio R. Kothe.

_____. **Direito e democracia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, col. Os Economistas, 1985, p. 219.

LACERDA, Jan Marcel de Almeida Freitas. **Análise cognitiva da política externa brasileira**: Ideias e teorias nas Relações Internacionais do Estado brasileiro. Revista de Estudos Internacionais, v.2, n.1, p. 88-102, 2011.

LATTANZI, José Renato. Ética e Jornalismo: a imprensa ante o golpe militar (1961-1964). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009.

LISBOA, S. S. M. **Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor**: independência, imparcialidade, honestidade, objetividade e coerência. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, março de 2012.

MACADAR, Beky Moron B. de. **As relações comerciais Brasil-Argentina: Evolução recente**. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre: v. 37, n. 2, (n. p.), 2009. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/2311/2668>>. Acesso em: 26 out. 2013

MAGNOLI, Demétrio. **Blocos Regionais e Globalização**. Globalização, Estado Nacional e espaço mundial. São Paulo. Ed. Moderna, 1997, p. 44-58.

MANHÃES, Eduardo. **Análise do discurso**. In: DUARTE, Jorge e BARROS, ANTONIO (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no Jornalismo brasileiro. 3. ed. Campos de Jordão, RJ: Editora Mantiqueira, 2003.

MARTINS, Eduardo. **Manual de redação e estilo**. 3. ed. São Paulo, Moderna, 1998. 400p.

MAYRINK, José Maria. Trajetória de um jornalista liberal, Júlio de Mesquita Filho. **O Estado de S. Paulo**. 25/11/2009. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/artelazer,trajetoria-de-um-jornalista-liberal-julio-de-mesquita-filho,471570,0.htm>>. Acesso em: 25 set. 2013.

_____. Uma vida de 136 anos e cada vez mais novo. **O Estado de S. Paulo**. 04/01/2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,uma-vida-de-136-anos-e-cada-vez-mais-novo,661749,0.htm>>. Acesso em: 25 set. 2013.

MERCOSUL - Portal Oficial. **Saiba mais sobre o MERCOSUL**. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>> Acesso em: 25 set. 2013.

_____. **Cronologia**. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/cronologia>> Acesso em: 25 set. 2013.

_____. **Participação da República Cooperativista da Guiana e da República do Suriname no MERCOSUL**. [06 de dezembro de 2012] Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/normativa/decisoes/2012/mercosul-cmc-dec-nb0-57-12/mercosul-cmc-dec-nb0-57-12?searchterm=guiana>> Acesso em: 25 set. 2013.

MERCOSUL suspende Paraguai e anuncia adesão da Venezuela. **G1**. 29/06/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/06/mercosul-suspende-paraguai-e-anuncia-adesao-da-venezuela.html>>. Acesso em: 11 out. 2013

MONT'ALVERNE, Camila. **Jornalismo político e imagem pública: Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo**. 130f. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo). Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

NATALI, João Batista. **Jornalismo internacional**. São Paulo: Contexto, 2007. 128 p. (Coleção comunicação). 1ª reimpressão.

OLIVEIRA, Samuel Antonio Merbach de. Mercosul e integração regional. **Revista do Curso de Direito da Faculdade Campo Limpo Paulista**, São Paulo, v. 7, 2009. Disponível em: <http://www.faccamp.br/direito/revista/revista_faccamp_7.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2013.

PALACIOS, Ariel; VILLAVARDE, João. Presidente eleito do Paraguai rejeita voltar a Mercosul liderado por Caracas. **O Estado de S. Paulo**. 12/07/2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,presidente-eleito-do-paraguai-rejeita-voltar-a-mercosul-liderado-por-caracas-,1052922,0.htm>>. Acesso em: 10 out. 2013.

PARA ficar na história. 30/10/2012. **Jornal da Tarde**. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/jt-cidades/para-ficar-na-historia/>>. Acesso em 25 set. 2013.

PARANGUASSU, Lisandra. Brasil oferece a Paraguai presidência do Mercosul para reintegrá-lo ao bloco. **O Estado de S. Paulo**. 30/09/2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,brasil-oferece-a-paraguai-presidencia-do-mercosul-para-reintegra-lo-ao-bloco,1080561,0.htm>>. Acesso em: 25 out. 2013

PASSOS, Mariana Rezende dos. **A trincheira de luta em @chavezcandanga: uma análise do microblog de Hugo Chávez**. 2013. Artigo apresentado ao Grupo de Trabalho de

Comunicação institucional e imagem pública no 5. Congresso da Compólitica, Curitiba, mai. 2013.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

Polítburo. In: ENCICLOPEDIA Britannica. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/467548/Polítburo>>. Acesso em: 20 nov. 2013

PONTES, José Alfredo Vidigal. **Resumo Histórico**. 2004. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/historico/index.htm>>. Acesso em: 19 set. 2013.

PORTO, Mauro P. **Enquadramento da Mídia e Política**. 2002. Trabalho apresentado ao 26. Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu/MG, out. 2002. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4400&Itemid=317>. Acesso em: 30 nov. 2013

PRESIDENTE Cartes visita el viernes a Mujica para cerrar el círculo de acercamiento al Mercosur. **ICNDiario**. 23/10/2013. Disponível em: <<http://www.icndiario.com/2013/10/23/presidente-cartes-visita-el-viernes-a-mujica-para-cerrar-el-circulo-de-acercamiento-al-mercosur/>>. Acesso em: 25 out. 2013

QUINTÃO, A.F. **Mercosul, passaporte para a americanidade**: Discurso dos jornalistas correspondentes brasileiros no exterior. 2008. 488 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 12 de maio de 2008.

RESENDE, Márcio. Mercosul entrega até dezembro proposta de acordo com europeus. **Radio France Internationale**. Disponível em: <<http://www.portugues.rfi.fr/brasil/20131022-mercosul-entrega-ate-dezembro-proposta-de-acordo-com-europeus>>. Acesso em: 25 out. 2013

RITTNER, Daniel. Mercosul revoga suspensão ao Paraguai. **Valor Econômico**. 12/07/2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/3196986/mercosul-revoga-suspensao-ao-paraguai>>. Acesso em: 24 out. 2013.

RODRIGUES, Tatiana S. Fukuda; PAULA, Nilson M. de. A agricultura nas negociações multilaterais da Rodada Doha e suas implicações para o Brasil. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 34, n. 2 (ano 32), p. 95-115, mai./ago. 2008. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs-2.2.4/index.php/economia/article/view/12297/8514>>. Acesso em: 26 out. 2013

ROSSI, Clóvis. **O que é Jornalismo**. São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), 2000, 10ª edição.

SÁ, Ericka de. Dilma defende a volta do Paraguai ao Mercosul, mas Cartes mostra cautela. **Deutsch-Welle**. 30/09/2013. Disponível em: <<http://www.dw.de/dilma-defende-volta-do-paraguai-ao-mercosul-mas-cartes-mostra-cautela/a-17128709>>. Acesso em: 24 out. 2013

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. A deposição do presidente Fernando Lugo no Paraguai. **O Olho da História**, Salvador, n. 19, n. p., dez. 2012. Disponível em: <<http://oolhodahistoria.org/n19/artigos/fabio.pdf>>. Acesso em: 08 de out. 2013

SCHEMBIDA, Rômulo Estevan. Las bases de la inestabilidad: cultura e instituciones políticas en Paraguay. **Revista Paraguay Desde Las Ciencias Sociales**, Buenos Aires, n. 1, p.149-172, 2012. Disponível em: <<http://revista.grupoparaguay.org/index.php/revistaparaguay/article/view/41/7>>. Acesso em: 09 out. 2013

SCHIMIDT, Rafael Vitória. A constituição da Unasul e as possibilidades de avanços para a cidadania e os direitos humanos na América do Sul. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 56-69, out./nov. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/16581/10022>>. Acesso em: 10 out. 2013.

SILVA, Daniel de Lemos Germano da. **Visibilidade política e produção de imagem pública**: A comunicação do projeto pacto pelo Rio Grande - 2006. 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

SILVA, Macos Antonio da; JOHNSON, Guillermo Alfredo; ARCE, Anatólio Medeiros. **O MERCOSUL em seu labirinto**: desafios da Integração Regional. *Revista de Geopolítica*, Natal, v. 4, n. 1, p. 52-64, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/ojs/ojs-2.2.3/index.php/rg/article/view/65>>. Acesso em: 23 out. 2013

SILVA, Maria Alice Siqueira Mendes e. Sobre a Análise do Discurso. **Revista de Psicologia da UNESP**, São José do Rio Preto, v. 4, n. 1, p. 16-40, 2005. Disponível em: <<http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewFile/30/55>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

SILVA, Noêmia Félix da. **A construção da imagem pública do Governo do PT**. 2005. 288 f. Dissertação (MEstrado em Comunicação Social) - Universidade de Brasília, Brasília.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Li-chang Shuen Cristina Silva. Mercosul, sociedade e opinião: exercícios de hegemonia na página de opinião da Folha de S. Paulo. **Carta Internacional**, São Paulo, v. 3, n. 3, p.17-22, out. 2008.

SOUZA, M. M. **Transitividade e construção de sentido no gênero editorial**. 2006. 418 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, junho de 2006.

STURARO, George Wilson Dos Santos; FROTA, André Francisco Matsuno da. A suspensão do Paraguai e a entrada da Venezuela: Implicações para o regime de defesa coletiva da democracia no Mercosul. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 3, n. 13, p.45-53, ago./set. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/31261>>. Acesso em: 09 out. 2013.

TERUCHKIN, Sônia Unikowsky. Ampliação do Mercosul: a adesão da Venezuela. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 45-50, dez. 2006. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1500>>. Acesso em: 10 out. 2013.

UNIÃO Europeia. **Uma Europa sem fronteiras**. Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/eu-history/1990-1999/index_pt.htm>. Acesso em: 15 out. 2013.

WEBER, R.P. **Basic content analysis**. SageUniversity Yapers Series on Quantitative Applications in the Social Sciences. 1990.

Editoriais utilizados como *corpus* da pesquisa

O BRASIL no jogo chavista. **O Estado de S. Paulo**. 09/01/2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,o-brasil-no-jogo-chavista-,982138,0.htm>>. Acesso em 15 set. 2013.

POBREZA de ideias. **O Estado de S. Paulo**. 30/01/2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,pobreza-de-ideias-,990695,0.htm>>. Acesso em 15 set. 2013

O MUNDO gira sem o Mercosul. **O Estado de S. Paulo**. 12/03/2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,o-mundo-gira-sem-o-mercosul-,1007616,0.htm>>. Acesso em 15 set. 2013.

O ALVO do governo Kirchner. **O Estado de S. Paulo**. 19/03/2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,o-alvo-do-governo-kirchner-,1010487,0.htm>>. Acesso em 15 set. 2013.

CHÁVEZ, o passarinho. **O Estado de S. Paulo**. 04/04/2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,chavez-o-passarinho-,1016837,0.htm>>. Acesso em 15 set. 2013

ATRATIVOS do Paraguai. **O Estado de S. Paulo**. 16/04/2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,atrativos-do-paraguai-,1021503,0.htm>>. Acesso em 15 set. 2013

A VOLTA dos Colorados. **O Estado de S. Paulo**. 23/04/2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,a-volta-dos-colorados-,1024332,0.htm>>. Acesso em 15 set. 2013

UMA REUNIÃO vazia. **O Estado de S. Paulo**. 27/04/2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,uma-reuniao-vazia-,1026069,0.htm>>. Acesso em 15 set. 2013.

EM BUSCA de legitimidade. **O Estado de S. Paulo**. 09/05/2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,em-busca-de-legitimidade-,1029975,0.htm>>. Acesso em 15 set. 2013

UM BRASILEIRO na OMC. **O Estado de S. Paulo.** 09/05/2013. Disponível em:
<<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,um-brasileiro-na-omc-,1029970,0.htm>>.
Acesso em 15 set. 2013.

CHÁ de cadeira em Dilma. **O Estado de S. Paulo.** 11/05/2013. Disponível em:
<<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,cha-de-cadeira-em-dilma-,1030686,0.htm>>.
Acesso em 15 set. 2013.

O MUNDO negocia sem o Brasil. **O Estado de S. Paulo.** 29/05/2013. Disponível em:
<<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,o-mundo-negocia-sem-o-brasil-,1036719,0.htm>>. Acesso em 15 set. 2013.

MÁ diplomacia, mau comércio. **O Estado de S. Paulo.** 05/06/2013. Disponível em:
<<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,ma-diplomacia-mau-comercio-,1039002,0.htm>>. Acesso em 15 set. 2013.

MÁ lição para novos diplomatas. **O Estado de S. Paulo.** 19/06/2013. Disponível em:
<<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,ma-licao-para-novos-diplomatas-,1044165,0.htm>>. Acesso em 15 set. 2013.

UMA FIESP bolivariana? **O Estado de S. Paulo.** 20/06/2013. Disponível em:
<<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,uma-fiesp-bolivariana-,1044609,0.htm>>.
Acesso em 15 set. 2013.

O ACORDO automotivo, de novo. **O Estado de S. Paulo.** 22/06/2013. Disponível em:
<<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,o-acordo-automotivo-de-novo-,1045548,0.htm>>. Acesso em 15 set. 2013..

ANEXO

EDITORIAIS DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO

Editorial 01 (E01)

O Brasil no jogo chavista

A presidente Dilma Rousseff interrompeu as férias que o seu assessor internacional Marco Aurélio Garcia passava no México e o despachou no fim do ano a Cuba para se inteirar do quadro clínico do caudilho Hugo Chávez e ajudá-la a avaliar a instável situação política venezuelana, diante das crescentes dúvidas sobre a sua recuperação depois da quarta tentativa de extirpar o câncer na região pélvica que o acometeu há um ano e meio.

Garcia esteve com os seus bons amigos Raúl e Fidel Castro, além de se reunir com o vice chavista Nicolás Maduro, príncipe regente e herdeiro designado da autocracia bolivariana. Decerto também deve ter transmitido aos interlocutores a garantia da presidente de que apoiará seja lá o que os chavistas e os seus mentores cubanos decidirem – ainda que atropelando a Constituição criada pelo próprio regime –, a se consumir a hipótese altamente provável de que o *Jefe* não tornará a pôr os pés no Palácio Miraflores. Afinal, sob Dilma, o alinhamento automático de Brasília com Caracas continua o mesmo dos anos Lula, apenas com menos gritaria.

Não se sabe em que medida o homem da presidente em Havana conseguiu desincumbir-se da missão. Especialistas em segredo e jogo duplo, os líderes castristas e os seus pupilos venezuelanos não devem ter corrido a abrir os corações (muito

menos os relatórios dos seus serviços secretos) ao enviado brasileiro, conquanto dispense comprovação adicional a sua fidelidade ao socialismo autoritário. Mas o fato é que, mistificado pela própria ideologia – para ressuscitar uma expressão dos velhos tempos marxistas –, Garcia saiu falando pelos cotovelos, como é de seu feitio. E se pôs a dizer o que as autoridades venezuelanas deveriam ou poderiam fazer, além de pontificar sobre o que a oposição há de considerar conveniente ou não para seus interesses na pantanosa conjuntura do vizinho país. Ora deu a entender que endossa o autogolpe chavista de estender por tempo indeterminado o mandato do líder ausente, que termina oficialmente amanhã, quando deveria tomar posse para o novo período a que foi eleito em novembro último; ora mencionou que existe “cobertura constitucional” para adiá-la por até meio ano.

Ora ecoou o pretexto dos lugares-tenentes de Chávez para a manobra que reduz a posse na data prevista a uma “formalidade dispensável”, ao afirmar que “Chávez sucede a si próprio, não é que um novo presidente foi eleito”; ora invocou o artigo 234 da Constituição venezuelana, segundo o qual a Assembleia Nacional pode declarar a ausência temporária do presidente por 90 dias, prorrogáveis por outro tanto, e só então, se for o caso, considerá-lo permanentemente incapacitado, com o aval de uma junta médica, o que abriria caminho

para novas eleições em 30 dias.

O problema é que a letra do texto deixa claro que a norma se aplica apenas a presidentes já no exercício de suas funções – tanto que prevê, na referida circunstância, a interinidade do vice, que obviamente terá sido empossado juntamente com o titular. De todo modo, a impropriedade do assessor internacional do Planalto está muito menos no seu ensaio de exegese da Constituição de outro país do que em ele não ter se lembrado da famosa interpelação do rei espanhol Juan Carlos ao próprio Chávez: “¿Por que no te callas?”.

O governo brasileiro não tem que se manifestar sobre assuntos internos alheios. Se tivesse, em situações-limite, seria apenas para expressar a certeza de que o país em questão saberá resolver seus problemas no marco da ordem democrática. Ocorre que, no plano externo, o apreço da presidente Dilma pela democracia é seletivo. Ano passado, excluiu o Paraguai do Mercosul porque o colega Fernando Lugo foi destituído pelo Congresso, com endosso da Justiça, em menos de 48 horas. O Planalto entendeu que ele não teve suficiente direito de defesa e invocou a Carta Democrática Interamericana da OEA. Fizera o mesmo quando a Justiça hondurenha removeu o presidente Manuel Zelaya, em 2009.

Mas, na Venezuela, o chavismo fará o que bem entender com a Constituição, investirá contra a oposição – acusando-a cinicamente de golpista – e não será Dilma quem objetará.

Editorial 02 (E02)

Pobreza de ideias

Galináceos, bovinos e suínos são por enquanto os beneficiários mais prováveis dos planos e roteiros de cooperação acertados na semana passada com representantes da União Europeia (UE), em reuniões em Brasília e Santiago. Os bichos continuarão sendo sacrificados, porque o transporte de animais vivos em longas viagens perdeu muito de seu encanto depois da aventura na Arca de Noé. Mas serão mortos com boas maneiras, depois de uma vida mais confortável e com menos estresse, se for aplicado o Memorando de Entendimento Administrativo na Área de Bem-estar Animal entre o governo brasileiro e a Comissão Europeia. Quanto ao Arranjo de Cooperação Científica e Tecnológica, provavelmente produzirá resultados tão chochos quanto os anteriores, exceto na retórica oficial. O acordo sobre picanhas, costelinhas e coxinhas será de certo implementado com mais empenho e acompanhado com mais atenção, porque assuntos sanitários afetam o comércio e são um pretexto fácil para protecionismo.

A mesma pobreza de ideias e compromissos marcou as reuniões do pessoal da União Europeia, em Santiago, com representantes da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac) e do Mercosul ou sua parte remanescente. Em seu discurso de sexta-feira, na abertura do encontro

Celac-UE, o presidente do Chile, Sebastián Piñera, empenhou todo o seu talento – e com inegável sucesso – para evitar qualquer ideia original, interessante ou prática.

Ele falou sobre o valor de uma “nova aliança estratégica para balizar o futuro”, lembrou a importância econômica do bloco europeu e perorou sobre a “cultura milenar” da Europa e o compromisso da região com a liberdade, a democracia e os direitos humanos. Faltou, talvez, alguma palavrinha sobre os objetivos, limitações e outros aspectos práticos de um acordo comercial.

Dar prioridade a um acerto de livre comércio entre Mercosul e União Europeia seria a decisão mais prudente e com maior possibilidade de êxito neste momento. Um entendimento mais amplo, com toda a Celac, poderia ser discutido mais facilmente em seguida.

Mais limitada, a negociação inicial, entre União Europeia e Mercosul, envolveria dois blocos razoavelmente estruturados, pelo menos em termos formais, e seria possível aproveitar a experiência da negociação iniciada em 1999. Houve vários impasses, a tentativa foi quase enterrada em 2006 e um novo compromisso de retomar o projeto foi formalizado em 2010. Em março do ano passado, representantes dos dois blocos concordaram em cuidar da definição de questões normativas necessárias para um novo exercício de troca de ofertas. A definição dessa prioridade parece inevitável,

se os negociadores tiverem pelo menos um pouquinho de juízo.

Mas juízo continua sendo um insumo escasso na América Latina e especialmente no Mercosul. Na quinta-feira, enquanto ocorria a Cúpula Brasil-União Europeia, em Brasília, circulava em Buenos Aires a notícia de uma nova encenca regional. O governo argentino voltou a dificultar a importação de carne suína brasileira. Foi o terceiro recrudescimento desse conflito em um ano, em mais uma violação dos compromissos de normalização do comércio regional.

Governo e empresários argentinos, cada vez mais protecionistas, têm dificultado qualquer compromisso de liberalização de mercados. Tiveram papel significativo no abandono da Rodada Doha, entravaram qualquer acerto com os europeus e criam obstáculos ao funcionamento do próprio Mercosul. Além disso, Christina Kirchner já mostrou sua disposição: o Mercosul, segundo ela, só poderá negociar com os europeus depois da eleição no Paraguai, em abril.

A própria Kirchner liderou, no ano passado, a suspensão do Paraguai como membro do Mercosul. Agora usa o país como pretexto para bloquear a discussão de um acordo. De repente, a opinião paraguaia é importante para a senhora Kirchner. Em 2012, essa opinião foi silenciada para facilitar o ingresso da Venezuela bolivariana. Por que os europeus, afinal, insistem no acordo com essa gente?

Editorial 03 (E03)

O mundo gira sem o Mercosul

O governo argentino pretende arrancar mais vantagens do Brasil, em mais uma revisão do acordo automotivo assinado em 2000 para acabar em 2005, mas a partir daí prorrogado várias vezes. Em toda prorrogação foram fixados novos benefícios para o lado argentino, por meio de fórmulas calculadas para dispensar aquele sócio de se tornar competitivo. A nova esperteza argentina é mais uma comprovação do erro cometido pelo governo petista, há dez anos, quando optou por um regionalismo ingênuo inspirado em bandeiras terceiro-mundistas.

Na última negociação, o acordo foi estendido até 2013. A partir daí valeriam normas de livre comércio, mas a presidente Cristina Kirchner decidiu mudar o jogo mais uma vez. Comércio aberto está fora da agenda da Casa Rosada. O assunto estava na pauta do encontro bilateral marcado para a semana passada e suspenso por causa da morte do presidente Hugo Chávez.

Desta vez, o governo argentino quer, além da extensão do pacto bilateral, a fabricação, em seu país, de parte dos produtos incluídos no programa brasileiro Inovar-Auto. Em outras palavras, a indústria instalada na Argentina deve ganhar, se Brasília estiver de acordo, uma carona em um programa custeado pelo contribuinte brasileiro. Será uma surpresa

se, no fim da história, a presidente Dilma Rousseff recusar mais esse mimo à companheira Cristina Kirchner.

Há vários anos o governo brasileiro vem moldando boa parte de suas decisões estratégicas de acordo com os interesses definidos em Buenos Aires. Foi assim no episódio da suspensão do Paraguai e da admissão da Venezuela como quinto membro do Mercosul. Nas negociações com a União Europeia sempre prevaleceram as restrições argentinas, mesmo quando o Itamaraty se mostrou disposto ao entendimento com os europeus.

Na adiada reunião bilateral com a companheira Cristina Kirchner, a presidente Dilma Rousseff havia se preparado para anunciar novas concessões, como a participação do BNDES no financiamento de obras de infraestrutura e a abertura de uma cota para importação de camarões argentinos. A pauta deveria incluir também assuntos menos agradáveis, como as dificuldades da Vale para executar um projeto de exploração de potássio. Sem um acordo para compensar a alta de custos causada pela inflação e outros problemas de relacionamento com o setor público, a companhia poderá suspender o investimento.

Crescentemente atolado no difícil relacionamento com a Argentina, o governo brasileiro tem espaço cada vez menor para se ajustar às novas condições do mercado internacional. Formalmente, o Mercosul

é uma união aduaneira, embora nem chegue a funcionar de modo satisfatório como área de livre comércio. Como sócios de uma união aduaneira, os países-membros devem respeitar a regra da tarifa externa comum. Por isso, podem negociar acordos comerciais apenas em bloco. Toda concessão tarifária a qualquer parceiro de fora depende da aprovação dos demais.

Até agora, o Mercosul negociou poucos acordos de livre comércio, sempre com parceiros em desenvolvimento e, em alguns casos, sem relevância econômica para o Brasil. Enquanto isso, acordos bilaterais e inter-regionais multiplicam-se em todo o mundo, sem a participação do Brasil. Ou seja, o Brasil está cada vez mais fora do jogo relevante para o comércio internacional. Os EUA empenham-se em concluir um acordo com parceiros do Pacífico. O entendimento inclui vários países em desenvolvimento da Ásia e da América Latina e em breve poderá incluir também Japão e Coreia do Sul. Ao mesmo tempo, autoridades americanas e europeias dão os primeiros passos para um acordo de comércio e investimentos entre os dois lados do Atlântico Norte. Para Jeffrey Schott, do Peterson Institute for International Economics, o Brasil errou tanto na Rodada Doha, ao se aliar à Índia e à China, como na agenda bilateral, amarrada ao Mercosul. Os fatos, até agora, confirmam esse diagnóstico.

O alvo do governo Kirchner



A redução de 73% registrada em 2012 no saldo do Brasil no comércio com a Argentina – num período em que superávits dos principais parceiros comerciais dos argentinos aumentaram até 52% – não deixa dúvidas de que a política protecionista cada vez mais agressiva do governo da presidente Cristina Kirchner tem um alvo específico. Medidas administrativas que retardam ou impedem a entrada de produtos importados na Argentina têm sido contestadas por diversos países exportadores, mas toleradas pelo governo brasileiro. Como a escarnecer da atitude brasileira e das reiteradas promessas de amizade destrutível da presidente Dilma Rousseff, feitas a sua colega argentina, o protecionismo de Buenos Aires prejudica direta e duramente o Bra-

sil e preserva os demais países.

Os números da balança comercial entre os dois países não deixam dúvidas de que a condescendência com que o governo Dilma reage às restrições comerciais da Argentina estimula a ação dos funcionários do governo Kirchner notoriamente contrários à entrada de produtos brasileiros em seu país. Ruins para o Brasil já em meados do ano passado, os resultados do comércio bilateral ficaram ainda piores no acumulado de 2012.

Em julho do ano passado, as importações argentinas de produtos brasileiros tinham sido 67% menores do que as registradas em julho de 2011 e o superávit comercial acumulado pelo Brasil nos sete primeiros meses do ano tinha diminuído 52% em relação ao período janeiro-julho do ano anterior.

Em todo o ano passado, as exportações brasileiras para a Argentina so-

maram US\$ 18 bilhões, 21% menos do que os US\$ 22,7 bilhões exportados em 2011. As importações brasileiras de produtos argentinos, de sua parte, de US\$ 16,8 bilhões, mantiveram-se praticamente no mesmo nível de 2011, de US\$ 16,4 bilhões. Com isso, o saldo caiu de US\$ 5,9 bilhões para US\$ 1,6 bilhão, uma redução de 73% (algumas consultorias privadas, como a Abeceb.com, calculam a queda em 65%).

Atribui-se a queda das importações de produtos brasileiros à redução do ritmo da economia argentina no ano passado, quando deve ter crescido menos de 2%. Essa é uma explicação parcialmente verdadeira. Mas, no momento em que as exportações brasileiras caíram, as dos outros principais países fornecedores da Argentina cresciam, e em ritmo intenso. As da Holanda aumentaram 160%; as dos Estados Unidos, 9%; as do Japão, 7%; e as da Alemanha, 2%,

como noticiou o jornal *Valor* (18/3). O superávit, que no caso do Brasil teve fortíssima contração, aumentou 52% para a Alemanha, 29% para os Estados Unidos e 14% para a China.

Brasil e Argentina são os principais integrantes do Mercosul, o bloco do Cone Sul que, teoricamente, é uma união aduaneira, na qual é livre a circulação de bens e serviços. Desde meados da década passada, no entanto, a Argentina vem restringindo a entrada de produtos estrangeiros, mesmo os originários de outros países do Mercosul.

No ano passado, o governo Kirchner instituiu um sistema de controle administrativo de importações que vem retendo mercadorias nos postos alfandegários até a emissão de uma autorização especial para a entrada no mercado argentino. Essa autorização está condicionada à apresentação prévia de uma declaração juramentada, cuja aceitação depende do

juízo de setores do governo responsáveis pelas medidas protecionistas.

O objetivo dessas medidas é estimular a produção argentina, mas as ações do governo Kirchner no campo econômico vêm assustando os empresários, nacionais e estrangeiros, o que inibe os investimentos produtivos.

As presidentes dos dois países deveriam discutir, entre outras, a questão da deterioração do comércio bilateral por causa do crescente protecionismo argentino, numa reunião que estava marcada para o início de março. O encontro teve de ser adiado em razão da morte do presidente venezuelano Hugo Chávez. O tema, porém, não pode mais ser adiado, como deixam claro os dados recentes sobre o comércio bilateral. Se o governo Dilma não mudar sua atitude em relação à Argentina, o governo Kirchner se sentirá ainda mais livre para prejudicar o Brasil.

Editorial 05 (E05)

Chávez, o passarinho

Hugo Chávez reencarnou num passarinho. A notícia foi dada pelo sucessor do caudilho venezuelano, o presidente posticho Nicolás Maduro, no início oficial da campanha para a eleição do próximo dia 14. Maduro disse que estava numa capelinha de madeira, rezando, quando entrou um “passarinho pequenininho”, que deu três voltas sobre sua cabeça e pousou numa viga, momento em que começou a assoviar. Maduro, claro, assoviou de volta, porque, entre outras qualidades fantásticas, ele entende a linguagem dos bichos, e percebeu que se tratava de Chávez emplumado. “Eu senti o espírito dele. Eu o senti como uma bênção, dizendo-nos: ‘Hoje começa a batalha. Rumo à vitória’. Eu o senti na minha alma”, declarou Maduro, levando a campanha eleitoral de vez para o terreno do outro mundo, um caminho sem volta desde a morte de Chávez. Não se trata, pois, da eleição de um presidente, mas da unção do filho de Deus na Venezuela – e, nesse caso, seu opositor, Henrique Capriles, só pode ser o diabo.

Maduro está presidente da Venezuela apenas por obra e graça dos desejos do falecido caudilho e das desavergonhadas manobras governistas para rasgar a Constituição que eles juram respeitar. Foi a única maneira de estabelecer um mínimo de ordem nas hostes chavistas após a morte de seu

líder, evitando, ao menos por ora, um conflito entre correligionários. De discreto assessor internacional do presidente, mais conhecido fora do que dentro do país, Maduro saltou para o estrelato bolivariano quando Chávez agonizava. Sem o carisma ou a capacidade de liderança de seu mentor, ele tem a responsabilidade de manter a coesão do movimento chavista, enfrentando a crescente desconfiança da base – que certamente vai se empenhar para elegê-lo, porque se trata de uma ordem do caudilho, mas que não lhe garante apoio incondicional depois disso. Com a Venezuela mergulhada em profunda crise econômica, uma desarrumação política entre os chavistas pode tornar o país definitivamente ingovernável.

Por essa razão, Maduro precisa ver Chávez até nos passarinhos que pousam nas igrejas. A beatificação do falecido, como se sabe, começou logo depois de sua morte, mas, à medida que o tempo passa, os hagiógrafos estão perdendo qualquer pudor. Num comunicado interno da PDVSA, a estatal de petróleo que é o esteio do “socialismo do século 21”, os funcionários ficaram sabendo que Chávez havia se transformado em Cristo, pois “padeceu por seu povo, consumiu-se a seu serviço, sofreu de seu próprio calvário, foi assassinado por um império, morreu jovem...”. Ou seja, “preenche todos os requisitos para ser um Cristo, pois, ademais, fez milagres em

vida”. E o texto termina com uma exortação: “Oremos por Chávezcristo!”.

Como entidade divina, portanto, Chávez é onipresente, e as leis terrenas não se aplicam a seus apóstolos. A campanha eleitoral não poderia começar antes de 2 de abril, mas o chavismo já está no palanque desde a morte do caudilho, há um mês, ocupando os principais canais de TV, primeiro com o interminável funeral de Chávez, depois com as redes obrigatórias e com a transmissão integral de longos eventos públicos oficiais. Como é apenas um mortal, Capriles que se vire com os dez dias de campanha a que tem direito, durante os quais enfrentará o rolo compressor a serviço do governo – incluindo o apoio do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, dizendo falar “em nome do Mercosul”, interpretou a eleição de Maduro como um “sonho de Chávez”.

Se havia necessidade de alguma prova adicional de que há na Venezuela de hoje uma brutal regressão da democracia, a despeito do que pensam os simpatizantes do chavismo no governo brasileiro, agora não há mais. Maduro, ou quem quer que os chavistas imponham ao país no futuro previsível, estará empenhado em impedir que seu poder seja contestado, lastreando-o não em elementos mundanos, como o respeito às instituições democráticas e às liberdades civis, e sim no mistério do “Chávezcristo”.

Editorial 06 (E06)

Atrativos do Paraguai

Com a conclusão, no segundo semestre deste ano, da extensão no lado paraguaio da linha de transmissão da Hidrelétrica Itaipu Binacional até as proximidades de Assunção, numa extensão de 500 km, cresce o interesse de empresas brasileiras de buscar maior integração industrial com o Paraguai, principalmente com o objetivo de enfrentar o desafio de competitividade com produtos de origem asiática. Estudo realizado pelo Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Derex) da Fiesp, com foco no setor têxtil e de confecções, constatou que o Paraguai apresenta vantagens de custo em relação ao Brasil nos quatro quesitos examinados – mão de obra, insumos, manutenção e juros –, passando a ser uma opção mais atraente para alguns setores industriais no processo de internacionalização por que vêm passando muitas empresas do País nos últimos anos.

Como exemplo dos benefícios que empresas têxteis brasileiras poderiam usufruir integrando o Paraguai à sua cadeia produtiva, o diretor titular adjunto da Fiesp, Thomaz Zanotto, citou o custo médio de produção de uma calça jeans, que no Brasil é de US\$ 7,75 e no Paraguai é de US\$ 5,73 – uma economia de 35%. “Não há a menor dúvida de que vale muito mais a pena produzir essa calça no Paraguai, para atender

ao mercado do Mercosul, do que importar da China”, ressaltou Zanotto.

Não se trata, portanto, de fechar fábricas no País para produzir no exterior, mas de mudar de fornecedor. É claro que o Paraguai tem todo o interesse em atrair investimentos industriais, já que consome apenas 20% da energia produzida pela Itaipu Binacional, sendo sua economia baseada, em grande parte, no setor agropecuário, muito dependente de cotações internacionais e de condições climáticas. Tendo energia sobrando, o Paraguai pode oferecê-la a um custo baratíssimo. Apesar das medidas tomadas por Brasília para baixar a conta de eletricidade, o preço do quilowatt/hora paraguaio é 63% inferior ao cobrado no País.

A carga tributária é também sensivelmente menor, havendo ainda incentivos para investidores. Há basicamente três tipos de impostos: Imposto de Renda (IR) Pessoa Física, IR para empresas e o Imposto de Valor Agregado (IVA). Além disso, os salários, em média, são 35,5% mais baixos e os encargos sociais giram em torno de 16% da folha.

Assim, como disse o presidente da Fundación Desarrollo en Democracia, Alberto Acosta Garbarino, que participou de recente seminário na Fiesp, o investimento em seu país pode ajudar a solucionar problemas dos dois lados da fronteira, aumentando a competitividade da indústria brasileira e contri-

buindo para o desenvolvimento paraguaio. Ele reconhece a existência de gargalos na infraestrutura e deficiências na área de educação, o que pode exigir programas de treinamento de trabalhadores.

O comércio entre Paraguai e Brasil vem crescendo e não foi abalado pela suspensão provisória daquele país do Mercosul, desde o episódio do impeachment de Fernando Lugo, em junho de 2012. O Brasil é superavitário no comércio bilateral, não contando o comércio de “formiguinha” na região de fronteira. No ano passado, o Brasil exportou para o Paraguai US\$ 2,677 bilhões e importou mercadorias no valor de US\$ 987 milhões – um saldo de US\$ 1,690 bilhão. A mesma tendência verifica-se nos dois primeiros meses deste ano.

Acresce que, como mencionou o embaixador Rubens Barbosa, presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp, o Paraguai conta com preferências da União Europeia, benefício que o Brasil perdeu em 2013. Assim, as indústrias brasileiras com filiais no país vizinho, além de exportar com tarifa zero para parceiros do Mercosul, poderiam vender mais facilmente para terceiros países.

Indústrias nacionais mais afetadas pela concorrência agressiva dos asiáticos constataram que saídas podem ser encontradas, sem que o governo precise recorrer ao aumento estratosférico de tarifas de importação. E é bom que exista uma alternativa dentro do Mercosul.

A volta dos colorados



Mesmo para os notórios padrões locais de política e negócios, o novo presidente do Paraguai, Horacio Cartes, eleito domingo para tomar posse em agosto, é uma figura, digamos, especial. Aos 56 anos, nunca antes tinha votado. Apenas em 2009 filiou-se à Associação Nacional Republicana, mais conhecida como Partido Colorado. Pelo estatuto da principal legenda oligárquica do país (a outra é a do Partido Liberal Radical Auténtico), ele só poderia se candidatar ao governo passados 10 anos de sua inscrição. A cláusula foi oportunamente removida em 2011.

Multimilionário, dono do Libertad, que na década passada ganhou sete vezes o campeonato paraguaio de futebol, Cartes é proprietário de um conglomerado de 26 empresas,

em geral concentradas na área de fronteira com o Brasil. Entre elas se destaca a cigarreira Tabesa, que fabrica, segundo ele, cerca de US\$ 60 milhões por ano. A congênera brasileira Souza Cruz a acusa de contrabandear para o País o equivalente a 8% do mercado nacional de cigarros. Em 2010, um documento oficial norte-americano, vazado pelo WikiLeaks, vinculou o empresário a uma rede de lavagem de dinheiro e narcotráfico. Outros crimes lhe são atribuídos.

A fortuna explica a sua fulminante ascensão na hierarquia colorada. Embora quase 1/3 dos 3,3 milhões de eleitores paraguaios tenha a carteirinha da legenda – sem a qual não se era ninguém no país durante os 35 anos da ditadura do general Stroessner (1954-1989), o partido foi apeado do poder, depois de seis décadas ininterruptas, nas eleições de 2008. As urnas levaram ao Palácio de Los

ano inteiro”. Não admira que a advertência da Igreja, segundo a qual vender votos é “pecado”, de nada sirva. Além disso, todos os funcionários do órgão responsável pelo processo eleitoral – dos mesários à cúpula do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral – são indicados pelas oligarquias partidárias. No domingo, seis horas antes do término da votação, o vice-presidente do tribunal, Juan Manuel Morales, já dizia que Alegre terá de reconhecer que “um dos candidatos” (sic) dispunha de ampla maioria. Os colorados também foram os

mais votados na disputa pelas 80 cadeiras da Câmara e as 45 do Senado, a Casa mais importante do Legislativo paraguaio. O país, por sinal, tem um sistema *sui generis*: é um presidencialismo com um Parlamento que pode fazer o que quiser com o Orçamento e vetar decisões do presidente por maioria simples.

Há 10 meses, como se recorda, o

Congresso destituiu Lugo em um abrir e fechar de olhos, depois de lhe dar duas horas para se defender da acusação de “má gestão”, em seguida a um confronto entre policiais e sem-terra em Curuguaty, no leste paraguaio, que deixou 17 mortos. Num decisão calculada para permitir o ingresso da Venezuela de Hugo Chávez no Mercosul, a que o Paraguai se opunha ferrenhamente, o país foi suspenso do bloco. Deverá ser reintegrado em agosto, depois da posse de Cartes, se não já na próxima cúpula do organismo, em junho.

Diferentemente do presidente Federico Franco, que ameaçou suspender a venda ao País de energia da parate paraguaia de Itaipu, caso Brasília se recusasse a pagar mais pelo produto, o vitorioso nem tocou no assunto durante a campanha. Uma coisa parece certa: no governo Cartes, o contrabando do que se queira para o Brasil deve seguir firme e forte.

Editorial 08 (E08)

Uma reunião vazia

Talvez da longa reunião que mantiveram quinta-feira na Casa Rosada, a sede do governo argentino, as presidentes Dilma Rousseff e Cristina Kirchner guardem para o futuro emocionadas recordações sobre a conversa que tiveram a respeito do filme *Infância Clandestina*, do cineasta Benjamín Ávila, que retrata a ditadura militar na Argentina pelos olhos de uma criança. Dos reais interesses dos países que representam, e que motivaram o encontro, porém, pouco haverá de que se lembrar.

O que se sabe é que, quando as presidentes trataram de assuntos de interesse bilateral, foi para reafirmar enfaticamente as platitudes de sempre, como a afirmação de que as boas soluções são alcançadas por meio do diálogo. As grandes questões que marcam as relações entre os dois principais países do Mercosul, e de fato justificariam encontros desses tipo, nem foram mencionadas publicamente por elas.

O único tema relevante que Dilma e Cristina discutiram foi a decisão da Vale de suspender o projeto de investimentos de US\$ 6 bilhões em mineração na Província de Mendoza, onde já havia investido US\$ 3 bilhões. Para o governo argentino, a única solução possível para o caso é a Vale retomar o projeto interrompido, e contava com a ação do governo brasileiro para forçar a empresa a

permanecer na Argentina.

Sem se comprometer explicitamente a intervir numa decisão estratégica de uma empresa privada, como é a Vale, Dilma declarou à imprensa, ao lado de Cristina Kirchner, ter “firme convicção”, como presidente do Brasil, de que, nesse caso, “o diálogo é o melhor caminho para se encontrar soluções”. Resta saber que efeito prático declaração tão óbvia poderá ter para as complicadas relações do governo de Cristina Kirchner com empresas estrangeiras, entre as quais outras brasileiras, como a Petrobrás.

Essa não foi a única declaração genérica feita pela presidente brasileira durante sua viagem a Buenos Aires. Ela referiu-se ao fato de os dois países terem sido menos afetados pela crise mundial do que o mundo industrializado e garantiu que “nós enfrentamos essa crise não com menos, mas com mais integração”.

Sobre as relações bilaterais, Dilma disse que elas “são pautadas pelo diálogo, pela transparência e pelo fato de que nós temos que construir o crescimento e a prosperidade de nossos países e de nossa população”. Disse ter também consciência da importância das relações comerciais entre Brasil e Argentina e da necessidade de ampliar o comércio bilateral, os investimentos, o intercâmbio nas áreas de pesquisa, ciência, tecnologia, inovação e atividades culturais. Nesse ponto, referiu-se ao cinema argentino

e ao filme que tanto impressionara a presidente argentina, que lhe prometeu enviar uma cópia.

Ao saudar Cristina Kirchner no jantar oferecido à comitiva brasileira, Dilma, como requeria o ambiente, foi mais formal, mas repetiu algumas dessas ideias. “Somos sócios comerciais de primeira grandeza” foi uma de suas afirmações. “Devemos tratar tanto os investimentos como as nossas relações comerciais recíprocas de forma mutuamente respeitosa e equilibrada” foi outra.

Empresários brasileiros que mantêm investimentos e negócios na Argentina gostariam de acreditar que as palavras da presidente não são vazias, como foi a reunião na Casa Rosada. Mas, pela experiência dos últimos anos, não têm esperanças.

As frequentes medidas de restrição impostas pelo governo Kirchner à entrada de produtos brasileiros no mercado argentino, que alteraram dramaticamente a tendência do comércio bilateral, estão sendo toleradas pelo governo Dilma – mesmo que essas ações desvirtuem o estatuto do Mercosul, que, sendo formalmente uma união aduaneira, não aceita restrições à circulação de mercadorias entre os países que integram o bloco. Igualmente contrário ao atual estatuto do Mercosul é o acordo automotivo em vigor entre os dois países e que, como faz com êxito há anos, o governo argentino insiste em renovar.

Um brasileiro na OMC



Vencedor da disputa pela direção-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), o embaixador Roberto Azevêdo logo terá de cuidar de sua principal promessa de campanha, a reativação da Rodada Doha, a mais ambiciosa negociação comercial tentada até hoje.

Com muita articulação e muito vento a favor, o relançamento poderá ser a grande realização da próxima conferência ministerial da organização, marcada para dezembro, em Bali, na Indonésia. Ao assumir o posto, em setembro, ele já deverá ter avançado nas conversações para envolver os 159 países-membros da entidade. O esforço será realizado em ambiente bem diverso daquele de 12 anos atrás. Lançada no fim de 2001 em Doha, no Catar, a rodada

foi inicialmente favorecida por vários fatores. Até os atentados terroristas de setembro daquele ano reforçaram o sentimento de urgência: a grande negociação seria mais uma resposta, a mais espetacular, talvez, à barbárie do terrorismo internacional.

As condições econômicas eram mais favoráveis que as atuais. O mundo prosperava, depois de várias crises financeiras, e havia muito interesse em maior abertura dos mercados. Além disso, a Rodada Uruguai, encerrada em 1994, havia resultado em soluções apenas provisórias para questões muito importantes, como as regras do comércio agrícola. O cenário é hoje muito diferente, a começar pela crise europeia e pela oposição de amplos segmentos da sociedade americana a mais acordos de liberalização.

Além disso, governos poderosos poderão propor uma revisão de

itens já negociados – no setor de agricultura, por exemplo – e a ampliação da agenda, principalmente para inclusão de serviços. Sem sucesso, o negociador americano, Ron Kirk, tentou há anos essa manobra.

A Rodada Doha foi batizada também como a Rodada do Desenvolvimento, porque um de seus objetivos oficiais deveria ser a inclusão mais ampla dos emergentes e também dos mais pobres no jogo do comércio. Seria preciso levar isso em conta, para uma retomada realmente ambiciosa das negociações.

O brasileiro Roberto Azevêdo será provavelmente sensível a esse desafio, mas é preciso levar em conta as limitações de seu novo cargo. Ao tornar-se diretor-geral da OMC, ele deixará de ser representante dos interesses brasileiros. Passará a ser o principal dirigente de uma instituição multilateral com 159 membros. Se agir de outra forma,

perderá credibilidade.

Não poderá ser porta-voz de quem defende, como o governo brasileiro, a sujeição do câmbio a regras internacionais de comércio nem receber ordens de Brasília. Terá de vestir o uniforme de um funcionário internacional, como fizeram, por exemplo, o francês Pascal Lamy, ex-negociador comercial da União Europeia, e o tailandês Supachai Panitchpakdi.

A eleição de Roberto Azevêdo põe em destaque duas raridades. Ele tem sido um raro exemplo de seriedade e competência nos postos mais importantes da diplomacia brasileira, dominada há anos por um terceiro-mundismo rastaquera. Igualmente rara é essa vitória de uma diplomacia incapaz, há uns dez anos, de conseguir apoio até entre os vizinhos pouco influentes. Brasília já foi derrotada na própria OMC e no Banco Interamericano de De-

envolvimento. Além disso, há forte oposição regional à sua pretensão de obter um posto permanente no Conselho de Segurança da ONU. Emergentes votaram a favor de Azevêdo por suas qualidades pessoais e, além disso, porque isso lhes interessava politicamente neste momento. Foi certamente decisivo o apoio da China e da Rússia. Mas esses dois países têm objetivos próprios bem definidos, relações comerciais mais intensas com o mundo rico do que com o Brasil e nenhum compromisso terceiro-mundista.

Atribuir esse resultado a algum acerto da geopolítica petista só pode ser má-fé ou ingenuidade. As consequências mais notáveis dessa política foram a sujeição dos interesses nacionais a um Mercosul emperrado, a perda de oportunidades nos mercados desenvolvidos e a submissão do País a uma relação colonial com a China.

Editorial 10 (E10)

Em busca de legitimidade

A presidente Dilma Rousseff estenderá hoje o tapete vermelho a Nicolás Maduro, conferindo-lhe uma legitimidade que o presidente venezuelano está muito longe de desfrutar em seu próprio país.

Maduro partiu em visita a países do Mercosul na expectativa de demonstrar que tem apoio dos principais vizinhos e de angariar força política diante do desafio de governar a Venezuela no lugar do falecido caudilho Hugo Chávez – cujo carisma, bem ou mal, garantia alguma estabilidade mesmo em meio à grave crise econômica pela qual o país atravessa.

Eleito em abril com uma vantagem de apenas 220 mil votos sobre seu principal adversário, Henrique Capriles, Maduro saiu da disputa sem o reconhecimento pleno da vitória. A oposição acusa os chavistas de fraudar a votação, de intimidar eleitores e de usar a máquina administrativa de forma irrestrita em favor do candidato governista, entre outras irregularidades. Além disso, o governo dos Estados Unidos – principal parceiro comercial da Venezuela, a despeito das frequentes diatribes dos chavistas contra os americanos – recusou-se a reconhecer a vitória de Maduro, por considerar que, antes, a Venezuela deveria levar em conta as queixas da oposição. O presidente Barack Obama, em recente entrevista, reiterou essa posição. Ele declarou ter

dúvidas sobre se, na Venezuela atual, os direitos humanos, a democracia, a liberdade de imprensa e de opinião são realmente respeitados. Para Obama, não se pode aceitar que a Venezuela ainda não esteja “livre de práticas das quais todo o hemisfério se distanciou, de forma geral”. Depois de tão clara manifestação em defesa dos cidadãos venezuelanos ante a óbvia agressão chavista à democracia, Maduro só conseguiu reagir como um mal-ajambrado êmulo de seu mentor, ao dizer que Obama é o “chefe maior dos diabos”.

Como se nota, Maduro não tem a verve de Chávez nem mesmo na hora de ofender seus inimigos. Do ponto de vista dos venezuelanos, porém, a falta de graça é o menor dos problemas de Maduro. Em cerca de um mês de administração, o presidente revelou-se incapaz de apresentar qualquer plano para enfrentar a deterioração acelerada da economia – a inflação deve chegar aos 30%, estima-se um recuo de 4% no Produto Interno Bruto neste ano e faltam dólares nas reservas para financiar as importações, cruciais num país que produz praticamente apenas petróleo. O desabastecimento de alimentos é generalizado – não é à toa que um dos objetivos declarados de Maduro em sua visita ao Brasil é “comprar comida”.

Diante dessa situação explosiva, Maduro deu ainda mais força aos militares e vem tentando tirar poder de facções

chavistas problemáticas, como a Diosdado Cabello, presidente da Assembleia Nacional – o Congresso venezuelano. Ao mesmo tempo, Maduro e sua truculenta militância vêm empreendendo uma sistemática campanha para destruir a oposição, dona de metade dos votos na última eleição. Depois de cassarem a palavra de deputados opositores e de agredirlos a socos e pontapés dentro do Parlamento, os chavistas agora impuseram limites à circulação de jornalistas na Assembleia Nacional – só podem entrar repórteres que tiverem alguma entrevista marcada e, uma vez dentro do prédio, eles só podem circular se estiverem acompanhados de assessores de imprensa da Casa.

Pois é esse “democrata” que será abraçado por Dilma, de quem receberá o apoio público e incondicional, mesmo diante de tantas arbitrariedades. É por isso que Maduro parece muito à vontade entre seus pares bolivarianos no Mercosul, tão à vontade que, no auge do cinismo, se declarou favorável à volta do Paraguai ao bloco – como se os paraguaios não tivessem sido suspensos do Mercosul numa manobra espúria, justamente para permitir o ingresso da Venezuela chavista, sob o argumento de que tinha havido ruptura da ordem democrática paraguaia. Assim, além de crescentemente irrelevante, o Mercosul agora se presta ao papel de avalista de um regime que pretende ser legítimo na marra.

Editorial 11 (E11)

Chá de cadeira em Dilma

A presidente do Brasil é Dilma Rousseff, mas isso parece ser apenas um detalhe. Na fabulação bolivariana, ela não passa de uma nota de rodapé ante os “gigantes” Luiz Inácio Lula da Silva, Hugo Chávez e Néstor Kirchner. Por isso, o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, não teve nenhum pudor em deixá-la esperando por quase duas horas, durante sua visita ao Brasil, enquanto se encontrava com o ex-presidente Lula. Não foi apenas Dilma que saiu menor desse episódio. É a própria Presidência brasileira que encolhe a olhos vistos ante o menosprezo de Lula pela liturgia do cargo que ele não mais ocupa, mas do qual não consegue “desencarnar”. Dilma, por sua vez, obediente e disciplinada, parece aceitar seu status de presidente ad hoc.

Como se sabe, Maduro veio ao Brasil para obter a legitimidade política que lhe falta na Venezuela, graças à truculência com que ele está tratando a oposição – dona de metade dos votos na controversa eleição vencida pelo herdeiro de Chávez. Maduro enfrenta resistência também nas próprias fileiras chavistas, porque, com a morte do Comandante, se multiplicaram focos de rebelião daqueles que se sentiram preteridos dentro do Politburo venezuelano e relutam jurar lealdade ao presidente.

Já começam a circular rumores de que os próprios chavis-

tas, principalmente o presidente da Assembleia Nacional, Diosdado Cabello, estão conspirando para prejudicar Maduro. Suspeita-se que Cabello – que já está sendo chamado de “ditador em espera”, é muito ligado aos militares e não é bem visto pelo regime cubano, padrinho de Maduro – esteja incitando a violência para precipitar a crise.

Tudo isso acontece em meio a uma avassaladora crise econômica, cujo lado mais perverso e politicamente explosivo é o desabastecimento de alimentos – que Maduro atribuiu à “sabotagem econômica”, sem reconhecer a óbvia incompetência de seu governo. Não surpreende que já haja pesquisas mostrando que, se a eleição presidencial fosse hoje, o vencedor seria o opositor Henrique Capriles.

Nesse contexto, Maduro veio ao Brasil para pedir ajuda – que se traduzirá em acordos comerciais francamente desequilibrados em favor da Venezuela – e para consultar-se com Lula para saber o que fazer. O ex-presidente não o decepcionou. “Hoje, Lula nos banhou de sabedoria”, declarou, entusiasmado, o venezuelano, após a audiência que contou também com a presença do presidente do PT, Rui Falcão, numa deliberada confusão de questões de Estado com interesses político-ideológicos. Lula falou durante uma hora sobre sua “experiência de luta”, disse Maduro, que qualificou o petista de “pai dos homens e mulheres

de esquerda da América Latina”. Para o venezuelano, “dos três gigantes que começaram este processo de integração da América Latina, Kirchner, Chávez e Lula, só nos resta Lula”. Assim, a visita oficial de um chefe de Estado ao Brasil converteu-se em peregrinação para adorar um santo vivo e beber de seus “ensinamentos”.

Somente depois de beijar a mão de Lula e de reconhecer-se como seu “filho” é que Maduro dirigiu-se ao Planalto para ser recebido por Dilma, que lhe reservou honras de Estado, a despeito do chá de cadeira que levou. Não contente em fazê-la esperar, Maduro ainda lhe presenteou com um enorme retrato de Chávez, numa cena constrangedora, que tornou a presidente ainda menor em todo o contexto. Restou a Dilma fazer um discurso curto, protocolar, em que exaltou a “parceria estratégica” entre Brasil e Venezuela e chamou de “momento histórico” o fato de que a Venezuela assumirá a presidência do Mercosul no segundo semestre – situação esdrúxula que só está sendo possível graças a um golpe bolivariano para isolar o Paraguai, que se opunha à entrada da Venezuela no bloco.

À vontade, Maduro sentiu-se autorizado a dizer, sem que a mentira fosse contestada, que o projeto do Mercosul “nasceu em essência das ideias de Chávez”. No culto à personalidade de Chávez e Lula, Dilma é cada vez mais apenas uma coadjuvante.

Editorial 12 (E12)

O mundo negocia sem o Brasil

As negociações comerciais mais promissoras são as bilaterais e regionais, como têm sido há vários anos, e a Aliança do Pacífico, iniciativa dos governos mexicano, colombiano, peruano e chileno, é mais uma aposta em um acordo parcial, mas com enormes possibilidades de ramificação. Enquanto isso, o Brasil continua preso a um Mercosul estagnado, joga suas fichas na reativação da Rodada Doha, paralisada há vários anos, e insiste em dar prioridade às relações Sul-Sul. Nos últimos dez anos, o governo brasileiro agiu como se a busca de mais acordos com o mundo rico fosse mais arriscada que vantajosa e, é claro, um erro geopolítico e um pecado ideológico. Não foi essa a estratégia de outros países emergentes – como a China, a Rússia, a Índia e a África do Sul – e de vários países latino-americanos. Nesse período, todos, ou quase todos, tomaram espaço dos produtores brasileiros nos mercados mais desenvolvidos e até no Mercosul e na vizinhança sul-americana.

Reunidos na semana passada em Cali, na Colômbia, governantes da Aliança do Pacífico decidiram iniciar em 30 de junho o corte de 90% das tarifas de importação cobradas entre os quatro países. Além disso, admitiram sete países como observadores – El Salvador, Equador, França, Honduras, Paraguai, Portugal e República Dominicana. Austrália, Canadá,

Costa Rica, Guatemala, Japão, Panamá, Nova Zelândia e Uruguai já tinham esse status. Um acordo de livre comércio entre Colômbia e Costa Rica foi combinado como primeiro passo para a admissão de um quinto sócio. A negociação de um acordo comercial entre Colômbia e União Europeia está avançada. O mesmo caminho já foi seguido pelo Peru.

Os quatro países da Aliança do Pacífico têm crescido mais que o Brasil, com inflação menor, e têm multiplicado acordos comerciais com países desenvolvidos e em desenvolvimento, sem se prender a discriminações entre economias do Norte e do Sul. Com 209 milhões de pessoas, os sócios do bloco têm um Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de US\$ 1,7 trilhão e suas exportações no ano passado foram maiores que as dos países do Mercosul. Podem competir com o Brasil e outros sócios do Mercosul, na atração de investimentos, pela dimensão de seu mercado conjunto, pela abertura econômica e pelo dinamismo comercial.

Enquanto outros países se movem, o Brasil continua preso a um bloco emperrado pelo protecionismo interno e incapaz de concluir acordos comerciais relevantes. O interesse do Paraguai e do Uruguai pela recém-formada Aliança do Pacífico é um claro sinal de descontentamento com o Mercosul. No caso do Paraguai, esse descontentamento é reforçado pelo tratamento imposto ao país depois da cassação do mandato

do presidente Lugo. Esse tratamento foi parte de um golpe para facilitar a admissão da Venezuela bolivariana, uma democracia exemplar, segundo os governos petista e kirchnerista.

Incapaz de se engajar em qualquer iniciativa mais promissora, Brasília renova esforços pela reativação da rodada global. Coordenado pelo Brasil, o G-20 agrícola, um dos vários grupos formados à sombra da Organização Mundial do Comércio (OMC), acaba de propor o corte imediato, pelos países desenvolvidos, de 50% dos subsídios à exportação do agrogócio. A proposta é um lance preparatório da reunião ministerial de Bali, programada para dezembro. O recém-eleito diretor-geral da OMC, o embaixador brasileiro Roberto Azevêdo, anunciou a intenção de aproveitar esse encontro de representantes de 159 países para dar novo impulso à Rodada Doha. A sugestão do G-20 agrícola, segundo o governo americano, é inaceitável e reduz as possibilidades de um entendimento em Bali.

Ministros das maiores potências comerciais continuarão trabalhando na preparação do encontro de dezembro. Uma reunião foi marcada para esta semana em Paris. Mas poucos se arriscam a prognosticar uma virada importante em Bali. Se os céticos estiverem certos, um dos maiores perdedores será o Brasil, pela incapacidade de seu governo de criar alternativas razoáveis a um acordo global.

Editorial 13 (E13)

Má diplomacia, mau comércio

05 de junho de 2013 | 2h 10

Notícia   **A+** **A-** [Assine a Newsletter](#)  +1  **Tweet** 14

 **Enviar**  **Recomendar**  51 pessoas recomendaram isso. Seja o primeiro entre seus amigos.

O Estado de S.Paulo

Pressionados pela concorrência e perdendo espaço até na América do Sul e no protegido mercado nacional, industriais brasileiros passaram a cobrar do governo mais acordos de comércio para evitar um isolamento cada vez maior e mais danoso. A decisão dos empresários de mudar o jogo e os números da balança comercial de janeiro a maio, os piores da série histórica, foram divulgados pelo **Estado** na edição de ontem. No mesmo dia a Confederação Nacional da Indústria (CNI) reforçou a campanha, divulgando nota a favor da negociação de novas e mais ambiciosas parcerias. Segundo a nota, os empresários veem com preocupação os acordos postos à mesa, enquanto "o governo brasileiro assiste às discussões distanciado da realidade".

A acusação ao governo é bem fundada, mas parte da responsabilidade cabe aos industriais, com sua pouca disposição para se aventurar na troca de concessões dos acordos comerciais mais relevantes. Baixo poder de competição, horizontes comerciais limitados e perda de relevância nas transações externas caracterizam há algum tempo a indústria brasileira. O superávit comercial de US\$ 760 milhões em maio foi 74,3% inferior ao de um ano antes.

O resultado teria sido bem pior, se só dependesse das vendas de manufaturados e semimanufaturados, 0,9% e 13,5% inferiores às de um ano antes. Só as exportações de produtos básicos superaram - pela margem de 1,7% - as de maio de 2012.

De janeiro a maio o País acumulou um déficit comercial de US\$ 5,4 bilhões, com exportações de US\$ 93,3 bilhões, 2,8% menores que as de igual período do ano passado, e importações 9,8% maiores. As vendas de manufaturados (US\$ 36,2 bilhões) representaram apenas 36,9% do total embarcado. A receita dos básicos correspondeu a 47,6% do total e a dos semimanufaturados, a 31,2%. Em 2007, os manufaturados ainda proporcionaram 52,2% do valor vendido. A partir do ano seguinte, sua participação ficou sempre bem abaixo de 50%. O País acomodou-se na condição de exportador de commodities, beneficiado pela alta das cotações internacionais e, de modo especial, pela expansão chinesa.

A conversão do Brasil em fornecedor de insumos para a China e para o mundo desenvolvido resultou da combinação de vários erros de política. O primeiro foi o torpedeamento da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), por iniciativa dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner.

O terceiro-mundismo do governo petista deu prioridade às relações com países emergentes e até em estágios iniciais de desenvolvimento. A negociação de um acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia logo empacou, em boa parte por causa da resistência argentina a concessões comerciais. Assim, o Brasil fugiu de relações mais amplas com o mundo rico. A indústria pode ter achado confortável a opção, mas só até os estrangeiros começarem a tomar espaço até no mercado interno.

A maior parte dos erros é atribuível à política petista. O mercado interno cresceu com a transferência de renda e os aumentos reais do salário mínimo. Mas faltaram investimentos em infraestrutura, os tributos continuaram onerando a produção e a exportação, a política educacional negligenciou a formação básica e o governo esbanjou dinheiro e tolerou inflação alta. Os empresários deram sua contribuição, criticando principalmente o câmbio e os juros e dando menos atenção, durante anos, aos problemas estruturais de competitividade.

Como complemento do desastre, a Rodada Doha fracassou, outros países continuaram negociando acordos bilaterais, regionais e intrarregionais e o Brasil ficou cada vez mais isolado. Tem hoje 22 acordos de acesso preferencial, "a maioria pouco relevante", segundo a CNI. Enquanto isso, vizinhos já beneficiados por um número maior de acordos montam novas associações, como a Aliança do Pacífico, e os EUA acertam com potências grandes e médias uma Parceria Transatlântica e uma Transpacífica. Pelo menos a indústria acordou, mas com enorme atraso.

Editorial 14 (E14)

Má lição para novos diplomatas

A presidente Dilma Rousseff celebrou dez anos de incompetência e equívocos diplomáticos em seu discurso à nova turma formada pelo Instituto Rio Branco. Seu pronunciamento, na terça-feira, se harmonizou perfeitamente com os erros de avaliação e as fantasias geopolíticas do terceiro-mundismo petista. Condenou de modo geral os acordos bilaterais de comércio como nocivos ao País, sem levar em conta o isolamento do Brasil enquanto no resto do mundo se multiplicam acertos comerciais de variadas configurações. Não está claro se foi mais uma falha de julgamento ou apenas mais um tropeço devido à desinformação. O desprezo pelos fatos ficou evidente em vários momentos. “O Brasil quer enfrentar as vicissitudes da globalização junto com seus parceiros sul-americanos”, afirmou. Segundo ela, essa ideia se expandiu por todo o continente. Os fatos mostram algo diferente. Terá a presidente esquecido a Aliança do Pacífico, formada por Chile, Peru, Colômbia e México, os acordos bilaterais de outros latino-americanos com países da América do Norte e da Europa e seus esforços de aproximação com a Ásia – tudo isso sem o Brasil?

Diante do impasse da Roda da Doha, empacada há vários anos, a troca de preferências comerciais passou a depender de negociações bilaterais ou entre blocos. Parte importante do

empresariado brasileiro passou a cobrar do governo, há pouco tempo, mais iniciativas para incluir o País nesse jogo. A alternativa pode ser extremamente custosa, até porque os maiores mercados, como os Estados Unidos, União Europeia, Japão e outros grandes países da Ásia estão envolvidos em múltiplas negociações. Mas o governo brasileiro continua rejeitando as evidências e mostra-se disposto a menosprezar as cobranças dos líderes da indústria.

No mundo imaginário da diplomacia petista, é irrelevante saber se os parceiros escolhidos como prioritários atribuem prioridade ao Brasil. Segundo a presidente, a prioridade às relações Sul-Sul é marcada pelo “repúdio a todas as formas de domínio e opressão entre os países”. Essa orientação, acrescentou, explica a importância conferida à aproximação com grandes países emergentes, como Índia, China, Rússia e África do Sul – os Brics.

Como provas do êxito dessa iniciativa, mencionou um acordo de contingenciamento de reservas e o projeto de formação de um banco de desenvolvimento. Esqueceu, como de costume, alguns detalhes: esses países dão prioridade ao comércio com o mundo rico, a Rússia tem dado preferência aos Estados Unidos e Europa como fornecedores de carne e a relação comercial do Brasil com a China é quase colonial. Nem vale a pena discutir em detalhe se todas essas potências de fato repudiam “todas as

formas de domínio e de opressão” entre países.

A mesma fantasia explica a insistência do governo em manter o País amarrado a uma união aduaneira fracassada, o Mercosul, um bloco incapaz de funcionar como simples área de livre comércio. Se algum dos novos diplomatas desconhecer esse fato, será um digno sucessor dos condutores da política brasileira de comércio nos últimos dez anos. Nenhuma pessoa razoável e informada pode levar a sério uma união aduaneira com uma tarifa comum cheia de furos, com o comércio intrazona emperrado pelo protecionismo e sem acordos relevantes com parceiros de outras áreas.

O governo brasileiro, segundo a presidente Dilma Rousseff, tem seguido a política Sul-Sul sem se afastar dos países desenvolvidos. Os fatos são muito diferentes. O Brasil tem perdido mercados nos Estados Unidos e na Europa. Outros países têm levado vantagem, porque dispõem de acesso preferencial, graças a acordos comerciais ou porque são simplesmente mais competitivos – e a incompetência governamental, no Brasil, prejudica também o poder de competição das empresas. A combinação de erros diplomáticos e de política econômica interna tem resultado igualmente na perda de participação nos mercados vizinhos. O discurso presidencial passou longe, é claro, de todos esses fatos, tanto quanto da gramática e da sintaxe.

Editorial 15 (E15)

Uma Fiesp bolivariana?

Ou o Brasil busca novos acordos comerciais ou ficará isolado, alertaram recentemente duas das mais importantes entidades empresariais, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Instituto de Estudos do Desenvolvimento Industrial (Iedi). O País é membro do Mercosul, um bloco marcado pelo protecionismo interno, por uma tarifa externa cheia de furos e por acordos preferenciais com parceiros em geral pouco significativos. O Mercosul é hoje muito mais um empecilho do que uma estrutura capaz de ter peso nas decisões internacionais, disse na terça-feira o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade. Opinião muito diferente aparece em estudo recém-lançado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Segundo o documento, entender a participação do Brasil no Mercosul como um impeditivo a acordos preferenciais de comércio é apontar um falso problema. Além disso, os vizinhos do Cone Sul são apontados como “a prioridade da política comercial brasileira”.

A frase do presidente da CNI é muito mais realista que a avaliação oposta. A opinião da Fiesp é mais alinhada com a do governo e mais adequada às boas relações com o ministro Guillermo Moreno, chefe do protecionismo argentino. Para justificar a prioridade atribuída

ao Mercosul, os autores do estudo apontam a expansão do intercâmbio do Brasil com os membros do bloco. Desde o lançamento do Mercosul até 2011, essa corrente de comércio aumentou de US\$ 4,5 bilhões para o valor recorde de US\$ 47 bilhões, “com uma pauta altamente concentrada em produtos manufaturados”. Falta mostrar se o crescimento teria sido muito menor, se o bloco tivesse permanecido como área de livre comércio, sem os compromissos e amarras de uma união aduaneira.

Essas amarras limitam, sim, as possibilidades de acordos internacionais mais variados e comercialmente mais vantajosos. As limitações teriam sido mais evidentes se o governo brasileiro tivesse buscado esses acordos mais ativamente, em vez de se restringir a uma política terceiro-mundista. “O Brasil”, segundo nota recente da CNI, “tem 22 acordos preferenciais, a maioria pouco relevante.” Chile, Colômbia, México e Peru têm, cada um, mais de 50, muitos deles com parceiros de grande importância.

Segundo o estudo da Fiesp, o Brasil poderia “estruturar acordos-quadro amplos, com listas e cronogramas de desgravação diferenciados” para permitir a adesão gradual dos outros membros do Mercosul. Em outras palavras: pode-se contornar os limites da união aduaneira, por meio de compromissos menos ambiciosos que os acordos de livre comércio e sempre levando em conta

a incorporação progressiva dos demais sócios do bloco. O principal problema continuaria sendo a resistência argentina, um dos principais obstáculos, por exemplo, à conclusão das negociações com a União Europeia.

Ainda segundo o estudo, o Brasil, com seu peso, “tem plenas condições de liderar o Mercosul” em negociações com países ou regiões de fora do bloco. Se tem essas condições, por que deixou de usá-las até hoje? Em termos práticos bem claros, o documento da Fiesp é mais um estímulo à manutenção da desastrosa diplomacia comercial dos últimos dez anos.

Mas o documento contém algo mais grave que argumentos discutíveis e propostas irrealistas. “Não apenas as regras do Mercosul são suficientemente flexíveis para acomodar as prioridades dos membros – vide a suspensão do Paraguai do bloco –, como há formas construtivas para acomodar as circunstâncias individuais de cada Estado.” Mais que discutível, essa frase parece uma confissão: a Fiesp considera um exemplo de flexibilidade o golpe vibrado contra o Paraguai para que se pudesse admitir a Venezuela pela porta dos fundos?

Se esse o caso, o alinhamento vai muito além da sujeição aos padrões de uma diplomacia econômica de quinta categoria. Envolve também o aplauso a uma política de apoio aos governos mais perigosos para a democracia na região. Será a Fiesp bolivariana?

O acordo automotivo, de novo

Os gestos de gentileza trocados nos últimos dias pelas presidentes Dilma Rousseff e Cristina Kirchner para tratar do acordo automotivo entre Brasil e Argentina não deixam dúvidas de que os dois governos estão dispostos a manter a vigência desse acordo, cujo item mais importante – o controle do comércio entre os dois países – perderá validade no dia 30 de junho, passando, então, a vigorar o livre comércio. O regime de liberdade comercial, aliás, deveria estar em vigor desde a criação do Mercosul, há 22 anos, mas, por pressão argentina generosamente tolerada pelo governo brasileiro, vem sendo seguidamente adiado.

Não tendo podido tratar diretamente desse assunto na última reunião de trabalho que manteve com sua colega argentina, em 25 de abril, Dilma encarregou o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, de, como seu enviado pessoal, iniciar as negociações com a presidente argentina. Num gesto de deferência, Cristina Kirchner, de sua parte, concordou em reunir-se com Pimentel na residência oficial de Olivos, onde não costuma receber representantes de governos estrangeiros.

São medidas injustificáveis para renovar um acordo que nunca deveria ter existido. O acerto entre os dois governos

para regulamentar o comércio binacional de automóveis e componentes tornou-se mais uma das gazuas comerciais que distorcem e desmoralizam o Mercosul. O Mercosul foi criado em 1991 como uma zona de livre comércio, que implicava o livre fluxo de mercadorias entre os países-membros. Sua prematura transformação em união aduaneira, em 1995, tornou ainda mais injustificável o acordo automotivo. Mas, por pressão dos fabricantes argentinos de veículos, ele vigora desde 2000, com alterações pouco significativas feitas em suas sucessivas renovações, a última das quais é de 2008.

A renovação do acordo automotivo é vital para a indústria argentina. Nos cinco primeiros meses deste ano, ela produziu 331 mil veículos, dos quais 159 mil, ou praticamente a metade, foram vendidos no mercado brasileiro. O Brasil absorve quase 90% dos veículos exportados pela Argentina.

Pode-se dizer que o acordo interessa também aos fabricantes brasileiros, pois, dos 411 mil veículos exportados pelo País em 2012, a Argentina absorveu cerca de 70%. É importante, no entanto, examinar algumas diferenças essenciais entre a estrutura produtiva e a capacidade de exportação para outros mercados do Brasil e da Argentina.

Enquanto, como se viu, o mercado brasileiro absorve praticamente a metade de tudo o que a indústria automobilística argentina consegue produ-

zir, o mercado argentino compra menos de 10% do que se produz no Brasil. Esses números mostram o grau de dependência da Argentina em relação ao Brasil. O fato de o Brasil ser o principal (e quase único) destino dos veículos exportados pela Argentina coloca a indústria do país vizinho diante de dois desafios, como declarou recentemente o presidente da Adefa (o correspondente argentino da Anfavea), Cristiano Ratazzi: renovar o acordo automotivo e conquistar novos mercados.

O segundo exige investimentos em tecnologia e inovação que não vêm ocorrendo. O primeiro, com a generosa concordância do governo brasileiro, poderá ser superado sem grandes sustos.

O acordo automotivo renovado em junho de 2008 tem validade de seis anos. Mas ele estabelece que o comércio de todos os produtos automotivos será livre entre os dois países a partir de 1.º de julho de 2013 – daí a angústia com que os fabricantes e o governo argentino esperam a conclusão dos entendimentos iniciados por Pimentel e que agora prosseguem em nível técnico.

Com a provável renovação desse acordo injustificável numa união aduaneira, o Brasil se aprofundará num atoleiro comercial que o impede de abrir mercados muito mais promissores por meio de acordos bilaterais, que são desprezados pelo governo do PT.

